

Ata da 946^a

Sessão de 20/06/2012

946ª Sessão do Conselho Universitário. Ata. Aos vinte dias do mês de junho de dois mil e doze, às quatorze horas, reúne-se o Conselho Universitário, na Sala do Conselho Universitário, na Cidade Universitária "Armando de Salles Oliveira", sob a presidência do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas e com o comparecimento dos seguintes Senhores Conselheiros: Helio Nogueira da Cruz, Vahan Agopyan, Marco Antonio Zago, Maria Arminda do Nascimento Arruda, Telma Maria Tenorio Zorn, Sandra Margarida Nitrini, Sérgio França Adorno de Abreu, Antonio Magalhães Gomes Filho, José Rogério Cruz e Tucci, Reinaldo Guerreiro, Fábio Frezatti, Marcelo de Andrade Roméro, Ana Lúcia Duarte Lanna, Mauro Wilton de Sousa, Maria Dora Genis Mourão, Lisete Regina Gomes Arelaro, Romualdo Luiz Portela de Oliveira, Osvaldo Novais de Oliveira Júnior, Renato de Figueiredo Jardim, Alejandro Szanto de Toledo, José Roberto Cardoso, Lucas Antonio Moscato, Geraldo Roberto Martins da Costa, Luiz Gonçalves Neto, José Otávio Costa Auler Júnior, Sandra Josefina Ferraz Ellero Grisi, Benedito Carlos Maciel, Marcos Felipe Silva de Sá, Fernando Rei Ornellas, Walter Ribeiro Terra, Albérico Borges Ferreira da Silva, Artur de Jesus Motheo, José Carlos Maldonado, Alexandre Nolasco de Carvalho, Flávio Ulhoa Coelho, Carlos Eduardo Ferreira, Tércio Ambrizzi, Fábio Luiz Teixeira Gonçalves, Valdecir de Assis Janasi, Silvio Roberto Farias Vlach, Jorge Mancini Filho, Fernando Salvador Moreno, Rui Curi, Luiz Roberto Giorgetti de Britto, Carlos Eduardo Falavigna da Rocha, Elizabeth Höfling, José Vicente Caixeta Filho, Joaquim José de Camargo Engler, Francisco Javier Hernandez Blazquez, José Antonio Visintin, Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, Raquel Rapone Gaidzinski, Silvia Helena de Bortoli Cassiani, Maria Helena Palucci Marziale, Léa Assed Bezerra da Silva, José Carlos Pereira, Luiz Fernando Pegoraro, Rodney Garcia Rocha, Carlos de Paula Eduardo, Gerson Aparecido Yukio Tomanari, Vera Silvia Raad Bussab, Salvador Airton Gaeta, Sebastião de Sousa Almeida, Francisco de Assis Leone, Carlos Eduardo Negrão, Maria Augusta Peduti Dal'Molin Kiss, Sérgio de Albuquerque, Helena Ribeiro, Chester Luiz Galvão Cesar, Douglas Emygdio de Faria, Sigismundo Bialoskorski Neto, José Jorge Boueri Filho, Luiz Gonzaga Godoi Trigo, Nei Fernandes de Oliveira Júnior, Ignácio Maria Poveda Velasco, Daniel Pacheco Pontes, Valdir José Barbanti, Carlos Alberto Ferreira Martins, Eduvaldo Paulo Sichieri, Maria Hermínia B. Tavares de Almeida, Amâncio Jorge S. Nunes de Oliveira, Hussam El Dine Zaher, José Roberto Machado Cunha da Silva, Luiz Nunes de Oliveira, Antonio Carlos Cassola, Adrián Pablo Fanjul, João Bosco Nunes Romeiro, Sedi Hirano, Nilson Dias Vieira Júnior, Neli Maria Paschoarelli Wada, Marcello Ferreira dos Santos, Alexandre Pariol Filho, Adrian Rodolfo Cavalheiro Fuentes, Leticia Alcantara de Freitas, Lucas Oliveira Viana, Winicius Oliveira do Carmo, James Emanuel Candido, Mariana Queen Nwabasili, Gabriela Nunes Machado, Marcos de Mattos Pimenta, Tirso de Salles Meirelles, José Luiz Borges Andreoli, Leandro Salvático Freitas da Silva, Alexandre do Nascimento Souza e Júlio Arantes Azevedo. Presente, também, o Prof. Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral. Justificaram antecipadamente suas ausências, sendo substituídos por seus respectivos suplentes, os Conselheiros: Giovanni Guido Cerri, Berenice Bilharinho de Mendonça, Jorge Kazuo Yamamoto, Enrico Lippi Ortolani, Valdemar Mallet da Rocha Barros, Michel Michaelovitch de Mahiques, Oswaldo Yoshimi Tanaka, Edson Roberto Leite, Guilherme Adolfo dos Santos Mendes, Silvio Burrattino Melhado, Gilberto Américo da Silva, João Guilherme Sabino Ometto e Fábio de Salles Meirelles.

51 Justificaram, ainda, suas ausências os Conselheiros: Antonio Carlos
 52 Hernandes, Belmiro Mendes de Castro Filho, João Luis Callegari Lopes,
 53 Elisabete Maria Macedo Viegas, Walter Belluzzo Jr., Domingos Sávio Giordani,
 54 Maria Regina Torqueti, Gonzalo Vecina Neto, Barbara Grayce Guimarães, Raul
 55 Santiago Rosa, Eli da Silva Ferreira Júnior, Abram Szajman, Antenor Cerello
 56 Junior, Dário Ferreira Sousa Neto e Leandro Amorim Rosa. Havendo número
 57 legal de Conselheiros, o Magnífico Reitor declara aberta a sessão,
 58 agradecendo a presença de todos. Pede que, antes da discussão e votação da
 59 ata, façam um minuto de silêncio em memória aos professores Cesar Ades,
 60 Aziz Ab'Saber, Almir Massambani, Luiz Edmundo de Magalhães e Flávio
 61 Pierucci que faleceram recentemente. Um minuto de silêncio. A seguir, coloca
 62 em discussão e votação a Ata da reunião do Conselho Universitário realizada
 63 em 23.02.2012. Não havendo manifestação, a Ata é considerada aprovada. Ato
 64 seguinte, o **M. Reitor** passa a palavra ao Secretário Geral para apresentação
 65 dos novos membros. **Prof. Dr. Rubens Beçak**: "Diretores: Prof. Dr. Carlos
 66 Alberto Ferreira Martins (IAU) e Prof. Dr. Gerson Aparecido Yukio Tomanari
 67 (IP); Representante de Congregação: Prof.^a Dr.^a Raquel Rapone Gaidzinski
 68 (EE), (reconduzido) Prof. Dr. Alejandro Szanto de Toledo (IF) e Prof. Dr. Jorge
 69 Kazuo Yamamoto (IGc); Representante da Federação das Indústrias do Estado
 70 de São Paulo - FIESP: (reconduzido) Dr. João Guilherme Sabino Ometto;
 71 Representante da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do
 72 Estado de São Paulo – FECOMERCIO: Titular: Dr. Abram Szajman, Suplente:
 73 Dr. Antenor Cerello Júnior; Representante dos Servidores Técnicos e
 74 Administrativos: (reconduzido) Sr. Alexandre Pariol Filho (FD); Representantes
 75 Discentes de Graduação: Sr.^a Barbara Grayce Guimarães (FFLCH), Sr. Raul
 76 Santiago Rosa (FCF), Sr. Adrian Rodolfo Cavalheiro Fuentes (IME), Sr.^a Letícia
 77 Alcantara de Freitas (FFLCH), Sr. Eli da Silva Ferreira (IQ), Sr. Lucas Oliveira
 78 Viana (ECA), Sr. Winicius Oliveira do Carmo (FFLCH), Sr. James Emanuel
 79 Candido (IRI), Sr. Gilberto Américo da Silva (ECA) e Sr.^a Gabriela Nunes
 80 Machado (FD). A seguir, o **M. Reitor** passa à **Parte II – ORDEM DO DIA.**
 81 **CADERNO I – CONCESSÃO DA MEDALHA "ARMANDO DE SALLES**
 82 **OLIVEIRA" - PROCESSO 2008.1.29545.1.2 – UNIVERSIDADE DE SÃO**
 83 **PAULO** - Proposta de concessão da Medalha "Armando de Salles Oliveira" ao
 84 Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de
 85 Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, encaminhada por 89 membros do
 86 Conselho Universitário. **Parecer da Comissão Especial da Medalha**
 87 **"Armando de Salles Oliveira"**: aprova, por unanimidade dos presentes (9
 88 votos), a concessão da Medalha ao Professor Doutor Carlos Henrique de Brito
 89 Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São
 90 Paulo (12.06.12). **Prof. Dr. Rubens Beçak**: "A Secretaria Geral recebeu e
 91 figura aos senhores conselheiros no Caderno I, a concessão da medalha
 92 "Armando de Salles Oliveira", proposta de acordo com a Resolução nº
 93 5477/2008, artigo 6º, a concessão ao Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz,
 94 Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
 95 A proposta veio amplamente subscrita por conselheiros de todos os *campi*
 96 desta Universidade e na tramitação, a Secretaria Geral teve o cuidado de
 97 seguir a formalidade prevista na referida Resolução. A Comissão Especial
 98 incumbida de discutir a ambiência e oportunidade da medalha foi unânime ao
 99 deferir a sua tramitação a este egrégio Conselho Universitário. Mesmo sem
 100 haver a necessidade de um exame pela Procuradoria Geral, a Secretaria Geral,

a pedido da Reitoria, o encaminhou e o parecer está a disposição. Apesar de ter constado a fotografia do momento em que a pauta foi produzida, o processo encontra-se comigo, constando noventa e duas assinaturas apostas pedindo a concessão da medalha." **M. Reitor**: "Ressalto que essa proposição nasceu - e até poderíamos dizer que ela veio da periferia ao centro da Universidade - justamente porque iniciou em *campus* que não este *campus* principal da Universidade, e chegou nos termos que o senhor Secretário Geral acaba de dizer." Não havendo manifestação, o **M. Reitor** passa à **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco); Não = 6 (seis); Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 110 (cento e dez). É aprovada a concessão da medalha "Armando de Salles Oliveira" ao Prof. Dr. Carlos Henrique de Brito Cruz, Diretor Científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. **CADERNO II - TÍTULO DE PROFESSOR EMÉRITO - PROTOCOLADO 2012.5.977.1.3 – CELSO LAFER** - Proposta de concessão do título de Professor Emérito da Universidade de São Paulo ao Prof. Dr. Celso Lafer, Professor Titular aposentado do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito e Presidente da FAPESP, encaminhada por 90 membros do Conselho Universitário. **Parecer da PG**: manifesta que no mérito, a proposta encontra-se justificada, sendo o homenageado docente aposentado, satisfaz-se o requisito do art. 93 do Estatuto da USP. Sob o aspecto jurídico, não há óbices à concessão do título, salienta, apenas a exigência de aprovação pelo Co, observado o quórum de 2/3 de seus membros (13.06.12). **Parecer da CLR**: aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), a concessão do título de Professor Emérito ao Prof. Dr. Celso Lafer (13.06.12). **Prof. Dr. Rubens Beçak**: "Tramitou igualmente pela Secretaria Geral. Houve várias listas advindas dos vários *campis* da Universidade com a proposta de concessão de título de Professor Emérito. Foi observado que ali constavam os 20% de assinaturas dos membros do Conselho, previsto no parágrafo 6º do artigo 11 do Regimento do Conselho Universitário. Trata-se da concessão do título para o Prof. Dr. Celso Lafer, Professor Titular ora aposentado do Departamento de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito, atualmente Presidente da FAPESP. A proposta obedeceu os requisitos legais e de acordo com o que consta da nossa norma foi encaminhada para pauta e agendamento na CLR, onde foi amplamente discutida e aprovada por unanimidade dos seus membros na última sessão. Inclusive o Presidente da CLR, Prof. Dr. Francisco de Assis Leone, está inscrito para falar alguns minutos sobre a tramitação na Comissão. A proposta igualmente na pauta no momento de elaboração constava com o número de assinaturas que todos podem ver, hoje depositado na Secretaria Geral temos noventa e duas assinaturas apostas. É preciso mencionar que o Magnífico Reitor fez questão por razões íntimas de não assinar, nem a lista do mérito, nem a lista precedente que já foi aprovada." **Cons. Francisco de Assis Leone**: "Trata-se de uma proposta de título de Professor Emérito, encaminhada por noventa membros desse Colegiado. De acordo com o parecer da Procuradoria Geral, a proposta encontra-se justificada, tanto no seu mérito quanto no requisito do artigo 93 do Estatuto. Seria desnecessário dizer da notável contribuição do Prof. Celso Lafer. Acredito que a Prof.^a Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida, com mais propriedade, poderá falar sobre isso. A proposta foi discutida na CLR e foi aprovada por unanimidade dos seus membros." **Cons.^a Maria Hermínia Brandão Tavares de Almeida**: "Na

151 verdade, minha fala, talvez, fosse dispensável, mas não gostaria de perder a
 152 oportunidade de dizer que essa é uma decisão importante da Universidade. O
 153 Prof. Celso Lafer tem uma trajetória acadêmica ímpar, tanto na área de
 154 Filosofia de Direito como na área de Relações Internacionais, onde ele é um
 155 dos fundadores dos estudos em Relações Internacionais no Brasil. Não preciso
 156 me estender muito, mas achei que era necessário fazer esse registro,
 157 simplesmente para reforçar o pleito. Ele é tão importante na nossa área, que
 158 também estamos conferindo o título de Professor Emérito. A cerimônia será no
 159 dia 15 de agosto e todos os conselheiros estão convidados. Há um número
 160 muito grande de colegas que reconhecem a importância do Prof. Celso como
 161 acadêmico, como liderança intelectual e como liderança cidadã também.
 162 Obrigada." Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca em Votação. Pelo painel
 163 eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco); Não = 8
 164 (oito); Abstenções = 6 (seis); Total de votantes = 109 (cento e nove). É
 165 aprovada a concessão do título de Professor Emérito da Universidade de São
 166 Paulo ao Prof. Dr. Celso Lafer, Professor Titular aposentado do Departamento
 167 de Filosofia e Teoria Geral do Direito da Faculdade de Direito e Presidente da
 168 FAPESP, obedecido o quórum estatutário. **CADERNO III – ALIENAÇÃO - 1.**
 169 **PROCESSO 2010.1.8484.1.7 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Alienação
 170 de imóvel situado à Rua Homero Pires, nº 45, Vila Prudente, São Paulo – SP,
 171 oriundo de herança vacante de Wanda Mazurek. Parecer Técnico da COESF:
 172 indica a importância de R\$ 150.000,00 como sendo o mais provável valor de
 173 venda, à vista, que o imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (23.05.11).
 174 Parecer da CAVI-HV: o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra
 175 Massola, aprova, *ad referendum* da Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação
 176 com o valor de venda apontado (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por
 177 unanimidade dos presentes (5 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos**
 178 **Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel oriundo de Herança Vacante de
 179 Wanda Mazurek, situado na rua Homero Pires, 45, Vila Prudente – São
 180 Paulo/SP (08.08.11). **2. PROCESSO 2010.1.23930.1.4 – UNIVERSIDADE DE**
 181 **SÃO PAULO** - Alienação de imóvel situado na Rua Chamantá, nº 806, Vila
 182 Prudente, São Paulo - SP, oriundo da herança vacante de Wanda Mazurek.
 183 Parecer Técnico da COESF: indica a importância de R\$ 181.242,00 como
 184 sendo o mais provável valor de venda, à vista, que o imóvel alcançaria se
 185 exposto no livre mercado (02.06.11). Parecer da CAVI-HV: o Sr. Presidente,
 186 Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, aprova, *ad referendum* da
 187 Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação com o valor de venda apontado
 188 (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos)
 189 o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos Egydio Silva**, favorável à alienação do
 190 imóvel oriundo de Herança Vacante de Wanda Mazurek, situado na rua
 191 Chamantá, nº 806, Vila Prudente – São Paulo/SP (08.08.11). **3. PROCESSO**
 192 **2010.1.8124.1.0 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Alienação de imóvel
 193 situado na Rua Lombroso, nº 165, Vila Prudente, São Paulo - SP, oriundo da
 194 herança vacante de Wanda Mazurek. Parecer Técnico da COESF: indica a
 195 importância de R\$ 352.164,00 como sendo o mais provável valor de venda, à
 196 vista, que o imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (27.05.11). Parecer
 197 da CAVI-HV: o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola,
 198 aprova, *ad referendum* da Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação com o
 199 valor de venda apontado (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por
 200 unanimidade dos presentes (5 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos**

201 **Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel oriundo de Herança Vacante de
202 Wanda Mazurek, situado na rua Rua Lombroso, nº 165, Vila Prudente – São
203 Paulo/SP (08.08.11). **4. PROCESSO 2010.1.23929.1.6 – UNIVERSIDADE DE**
204 **SÃO PAULO** - Alienação de imóvel situado na Rua Chamantá, nº 1.181, Vila
205 Prudente, São Paulo - SP, oriundo da herança vacante de Wanda Mazurek.
206 Parecer Técnico da COESF: indica a importância de R\$ 394.000,00 como
207 sendo o mais provável valor de venda, à vista, que o imóvel alcançaria se
208 exposto no livre mercado (1º.06.11). Parecer da CAVI-HV: o Sr. Presidente,
209 Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, aprova, *ad referendum* da
210 Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação com o valor de venda apontado
211 (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos)
212 o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos Egydio Silva**, favorável à alienação do
213 imóvel oriundo de Herança Vacante de Wanda Mazurek, situado na rua Rua
214 Chamantá, nº 1.181, Vila Prudente – São Paulo/SP (08.08.11). **5. PROCESSO**
215 **2010.1.23927.1.3 – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Alienação de imóvel
216 situado na Rua Américo Vespucci, nº 400-A, Vila Prudente, São Paulo - SP,
217 oriundo da herança vacante de Wanda Mazurek. Parecer Técnico da COESF:
218 indica a importância de R\$ 215.262,00 como sendo o mais provável valor de
219 venda, à vista, que o imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (31.05.11).
220 Parecer da CAVI-HV: o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra
221 Massola, aprova, *ad referendum* da Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação
222 com o valor de venda apontado (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por
223 unanimidade dos presentes (5 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos**
224 **Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel oriundo de Herança Vacante de
225 Wanda Mazurek, situado na rua Rua Américo Vespucci, nº 400-A, Vila
226 Prudente – São Paulo/SP (08.08.11). **6. PROCESSO 2010.1.8125.1.7 –**
227 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Alienação de imóvel situado na Rua
228 Lombroso, nº 143 - 143 fundos, Vila Prudente, São Paulo - SP, oriundo da
229 herança vacante de Wanda Mazurek. Parecer Técnico da COESF: indica a
230 importância de R\$ 236.500,00 como sendo o mais provável valor de venda, à
231 vista, que o imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (30.05.11). Parecer
232 da CAVI-HV: o Sr. Presidente, Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola,
233 aprova, *ad referendum* da Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação com o
234 valor de venda apontado (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por
235 unanimidade dos presentes (5 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos**
236 **Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel oriundo de Herança Vacante de
237 Wanda Mazurek, situado na rua Lombroso, nº 143 - 143 fundos, Vila Prudente
238 – São Paulo/SP (08.08.11). **7. PROCESSO 2010.1.8123.1.4 – UNIVERSIDADE**
239 **DE SÃO PAULO** - Alienação de imóvel situado na Rua Lombroso nº 137 e
240 137-A, Vila Prudente, São Paulo - SP, oriundo da herança vacante de Wanda
241 Mazurek. Parecer Técnico da COESF: indica a importância de R\$ 317.725,00
242 como sendo o mais provável valor de venda, à vista, que o imóvel alcançaria se
243 exposto no livre mercado (30.05.11). Parecer da CAVI-HV: o Sr. Presidente,
244 Prof. Dr. Antonio Marcos de Aguirra Massola, aprova, *ad referendum* da
245 Comissão, o Laudo Técnico de Avaliação com o valor de venda apontado.
246 **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos) o parecer
247 do relator, **Prof. Dr. Marcos Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel
248 oriundo de Herança Vacante de Wanda Mazurek, situado na rua Lombroso nº
249 137 e 137-A, Vila Prudente – São Paulo/SP (08.08.11). **8. PROCESSO**
250 **90.1.10320.1.8 – IDA ALOY SCIGLIANO** - Alienação de imóvel situado na Rua

Doutor Olavo Egídio, nº 672 e 676, Santana, São Paulo - SP, oriundo da herança vacante de Ida Aloy Scigliano. Parecer Técnico da COESF: indica a importância de R\$ 11.756,00 (parte ideal de um trinta e dois avos - pertencente à USP) como sendo o mais provável valor de venda, à vista, que o imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (03.06.11). Parecer da PG-USP: tendo em vista consultas formuladas administrativamente a alguns condôminos, e de que não tiveram resultados frutíferos, encaminha, preliminarmente à CAVI-HV e à COP para que avaliem a alienação da parte ideal do bem (1/32). Deve-se seguir, em caso positivo, ao Departamento de Patrimônio Imobiliário da USP, a fim de se providenciar uma nova certidão do bem junto ao Oficial de Registro de Imóveis, contatando todos os condôminos para verificar o interesse dos mesmos na aquisição da mencionada parte, caso contrário, de se ultimar a venda a terceiros, por licitação. Em caso negativo as medidas sugeridas, os autos deverão retornar a esta Procuradoria, para fins de ser proposta ação de extinção do condomínio, o imóvel sendo levado a hasta pública (22.06.11). Parecer da CAVI-HV: acolhe o parecer da PG-USP (04.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel oriundo da Herança Vacante de Ida Aloy Scigliano, situado na rua Doutor Olavo Egídio, nº 672 e 676, Santana, São Paulo - SP (08.08.11). **9. PROCESSO 2011.1.3002.1.5 - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO** - Alienação de imóvel situado na Rua Paramirim, nº 1104, Vila Brasilândia, São Paulo - SP, oriundo da herança vacante de Maria Tereza Castro. Parecer Técnico da COESF: indica a importância de R\$ 375.300,00 como sendo o mais provável valor de venda, à vista, que o imóvel alcançaria se exposto no livre mercado (17.10.11). Parecer da CAVI-HV: o Sr. Presidente aprova, *ad referendum* da Comissão, a venda do imóvel em tela, nos termos do laudo de avaliação, cujo valor apontado como provável para a citada venda é R\$ 375.300,00 (23.01.12). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos) o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos Egydio Silva**, favorável à alienação do imóvel oriundo da Herança Vacante de Maria Tereza Castro, situado na rua Paramirim, nº 1.104, Vila Brasilândia, São Paulo - SP (12.03.12). **Prof. Dr. Rubens Beçak:** "Os processos de 1 a 9 deste Caderno tramitaram como devido por todas as Comissões atinentes e lembro que o Procurador Geral, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco está presente para qualquer necessidade de eventual esclarecimento. Informo que estão presentes os Professores Antonio Marcos de Aguirra Massola e Vahan Agopyan que faziam parte da Comissão que analisa a questão patrimonial na USP na época, para qualquer manifestação. O Prof. Dr. Vahan Agopyan gostaria de fazer uma pequena exposição e, antes disso, o Prof. Dr. Joaquim José de Camargo Engler, Presidente da COP, como responsável. A proposta da Secretaria Geral é que a votação seja em bloco." **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** "Temos, nesse Caderno, nove imóveis com proposta de alienação. Os processos são semelhantes e todos eles tiveram uma mesma tramitação. Essa tramitação começa na Comissão que trata do patrimônio cultural da Universidade. Essa Comissão, em um primeiro momento, examina o interesse ou não dos imóveis propostos para alienação, sob o ponto de vista cultural. Havendo interesse sob o ponto de vista cultural, o imóvel é retirado da lista de eventual alienação. Os nove imóveis foram submetidos à Comissão de Patrimônio Cultural, que manifestou não haver interesse, do ponto de vista

301 cultural, na manutenção desses imóveis. A proposta de alienação teve início na
 302 Comissão que administra os imóveis de heranças vacantes da Universidade de
 303 São Paulo. A Comissão considerou esses imóveis onerosos para a USP, estão
 304 em estado de conservação precário e os alugueis, quando ocorrem, são de
 305 valores muito baixos, não compensando à Universidade mantê-los em seu rol
 306 patrimonial. Solicitou, então, a alienação. A etapa seguinte consiste na
 307 elaboração de um laudo técnico de avaliação, o que foi feito para todos eles,
 308 definindo o valor básico para o processo licitatório para a venda desses
 309 imóveis. Na sequência, voltaram à Comissão de Acompanhamento da Venda
 310 de Imóveis de Herança Vacante, que emitiu um parecer favorável à alienação.
 311 Os processos foram para a COP, que também analisou o assunto e
 312 manifestou-se, por unanimidade, favorável, aprovando o parecer do relator, que
 313 foi o Prof. Dr. Marcos Egydio, que não está mais no Co. A venda dos imóveis,
 314 respeitada a avaliação, será através de processo licitatório, na modalidade
 315 leilão. O imóvel que consta do item 8 possui uma peculiaridade: a USP não é
 316 proprietária da totalidade desse imóvel, possui uma parte ideal de 1/32 avos.
 317 Existem mais trinta e um herdeiros. Nesse caso, conforme consta do parecer
 318 da Procuradoria Geral, antes de ser feito o leilão terão que ser considerados o
 319 interesse dos outros trinta e um herdeiros, que têm preferência na eventual
 320 compra. Se mais de um deles tiver interesse, será feito um leilão entre eles. Na
 321 hipótese de que eles não tenham interesse, entrará em processo licitatório
 322 geral para leilão. Finalmente, se alienados, os recursos provenientes dessa
 323 alienação, de acordo com dispositivo legal, só poderão ser utilizados para a
 324 moradia estudantil. Esses recursos ficarão à disposição da Comissão de
 325 Gestão da Política de Apoio à Permanência e Formação Estudantil, para
 326 utilização em programas de moradia estudantil.” **Cons. Vahan Agopyan:**
 327 **Cons. Vahan Agopyan:** “Tive a honra de participar dessa Comissão por um
 328 longo período, na gestão do Prof. Marcovitch e, depois, na do Prof. Melfi e no
 329 começo da gestão da Prof.^a Suely Vilela. Havia uma legislação estadual que
 330 transferia para a USP as heranças vacantes. Depois passaram a ser
 331 transferidas para o Município onde ocorre a vacância. O Prof. Engler relatou
 332 muito bem o que aconteceu. Geralmente, os imóveis estão em péssimo estado
 333 de conservação e têm alguma pendência jurídica. A Universidade tenta
 334 recuperar esses imóveis, torná-los viáveis para serem alienados, visando
 335 aplicar esses recursos em residências estudantis. Os senhores verificam as
 336 dificuldades a serem enfrentadas, que demandam tempo para conseguir
 337 colocar os imóveis em condições de serem alienados. Como a finalidade é
 338 apoiar a residência estudantil, o melhor é alienar esses imóveis e, com os
 339 recursos obtidos, investir nas residências estudantis.” **Cons. Alexandre Pariol**
 340 **Filho:** “Tenho uma questão. Na Faculdade de Direito temos uma experiência
 341 com a Casa do Estudante. Por acaso nenhum desses imóveis não poderia
 342 servir diretamente como moradia estudantil, a partir da administração de algum
 343 Centro Acadêmico, nos moldes já existentes na Faculdade de Direito?” **M.**
 344 **Reitor:** “Acho melhor que se faça um exame dessa questão, ao invés de
 345 responder rapidamente. A questão fica registrada, os órgãos jurídicos da
 346 Universidade fazem o exame e depois podem responder. Não sei se o Prof.
 347 Magalhães concorda comigo, senão, manifeste-se, por favor. Lembro-me bem
 348 da questão da Casa do Estudante, porque isso foi extremamente debatido com
 349 a Prof.^a Suely quando da minha diretoria; e o Prof. Magalhães também sabe,
 350 porque estivemos aqui algumas vezes falando com a professora, aquilo é

propriedade privada. Por exemplo, para reformar a Casa do Estudante, não é possível com recurso orçamentário da USP e nem é possível com esse recurso da venda, porque também é recurso orçamentário. Entretanto, o que foi feito está de pé até hoje, a questão só não se finalizou porque bem no momento que a Universidade havia aceitado, havia uma proposta de reforma que gastaria, na época, cerca de três milhões. Só que houve a negociação com o pessoal do Centro Acadêmico XI de Agosto, a diretoria naquela época aceitava, só que a diretoria da Casa - aqueles que moram na Casa - na última hora não se juntaram. Era perto da eleição do Centro Acadêmico, então disseram que não iriam fazer. Aquilo teve duas vertentes. A primeira é essa questão que a Universidade receberia a propriedade do imóvel. Hoje ela tem, muito depauperada, cerca de sessenta lugares para alunos. A Reitoria, no tempo da Prof.^a Suely Vilela, reformaria a Casa e deixaria as mesmas sessenta vagas para a Faculdade de Direito e as outras vagas que seriam criadas suplementarmente - porque o prédio é muito antigo e espaçoso - seria para a Universidade e seria administrado, obviamente, pelos serviços da Casa do Estudante. Todos aceitaram. Na última hora, por razões políticas internas do Centro Acadêmico, não se fez. Havia outra questão, que também o Prof. Magalhães deve lembrar, fomos algumas vezes juntos conversar com o Governador Claudio Lembo, que é o Secretário da Prefeitura, que era a questão da dívida do IPTU que aquele imóvel possui. O Centro Acadêmico nunca conseguiu a isenção, mas não paga. Não estou fazendo crítica nenhuma ao Centro Acadêmico, pois como é que a gestão que fica um ano poderia pagar aproximadamente seis milhões, que era o valor da dívida na época? O que foi sugerido, de comum acordo com a Prefeitura é que eles pediriam o parcelamento da dívida, pagariam a primeira parcela e, logo em seguida passariam o imóvel para a Universidade de São Paulo, que poderia reformar. E no momento que ele chegasse, a USP pediria a isenção do restante dos pagamentos. Não sei da parte da Prefeitura, mas da parte da Universidade continua a mesma boa vontade que a Prof.^a Suely teve. Se, por ventura, ninguém está pedindo e nem instando nada, se em algum momento houver essa possibilidade, a Universidade poderá fazer dessa forma. É o interesse privado do Centro Acadêmico, ele faz se quiser.” **Cons. Alexandre Pariol Filho:** “Desculpe, mas não levantei a questão da Casa do Estudante. Coloquei a questão em relação a essas moradias. Que essas moradias sejam transformadas em moradia estudantil.” **M. Reitor:** “Tem que ser feito um estudo. A maioria dessas casas não está vaga. Por exemplo, sou do Conselho Estadual de Educação e existe lá uma senhora que serve chá e café. Logo que cheguei esta veio conversar comigo, dizendo que estava doente e que há vários anos não pagava o seu aluguel – na Penha. Esses imóveis estão localizados em vários lugares. A pouco tempo ela apareceu dizendo que tinha feito um acordo com a Universidade e que agora iria pagar. De forma que gostaria que se tivesse essa ideia, pois não é impossível imaginar. Mas, não é muito prático, pois existem lugares que, muitas vezes, há outros proprietários, geralmente é difícil ter um imóvel separado e totalmente da Universidade de São Paulo e isso implica em questões jurídicas muito grandes. Mas, acho que não é impossível fazer essa verificação que o conselheiro solicitou.” **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** “Em relação a pergunta do Alexandre, gostaria de lembrar que alguns imóveis, pelas características atuais e estado de conservação, dificilmente poderiam ser aproveitados. Qualquer pessoa que

vier a adquirir o imóvel terá que fazer uma reforma muito grande ou demolir para construir. Uma forma que pode atender a sua proposta mais ou menos na linha que o Magnífico Reitor falou é que mesmo que se vote pela alienação previamente a colocação deles no processo licitatório, que a Comissão de Heranças faça uma avaliação dos oito imóveis - aquele que a USP tem só 1/32 avos não tem como ser utilizado - e se houver algum deles que possa ser utilizado para a moradia estudantil, este seria excluído do processo de licitação. Poderíamos aprovar a alienação, que só se concretizaria após uma verificação pela Comissão de Heranças Vacantes, da possibilidade de utilizar um ou mais desses imóveis para a moradia estudantil. Se a Comissão não encontrar condições para esse uso, eles entrariam no processo licitatório." O **Cons. Alexandre Pariol Filho** pergunta se existe algum representante dos estudantes na Comissão de Heranças Vacantes. O **Cons. Joaquim José de Camargo Engler** responde que desconhece a constituição atual da Comissão, mas quando participou como membro havia representante discente e acredita que continue havendo. **Prof. Dr. Helio Nogueira da Cruz**: "Há vários anos, desde a gestão do Prof. Lobo, que o procedimento tem sido o de colocar à venda esses imóveis, inclusive por facilidade administrativa. Muitas vezes eram imóveis localizados no extremo do Estado, exigindo transporte e pagamento de impostos, o que é muito difícil e oneroso, de forma que a política vem sendo continuada nesta direção. E, como o Prof. Engler disse, em alguns casos, quando havia interesse por parte da Universidade em alguns desses próprios, eles eram separados e passavam a ser utilizados. Estou falando, também, como Presidente da Comissão de Permanência Estudantil que, aliás, possui representação discente. Tratamos do tema e temos, nos últimos anos, criado vagas nos alojamentos nos *campi* da Capital, Ribeirão Preto e São Carlos. Como também ampliamos muito a política de auxílio moradia, neste ano foram atendidos todos os alunos P1 de maior carência socioeconômica. É uma política continuada e tem sido adotada há vários mandatos reitorais. É importante enfatizar a sugestão do Prof. Engler de que se houver interesse específico em algum desses imóveis tratados na pauta, ele poderia ser estudado particularmente e incluído na política geral." **Cons.^a Lisete Regina Gomes Arelaro**: "Gostaria de fazer uma sugestão um pouco diferente do que foi discutido até agora. Que realmente nos apresássemos para o processo de alienação. A Dona Wanda, que é uma das últimas doadoras, faleceu em 1º.03.1990, estamos no dia 20.06.2012. Eu acompanhei um imóvel, na época o Reitor era o Prof. Fava, e diria que infelizmente temos máfias nas imobiliárias e nos cartórios que acompanham estas situações. Vi um imóvel ser deteriorado, era uma casa belíssima em Diadema. A imobiliária conhece tudo, sabia que era da USP, ela contrata uma família que gere emoções, como esta senhora do Conselho, a família contrata um mendigo, um morador de rua, dão cem reais para ele ficar lá com as janelas abertas, portas abertas, para que chova e deteriore rapidamente e depois, obviamente, o preço de mercado é o preço do terreno. Não temos estrutura, a menos que o Prof. Massola diga não - eu consigo fazer isso muito bem -, mas, historicamente, o Prof. Massola já nos garantiu que ele não tem condições de ter uma equipe de engenheiros que continuem acompanhando essa situação. Hoje iremos votar uma questão e não tenho dúvida que vinte e dois anos depois qualquer imóvel, até os móveis e as pessoas mudam e, obviamente, esses imóveis estarão hoje sendo vendidos por um preço subavaliados do que seriam há quinze anos atrás, se tivéssemos

451 conseguido ser rápidos e ter vendido. O Prof. Rodas poderia mandar uma
452 cartinha aos ricos do Brasil, porque temos alguns multimilionários, solicitando
453 que doem uma casa em boas condições e então poderemos atender até
454 moradia de estudante. O Antônio Ermírio de Moraes, ex aluno da USP, por
455 exemplo, pode ser um que doe um imóvel já pronto para uso e não nessa
456 situação. Os ricos do Brasil - é bom que lembremos - são pouco generosos
457 com as Universidades. Às vezes, alguns brasileiros doam para universidades
458 americanas ou israelenses, mas não doam para a Universidade de São Paulo e
459 nem para as universidades públicas. De forma que o movimento nessa direção
460 também seria compatível." **Cons. Alexandre do Nascimento Souza:** "Apenas
461 uma questão para entender como são estipulados os valores desses imóveis,
462 porque em uma rápida consulta que fizemos agora, o metro quadrado na Vila
463 Prudente, onde há inúmeros imóveis que estão sendo propostos para
464 alienação variou entre R\$ 1.136,00 e R\$ 1.494,00, e os valores dos cinco
465 primeiros imóveis que estão no documento que nos foi disponibilizado são R\$
466 602,00, R\$ 920,00, R\$ 517,00 o metro quadrado. R\$ 1.138,00 foi o mais
467 próximo do valor que encontramos. Solicito o esclarecimento de como é
468 estipulado o valor desses imóveis, uma vez que há uma discrepância entre os
469 valores que vimos em um *site* próprio de venda de terrenos e os que constam
470 do documento." **Cons. Leandro Salvático Freitas da Silva:** "O que eu gostaria
471 de falar é um pouco relacionado aos imóveis mas, também, tem alguma
472 relação quanto à ocupação da Universidade, as reformas, a reestruturação que
473 tem sido chamada de modernização. Abri nossa pauta e vi essa quantidade
474 enorme de imóveis sendo vendidos, não aproveitados pela Universidade,
475 enquanto que, ao mesmo tempo, outros imóveis vêm sendo adquiridos por
476 somas razoavelmente altas e não vi, durante esse meu mandato no Conselho,
477 nada que tenha passado pela nossa aprovação. Outra questão é que existem
478 diversas áreas a serem ocupadas pela Universidade, no entanto, a área onde
479 está localizada o Núcleo de Consciência Negra continua sobre ameaça.
480 Estamos agora conversando e até gostaria de agradecer à Pró-Reitoria de
481 Cultura e Extensão, pois estamos trabalhando no sentido da criação de um
482 Núcleo de Apoio à Cultura e Extensão trabalhar e somar forças à Universidade,
483 do ponto de vista cultural e da inclusão social, mas até agora não houve uma
484 manifestação. Coloco novamente este assunto acerca de qual seria o espaço
485 alternativo que a atual gestão da Universidade designou ao Núcleo, conforme
486 divulgado no USP Destaques nº 50. Existem vários imóveis, há várias coisas
487 acontecendo e, paralelamente, a discussão sobre o espaço onde o Núcleo de
488 Consciência Negra desenvolve um projeto social para duzentos alunos que
489 estudam pré-vestibular, que oferece ensino de idiomas de forma voluntária
490 para pessoas de baixa renda majoritariamente negras, que não têm acesso ao
491 conhecimento e que faz um debate há vinte e cinco anos sobre a questão
492 étnico-racial na Universidade. Podemos observar aqui que são poucos os
493 docentes negros, quase nada. Fiquei feliz que encontrei um docente negro
494 representando. Parabéns por ter superado todas as barreiras que o senhor
495 teve que vencer, porque é difícil para a população negra conseguir avançar. E
496 quando ela avança e consegue estabelecer um espaço de discussão, de
497 articulação política para vencer as barreiras que historicamente nos foram
498 impostas, enfrentamos essa questão de estarem querendo nos expulsar.
499 Estamos aqui para construir, queremos somar, somos propositivos, queremos
500 o melhor, buscamos o melhor. Lutamos nesse sentido e merecemos um

501 espaço. Gostaria que o espaço onde hoje está localizado o IEB fosse destinado
 502 ao Núcleo de Consciência Negra. Já fiz essa proposta anteriormente, mas não
 503 ouvimos nem um sim e nem um não. Não ouvimos qual o espaço alternativo e,
 504 enquanto isso, diversos imóveis estão indo para o *paper line* de negociação
 505 com imobiliária 'X'. Nem sei se os valores estão corretos ou errados, não
 506 entrarei nesse mérito, mas a questão é que é um espaço para ser utilizado pela
 507 Universidade, é da Universidade e está sendo colocado para fora. Enquanto
 508 isso, expulsa os negros que com muito custo conseguiram adentrar esses
 509 muros, esse filtro social perverso que é o vestibular. Isso não está certo. É, de
 510 certa forma, incoerente. Temos que trabalhar no sentido de conseguir um ponto
 511 bom e positivo para todos." **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:**
 512 "Aproveitando a oportunidade da discussão da questão dos imóveis da
 513 Universidade de São Paulo, gostaria de solicitar ao Prof. Rodas que explique
 514 aos conselheiros, para que possamos, também, explicar para a comunidade
 515 uspiana, o que aconteceu com o prédio do Hospital do Centrinho, que ficou
 516 durante longos anos sendo construído com verba pública, verba do Ministério
 517 da Saúde, sempre com a justificativa de que aquele prédio seria destinado a
 518 projetos a serem desenvolvidos para atender os milhões de pacientes
 519 portadores de necessidades especiais na área de má formações.
 520 Recentemente, fomos informados através da mídia de Bauru, que o prédio não
 521 é mais do Centrinho. O prédio foi destinado ao Governador do Estado para que
 522 seja instituído o Hospital Geral. Gostaria de aproveitar essa oportunidade,
 523 porque existe uma tristeza muito grande da comunidade do *campus* de Bauru,
 524 bem como dos milhares de pacientes que estavam esperando a expansão dos
 525 serviços destinados ao seu tratamento - um tratamento de qualidade, que é
 526 referência na América Latina. Tenho acompanhado o Conselho Universitário,
 527 mesmo antes de ser membro e não me recordo de ter lido em nenhuma Ata
 528 aprovada pelos conselheiros a doação desse prédio, que era da Universidade,
 529 para o Governador do Estado." **M. Reitor:** "Com referência a essa questão,
 530 pediria que o pessoal do próprio *campus* de Bauru venha dar as explicações. A
 531 questão não é simplista da forma como foi colocada." Não havendo mais
 532 inscritos, o **M. Reitor** passa à **Votação**. Pelo painel eletrônico, obtém-se o
 533 seguinte resultado: Sim = 95 (noventa e cinco); Não = 3 (três); Abstenções = 11
 534 (onze); Total de votantes = 109 (cento e nove). São aprovadas, em bloco, as
 535 Alienações constantes nos itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 do Caderno III,
 536 obedecido o quórum estatutário. **M. Reitor:** "Gostaria de fazer duas referências
 537 rápidas. Em primeiro lugar, que a permanência estudantil e mesmo a questão
 538 de moradia não depende desse dinheiro, pura e simplesmente. O orçamento
 539 da Universidade está aberto para isso e é uma das prioridades. O próprio
 540 Presidente da Comissão, Vice-Reitor, Prof. Helio Nogueira, acaba de dizer que
 541 os P1 estão todos cobertos de uma forma ou de outra. Isso é um compromisso
 542 absoluto da Universidade, é o mínimo que ela pode fazer. Em segundo lugar,
 543 com referência a questão do Núcleo da Consciência Negra, como o próprio
 544 Engenheiro Salvático disse, está em vias de fazer a legalização, coisa que é
 545 esperada por eles e pela Universidade há muito tempo. É óbvio que no
 546 momento em que houver essa legalização, que é feita por uma questão
 547 estatutária junto a Pró-Reitoria, serão estudados, mutuamente, os lugares. No
 548 IEB não é possível antes que este mude; e vários meses ainda são
 549 necessários para que ele possa mudar para outro prédio. Não existe, por outro
 550 lado, a questão do perigo de expulsão. Da mesma forma como foi dito naquele

USP Destaques de nº 50, está absolutamente preservada a localização atual até que regularizados, possamos, em conjunto, achar outra solução. A legalização é uma questão prévia à questão de busca e cessão de espaço. Se alguém ainda tem algum receio, penso que está perdendo tempo, porque é melhor se recear de outras coisas que não essa.” **CADERNO IV – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO GERAL DA USP - 1. PROCESSO 2011.1.3228.86.2 – ESCOLA DE ARTES, CIÊNCIAS E HUMANIDADES -** Proposta de alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral. Ofício do Diretor da EACH, Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho, ao Procurador Geral da USP, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, encaminhando a proposta de alteração do artigo 122 do Regimento Geral, com a inclusão de parágrafo único, tendo em vista a inexistência de Departamentos na EACH (31.10.11).

Parecer da PG: observa que há certa impropriedade na redação do dispositivo do art. 122 referindo-se à “criação” dos cargos da carreira docente, pois, a rigor, a criação dos cargos públicos, como já reiteradamente decidido pelo Tribunal de Contas do Estado, há de ser sempre feita por lei em sentido estrito. Portanto, o art. 122 não poderia utilizar a expressão “criados”, mas, sim, o termo “distribuídos”, pois é este ato que ele pretende regular. Assim, a lei cria o cargo e ele é distribuído segundo o procedimento previsto no art. 122 do Regimento Geral. Observa, também, que tal dispositivo, ao cuidar dos cargos da carreira docente prevê apenas a hipótese de distribuição para cada Departamento, sem referência às Unidades que não se dividem em Departamentos. Explica que a redação sugerida pode levar a uma má compreensão, ao estatuir que “os cargos da carreira docente serão criados nas Unidades” sem maiores esclarecimentos. Recomenda uma nova redação à proposta da EACH, já incluindo a atualização do *caput* do art. 122 do Regimento Geral. Além disso, a mera alteração do art. 122, sem revisão sistemática das demais previsões do Regimento Geral, poderia gerar contradições. A fim de evitar-se esta situação, sugere que a proposição do d. consulente seja acompanhada de proposta de modificação, também, do art. 125 do Regimento Geral, o qual rege a realização dos concursos da carreira docente apenas das Unidades que se organizam em Departamentos. Devolve os autos à Unidade para análise, pela Congregação, da conveniência de apresentação de proposta de alteração do Regimento Geral (17.01.12).

Texto Atual: Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão criados em cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co. Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade. § 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento. § 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação. **Texto Proposto:** Artigo 122 - Os cargos da carreira docente serão distribuídos para cada Departamento, mediante proposta do respectivo conselho, com pronunciamento favorável do CTA e da Congregação e aprovação do Co. Parágrafo único – Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os cargos da carreira docente serão distribuídos para a própria Unidade, obedecendo-se ao procedimento previsto no *caput* deste artigo. Artigo 125 - Os concursos far-se-ão nos termos dos respectivos editais

segundo as disposições do Estatuto, deste regimento e do regimento da Unidade. § 1º - Os concursos serão feitos para o Departamento, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento. § 2º - O programa, proposto pelo Departamento, deverá ser submetido à apreciação da Congregação. § 3º - Nas Unidades que não se organizam em Departamentos, os concursos serão feitos para a própria Unidade, de acordo com programa especialmente elaborado com base em disciplina ou conjunto de disciplinas, de modo a caracterizar uma área de conhecimento. § 4º - Nas Unidades de que trata o §3º, o programa será proposto pela CG, ou, quando o caso, conjuntamente pela CG e pela CPG, e deverá ser submetido à apreciação da Congregação. **Parecer da Congregação:** aprova a recomendação da PG-USP, de alteração dos arts. 122 e 125 do Regimento Geral (15.02.12). **Manifestação da PG:** tendo em vista que a Congregação acatou as sugestões da PG-USP no que tange a alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral, encaminha os autos à CLR (23.02.12). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Luiz Nunes de Oliveira**, favorável à proposta de alteração dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral (14.03.12). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **2. PROCESSO 2011.1.25106.1.8 – PRÓ-REITORIA DE CULTURA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA** - Proposta de alteração dos artigos 119 e 203 do Regimento Geral. Informação da Câmara de Cursos de Extensão da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, encaminhando a proposta de alteração dos artigos 119 e 203 do Regimento Geral, objetivando atualizar as legislações vigentes (20.10.11). Informação da Pró-Reitora de Cultura e Extensão Universitária, Prof.^a Dr.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda, de que a proposta envolve aspectos não só de mérito, mas jurídicos e de cunho legal que podem escapar às competências do CoCEX, sugerindo o encaminhamento da matéria, preliminarmente, à CLR (02.12.11). **Parecer da PG:** observa que a proposta elimina o conceito de cursos de longa duração e reduz os possíveis integrantes do corpo discente da Universidade, não havendo óbices no tocante à adequação formal da proposta às normas superiores da USP. Ressalta apenas que, à semelhança dos cursos de atualização e difusão, o curso de aperfeiçoamento deverá ser regido por normas infra-Regimento Geral, que poderão estabelecer o órgão competente para autorizá-lo e regulamentá-lo. Com relação à redação da proposta, sugere que a expressão “Curso de Especialização” no § 1º do artigo 119 seja grafada com as iniciais minúsculas, sugerindo, ainda, nova redação para o artigo 203 (21.12.11). **Texto Atual:** Artigo 119 - Os cursos de longa duração, de especialização e de aperfeiçoamento serão regulamentados e autorizados pelo CoPGr, por proposta das comissões de pós-graduação. § 1º - Os cursos mencionados no *caput* deverão ter duração mínima de um ano e serão caracterizados por um currículo definido de estudos, admitindo-se a existência de disciplinas optativas. § 2º - Os cursos referidos no parágrafo anterior poderão contar com a colaboração de docentes de mais de uma Unidade e de especialistas não pertencentes à USP. Artigo 203 - O corpo discente é constituído pelos estudantes regularmente matriculados na USP: I - em cursos de graduação ou pós-graduação; II - em cursos de longa duração, de especialização ou de aperfeiçoamento. Parágrafo único - O corpo discente organizar-se-á livremente em Centros Acadêmicos, Grêmios, Associações de

651 Pós-Graduação e Diretório Central dos Estudantes. **Texto Proposto:** Artigo
652 119 – O curso de especialização será regulamentado e autorizado pelo
653 Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEEx), por proposta das
654 Comissões de Cultura e Extensão Universitária (CCEEx) ou Órgão equivalente.
655 § 1º - O curso de especialização terá duração mínima de um ano, não
656 excedendo o prazo máximo de dois anos consecutivos para o cumprimento da
657 carga horária mínima. § 2º - O curso referido no parágrafo anterior poderá
658 contar com a colaboração de docentes de mais de uma Unidade e de
659 especialistas não pertencentes à USP. Artigo 203 - O corpo discente é
660 constituído pelos estudantes regularmente matriculados na graduação e pós-
661 graduação “*stricto sensu*” na USP. I -suprimido; II - suprimido. Parágrafo único -
662 O corpo discente organizar-se-á livremente em Centros Acadêmicos, Grêmios,
663 Associações de Pós-Graduação e Diretório Central dos Estudantes. **Prof. Dr.**
664 **Rubens Beçak:** “O Caderno IV diz respeito à proposta de alteração do
665 Regimento Geral, com os assuntos listados sob números 1 e 2. O processo 1
666 oriundo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, proposta de alteração
667 dos artigos 122 e 125 do Regimento Geral. O segundo processo da Pró-
668 Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, com proposta de alteração dos
669 artigos 119 e 203 do Regimento Geral. Chamo então, o Presidente da CLR,
670 Prof. Dr. Francisco de Assis Leone para a exposição, lembrando que os
671 relatores de ambos os processos, respectivamente, Prof. Dr. Luiz Nunes de
672 Oliveira e Prof. Dr. José Rogério Cruz e Tucci estão presentes, se necessário o
673 for para qualquer esclarecimento.” **Cons. Francisco de Assis Leone:** “Temos
674 aqui duas propostas de alteração do Regimento Geral da USP. A primeira
675 delas é alteração do artigo 122 e 125, proposta pela Escola de Artes, Ciências
676 e Humanidades. Na realidade, a proposta é no sentido da correção desses dois
677 artigos uma vez que, desde 2005, com a mudança do Estatuto foi deixado de
678 exigir das Unidades de Ensino que se dividam em Departamentos. Nesse
679 sentido, a proposta então deixa lacuna nesses dois artigos ao normatizar a
680 criação de cargos que ignoram as Unidades monolíticas, como é o caso da
681 EACH. A proposta foi analisada pela Procuradoria Geral, discutida na CLR e o
682 parecer do relator aprovado. A segunda proposta é a alteração dos artigos 119
683 e 203 de propositura da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária, cuja
684 proposta consiste em eliminar o conceito de cursos de longa duração e altera a
685 abrangência do corpo discente da USP. A proposta também foi analisada pela
686 Procuradoria Geral que não acentuou nenhum óbice legal, foi discutida na CLR
687 e foi aprovada por unanimidade de seus membros.” A seguir, o **Prof. Dr.**
688 **Rubens Beçak** informa que a mesa recebeu um pedido da Presidência da
689 Comissão de Atividades Acadêmicas de retirada de pauta do processo
690 2011.1.3228.86.2, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades, sendo
691 deferido pelo Magnífico Reitor, colocando em discussão o processo da Pró-
692 Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. **Cons.^a Lisete Regina Gomes**
693 **Arelaro:** “Gostaria de uma explicação do porquê tirariamos da condição de
694 alunos regularmente matriculados os alunos dos cursos de especialização e de
695 aperfeiçoamento. Considero que nesses cursos os alunos são alunos, mas da
696 forma como ficou escrita, eles estão eliminados. Porque só *stricto sensu*?
697 Lembrando que temos uma extravagância, sei que o Prof. Vahan gosta, mas
698 sabemos o que está acontecendo no Brasil com curso de *stricto sensu*
699 chamado Mestrado Profissional. Agora, os cursos de especialização e de
700 aperfeiçoamento que a USP ministra nos diferentes *campi* são cursos de até

dois anos, com frequência e com pesquisa. Não entendo que eles devam deixar de ser considerados alunos, por isso estou pedindo uma explicação para a Prof.^a Maria Arminda. Fiquei um pouco surpresa porque, realmente, só serão alunos os do *stricto sensu*, quando temos feito um esforço para que o não *stricto sensu* esteja cada vez mais para dentro da nossa Casa, para que mais cursos gratuitos de especialização e aperfeiçoamento possam estar presente no *campus* da USP e, nesta situação, esses alunos são alunos nossos."

Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda: "O texto proposto pela Pró-Reitoria é apenas uma adequação em relação ao que estava no Regimento antigo da Universidade. Farei uma explicação prévia. A Extensão estava na Pró-Reitoria de Pós-Graduação, porque ainda não havia a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. Quando a Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária foi criada, o Regimento não se alterou. E nem havia o número de cursos que hoje a USP possui, talvez, por isso, não se propôs a mudança do texto. Atualmente, são mais de mil cursos na área de extensão em diferentes modalidades e aproximadamente 30 mil alunos. Por essa razão, os cursos de extensão não podem mais ser parte do Regimento da Pós-Graduação, dado o significado que a área assumiu na USP. A proposta visa a alterar o artigo 119, no qual consta: 'Os cursos de longa duração, de especialização e de aperfeiçoamento serão regulamentados e autorizados pelo CoPGr, por proposta das comissões de pós-graduação.' É a seguinte a nova redação: 'O curso de especialização será regulamentado e autorizado pelo Conselho de Cultura e Extensão Universitária (CoCEX), por proposta das Comissões de Cultura e Extensão Universitária (CCEX) ou Órgão equivalente.' O § 1º também foi alterado: 'O curso de especialização terá duração mínima de um ano, não excedendo o prazo máximo de dois anos consecutivos para o cumprimento da carga horária mínima.' Muda também o artigo 203, que era: 'O corpo discente é constituído por estudantes regularmente matriculados na USP: I - em cursos de graduação ou pós-graduação; II - em cursos de longa duração, de especialização ou de aperfeiçoamento;' A questão é que o texto do *caput* contemplou tudo, propondo-se a seguinte redação: 'O corpo discente é constituído pelos estudantes regularmente matriculados na graduação e pós-graduação 'stricto sensu' na USP.' E ficou o parágrafo único com a mesma redação, porque, inclusive o Prof. João Grandino referiu-se a este tema, no dia 12 p.p., quando a Pró-Reitoria lançou os editais, dizendo que quando computamos, hoje, os estudantes da Universidade de São Paulo, não podemos pensar apenas nos estudantes de graduação e pós-graduação sem considerar a extensão. Há mais alunos de extensão hoje na USP do que em pós-graduação. A **Cons.^a Lisete Regina Gomes Arelaro** questiona, fora do microfone, com relação à mudança no texto do artigo 203, que exclui os alunos dos cursos de especialização ou de aperfeiçoamento do corpo discente da USP. **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "Podemos retirar os autos de pauta, se este for o procedimento correto, para voltarmos a estudar este ponto. Na verdade, acho que esses alunos devem ser computados como alunos da Universidade, porém isso significa fazer toda uma outra avaliação, qual seja, pensar se a USP vai conceder benefícios, porque esses estudantes poderão reivindicá-los. Por exemplo, umas das reivindicações que não se poderia responder de imediato, somente fazendo um estudo, é que se esses alunos tem direito ao restaurante. Porque estes alunos são diferentes, eles têm uma mobilidade muito diversa. Talvez o melhor seja retirar de pauta neste

momento para fazermos a diferenciação das diferentes modalidades, através de um estudo mais detido, para encaminhar o processo, posteriormente. **M. Reitor:** "Talvez se houvesse o pedido fundamentando o porquê, simplesmente, para quando voltar à Comissão o problema esteja definido e qual o contorno deste para que seja resolvido." **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "O problema é grande, essa proposta era somente uma adequação."

M. Reitor: "Então o processo está retirado de pauta, na acepção de que a Cons.^a Lisete fará a fundamentação, por escrito, do que foi questionado por ela e, depois o processo irá para a Comissão, será estudado e voltará, oportunamente, ao Conselho Universitário." **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Gostaria que houvesse uma preocupação com os benefícios da Universidade. O que a Comissão poderia fazer, por exemplo, seria fazer uma redação regulamentando aqueles cursos pagos pelas Fundações e aqueles que são ministrados gratuitamente pela Universidade. Porque é verdade que essas pessoas que estão fazendo esses cursos de extensão, muitas vezes, são pessoas do povo, que por ter uma graduação ou não, conseguem fazer esses cursos, mas têm dificuldades em função da falta de benefícios, entre eles o acesso ao restaurante e a vale-transporte, porque existe uma grande diferença com relação a possibilidades. **Cons.^a Maria Arminda do Nascimento Arruda:** "A questão é muito mais complexa do que parece à primeira vista, porque os cursos de especialização, quando não são gratuitos, as exigências da Universidade são outras, prevendo 10% de vagas para bolsas e depois, os recursos que são recolhidos são dirigidos para os programas da Pró-Reitoria. Quando esses cursos não são gratuitos foi instituída a obrigatoriedade do chamado espelho - o curso tem que ser repetido inteiramente grátis no máximo um ano depois. Esta é uma questão importante para orientar a análise. Mas há cursos de extensão que duram bem pouco tempo, de forma que não sei como integrar esses alunos. E esses cursos, aliás, são todos gratuitos. Teríamos que fazer as diferentes modalidades de cursos: especialização, atualização, difusão, são quatro ou cinco modalidades e tem que olhar caso a caso." **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** "Entendo que houve uma tentativa de economia legislativa, juntando na mesma proposta dois temas distintos. Um tema é a alteração do artigo 119, que propõe que cursos de especialização passem ao âmbito do Conselho de Cultura e Extensão Universitária. Quanto a esta proposta, não percebi do nosso plenário nenhuma objeção. O artigo 203 diz respeito a outro tema, que não precisamente este. Consultei a Cons.^a Lisete, que concorda que são dois assuntos separados. Pergunto à Mesa se não é possível encaminharmos no sentido de votarmos o artigo 119 e, com relação ao artigo 203 se proceda como encaminhou o M. Reitor." **M. Reitor:** "A questão é que isso não demora e, também, já foi deferida a retirada de pauta. Por isso que, normalmente, depois da retirada de pauta não há mais comentários, mas acredito que na próxima sessão, que penso ser em agosto, este processo volte, se as Comissões forem rápidas." Ato seguinte, o **M. Reitor** passa ao **CADERNO V – REESTRUTURAÇÃO DEPARTAMENTAL. 1. PROCESSO 2011.1.655.74.3 – FACULDADE DE ZOOTECNIA E ENGENHARIA DE ALIMENTOS.** Proposta de Reestruturação Departamental da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos. Ofício do Diretor da FZEA, Prof. Dr. Douglas Emygdio de Faria, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de reestruturação departamental da Unidade, elaborada por Comissão Assessora constituída especialmente

para esse fim. A proposta contempla a criação de dois novos Departamentos: o de Medicina Veterinária e o de Engenharia de Biossistemas, objetivando constituir uma adequada organização das áreas de conhecimento e de ensino da Unidade. A proposta foi aprovada pelos Departamentos da FZEA, pelo CTA e pela Congregação, além de conter a anuência dos servidores técnicos e administrativos e docentes envolvidos no processo (25.05.11). **Parecer da CAA:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Benedito Carlos Maciel, favorável à proposta de reestruturação departamental da FZEA, destacando a necessidade de se preservar o número mínimo de dois titulares por Departamento (20.06.11). Informação do DRH de que, conforme a solicitação da proposta, a contratação de dois Técnicos T 1 A trará custo anual de R\$ 116.905,10. Esclarece, ainda, que haverá necessidade de criação de 2 (duas) funções de estrutura correspondente a de Chefe de Departamento de Ensino e 2 (duas) correspondente a Secretário de Departamento de Ensino junto à FZEA, que implicará em um custo da ordem de R\$ 4.350,00. Informação da CODAGE do aumento das despesas permanentes da USP por conta da reestruturação departamental da FZEA, bem como o impacto no orçamento (28.07.11). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcos Egydio Silva**, favorável à reestruturação departamental da FZEA com a criação dos Departamentos de Medicina Veterinária e de Engenharia de Biossistemas, nos termos do parecer da CAA e do DRH (08.08.11).

2. PROCESSO 2009.1.1120.58.1 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO. Proposta de reestruturação envolvendo o Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia e o Departamento de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social. Relatório Final da Comissão visando apresentar "Estudo da Estrutura Departamental da FORP/USP": 1) a estrutura atual, decorrente da reestruturação acontecida em 1998 passa por vários questionamentos, advindos das mais diferentes experiências relatadas pelos 5 Departamentos que atualmente compõem a FORP. 2) Três dos Departamentos da atual estrutura da FORP manifestam posição de satisfação quanto à atual condição, a saber: Cirurgia e Traumatologia Buco-Maxilo-Facial e Periodontia; Materiais Dentários e Prótese; e Odontologia Restauradora. 3) Para os demais, Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social e Morfologia, Estomatologia e Fisiologia há problemas mais intensos e recorrentes, face aos relatos colhidos. Sugere divisão dos Departamentos (29.05.07). Parecer do Prof. Dr. Marcos Felipe de Sá, assessor *ad hoc*: "Idealmente, a reforma departamental deve visar, sobretudo, o interesse da Unidade e (...) ser focado no programa acadêmico da Instituição. Por esta razão a FORP, neste segundo momento, sem a premência de tempo e, evidentemente em havendo disposição de todos, poderia realizar uma verdadeira reestruturação departamental, começando pela análise do conteúdo programático da graduação e a partir dela montar os departamentos, sem considerar a estrutura já existente, mas obviamente sem perder de vista os vínculos entre docentes e grupos de pesquisa." Caso não haja esta disposição no momento, sugere que sejam atendidos, dentre as sugestões da Comissão, as seguintes: 1) Criação de um novo Departamento, formado por docentes das áreas de Patologia, Radiologia e Semiologia, oriundos do DMEF, agregando os docentes das áreas de Saúde Coletiva, Ciências Sociais e Odontologia Legal, que corresponde ao conjunto das propostas 2 e 4 da Comissão. 2) A segunda alternativa seria a manutenção do

851 Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, com as áreas de
 852 anatomia, histologia, genética, fisiologia, radiologia, patologia e semiologia,
 853 transferindo para este Departamento os docentes de Saúde Coletiva, Ciências
 854 Sociais e Odontologia Legal, que corresponde à proposta 3 da Comissão.
 855 Embora a proposta não atenda ao desejo dos docentes da área clínica do
 856 DMEF, a vinda dos docentes de Saúde Coletiva, Ciências Sociais e
 857 Odontologia Legal visaria, principalmente, diluir as tensões internas do DMEF
 858 (1º.11.07). Proposta de reestruturação apresentada pelo Departamento de
 859 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia (DMEF) (11.06.07). Manifestação do
 860 Departamento de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social com relação
 861 ao parecer do assessor ad hoc e à proposta do DMEF (26.05.09). Ofício da
 862 Chefe do DMEF, Prof.^a Dr^a Suzie Aparecida de Lacerda, ao Diretor da FORP,
 863 Prof. Dr. Osvaldo Luiz Bezzon, informando as decisões de seu Departamento e
 864 do Departamento de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social com
 865 relação à proposta de reestruturação departamental (05.10.09). Proposta
 866 encaminhada pelos Profs. Drs. Marilena C. Komesu, Miguel A. S. Di Matteo e
 867 Teresa L. C. Lamano (24.05.10). Manifestação encaminhada pelos Profs. Drs.
 868 Amadeu Rodrigues da Silva Júnior, Luiz Carlos Pardini, Luiz Guilherme
 869 Brentegani, Plauto C. A. Watanabe, Solange Aparecida Caldeira Monteiro e
 870 Suzie Aparecida de Lacerda (07.04.11). Parecer do CTA da FORP: aprova o
 871 parecer do relator, Prof. Dr. Valdemar Mallet da Rocha Barros, bem como que
 872 o Conselho do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia atenda
 873 a proposta do relator em até 15 dias, para posterior apreciação pelo CTA
 874 (09.05.11). Parecer do Conselho do DMEF: aprova a destinação do espaço
 875 físico, equipamentos e funcionários para constituição dos dois novos
 876 Departamentos, da seguinte forma: 1) Bloco D - permanecer funcionários,
 877 docentes e equipamentos da forma como está até o momento; 2) Bloco Q -
 878 divisão de espaço físico, destinação dos docentes, funcionários e
 879 equipamentos conforme documento anexo aos autos e encaminha para
 880 apreciação do CTA, conforme solicitado pelo relator (27.05.11). Parecer do
 881 CTA da FORP: baseado no parecer do relator, Prof. Dr. Valdemar Mallet da
 882 Rocha Barros, aprova a Reestruturação Departamental da FORP (30.05.11).
 883 **Parecer da Congregação da FORP:** aprova, por unanimidade, a
 884 Reestruturação Departamental da Unidade, envolvendo o Departamento de
 885 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia e o Departamento de Clínica Infantil,
 886 Odontologia Preventiva e Social, devendo os Departamentos, depois de
 887 aprovada a Reestruturação nos órgãos competentes, serem nominados:
 888 Departamento de Clínica Infantil; Departamento de Estomatologia; e
 889 Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica (20.06.11). **Parecer**
 890 **da CAA:** aprova, por unanimidade dos presentes (4 votos), o parecer do
 891 relator, Prof. Dr. Luiz Roberto Giorgetti de Britto, favorável à proposta de
 892 reestruturação departamental da FORP, envolvendo o Departamento de
 893 Morfologia, Estomatologia e Fisiologia e o Departamento de Clínica Infantil,
 894 Odontologia Preventiva e Social, devendo os Departamentos serem
 895 denominados: Departamento de Clínica Infantil; Departamento de
 896 Estomatologia; e Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica
 897 (22.08.11). **Manifestação do DRH:** esclarece que a criação de uma função de
 898 estrutura correspondente a Chefe de Departamento de Ensino e uma
 899 correspondente a Secretário de Departamento junto à FORP implicarão em um
 900 custo mensal de R\$ 2.175,25 com Gratificações de Representação (05.09.11).

Manifestação da CODAGE: esclarece que a proposta de reestruturação dos departamentos da FORP não implica em aumento das despesas com custeio da Unidade e também não impõe a necessidade de contratação de novos docentes e servidores técnicos e administrativos, exceto nos casos já previstos de aposentadoria, de tal maneira que o custo adicional por ano será de R\$ 30.904,59 referente apenas à criação de duas novas funções de estrutura, já considerados os encargos patronais e os adicionais de férias e 13º salário (12.09.11). **Parecer da COP:** aprova, por unanimidade dos presentes (4 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Sigismundo Bialoskorski Neto, favorável à proposta de reestruturação departamental envolvendo o Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia e o Departamento de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social, devendo os Departamentos serem denominados: Departamento de Clínica Infantil; Departamento de Estomatologia; e Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica (19.09.11). O **Senhor Secretário Geral** informa que a proposta da Secretaria Geral é de que a votação seja encaminhada em bloco, sem prejuízo de destaques, esclarecendo que os diretores das Unidades em questão estão presentes, para quaisquer esclarecimentos adicionais. **Cons. Benedito Carlos Maciel:** "O primeiro dos processos envolve a proposta da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos, de reestruturação departamental, que prevê a criação de dois novos departamentos. Na atual estrutura existem três departamentos: Ciências Básicas, Engenharia de Alimentos e Zootecnia. E se propõe a criação de dois novos departamentos: Engenharia de Biossistemas e Medicina Veterinária. A fundamentação que embasou a proposta é de proporcionar uma organização funcional e acadêmica das atividades, mais adequada à atual situação funcional da Unidade. A proposta foi aprovada nos colegiados dos três departamentos atuais, no CTA e na Congregação da Unidade e tem, também, a anuência de docentes e servidores que seriam transferidos a partir desta aprovação. Cinco departamentos propostos teriam o número de docentes superior a 15 e pelo menos dois professores titulares. Com base nesses elementos, o parecer da CAA foi favorável para esta reestruturação. O segundo processo é da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto, também para reestruturação departamental e neste, as origens se remontam a 1998, quando ocorreu a fusão de alguns departamentos da Unidade, na expectativa de que esta modificação pudesse integrar melhor as áreas básicas e clínicas. A partir de 2006 a discussão foi retomada, havendo a identificação interna de que este processo de integração não havia sido bem sucedido, ao contrário, teria promovido algum grau de tensão dentro da Unidade. A partir desse momento um novo estudo foi conduzido, para fazer uma avaliação e o que se chegou da maneira mais consensual possível é que os departamentos de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, e de Clínica Infantil, Odontologia Preventiva e Social deveriam dar origem a três novos departamentos, que seriam: Departamento de Clínica Infantil, Departamento de Estomatologia e Departamento de Morfologia, Fisiologia e Patologia Básica. De maneira que a FORP passaria a ter, ao invés dos cinco Departamentos atuais, seis Departamentos. A expectativa é que essa nova reestruturação possa atender melhor o conjunto das atividades acadêmicas da Unidade, de tal maneira que a CAA manifestou-se favoravelmente, também, à aprovação desta modificação." A seguir, não havendo destaques, o **M. Reitor** coloca em votação, em bloco, os pareceres da CAA. **Votação:** Pelo painel eletrônico,

951 obtém-se o seguinte resultado: Sim= 92 (noventa e dois) votos; Não= 0 (zero);
952 Abstenções= 14 (quatorze); Total de votantes= 106 (cento e seis). São
953 aprovados os pareceres da CAA, favoráveis às propostas de reestruturação
954 departamental da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos e da
955 Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto. Ato seguinte, o **M. Reitor** passa
956 ao **CADERNO VI – ALTERAÇÃO DE REGIMENTO DE UNIDADE. 1.**
957 **PROCESSO 90.1.621.42.2 – INSTITUTO DE CIÊNCIAS BIOMÉDICAS.**
958 Proposta de alteração dos artigos 36, 37 e 48 do Regimento do Instituto de
959 Ciências Biomédicas. Ofício do Diretor do ICB, Prof. Dr. Rui Curi, ao Magnífico
960 Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta de alteração
961 dos artigos 36, 37 e seus parágrafos, bem como a revogação da Resolução
962 5410/2007, que alterou o texto dos mesmos artigos. A proposta de alteração foi
963 aprovada pela Congregação em 14.12.2011 e visa estabelecer o formato mais
964 adequado para realização dos concursos para provimento de cargo de
965 Professor Doutor (21.12.11). **Parecer da PG:** observa que, na disciplina do
966 concurso realizado em duas fases, a Unidade preferiu não dispor sobre a
967 quarta prova, conforme previsto no inciso IV do § 2º do art. 135 do Regimento
968 Geral. Nada obsta a decisão da Unidade. No concurso realizado em única fase,
969 a Unidade definiu, nos termos do inciso III do art. 135 do Regimento Geral
970 (outra prova, a critério da Unidade), a prova de apresentação do projeto de
971 pesquisa e respectiva arguição. Verifica que a disciplina da mencionada prova
972 observou às sugestões da PG, por ocasião da análise do Regimento interno do
973 IP; Parecer PG.P 3404/11. No tocante à organização das normas dos arts. 36 e
974 37 da proposta, sugere a inversão dos seus §§ 1º e 2º, em consonância à
975 ordem prevista no artigo 135 do RG, bem como outras pequenas alterações
976 formais, apresentando quadro sinótico. Recomenda a reapreciação da proposta
977 pela Unidade (18.01.12). **Parecer da Congregação:** acata as sugestões
978 apresentadas pela PG-USP, inclusive a proposta de inclusão de parágrafo
979 único no art. 48 do Regimento do ICB (24.02.12). **Parecer da PG:** aponta
980 apenas uma pequena correção na grafia do parágrafo único no art. 48 da
981 proposta (29.02.12). **Texto Atual:** Artigo 36 - As provas para o concurso
982 referido no artigo anterior constam de: - julgamento do memorial, com prova
983 pública de arguição; II - prova didática; III - prova escrita. § 1º - As provas
984 referidas nos incisos I e II serão realizadas conforme o disposto nos arts. 136 e
985 137 do Regimento Geral. § 2º - A prova escrita referida no inciso III será
986 eliminatória e realizada conforme o disposto no art. 139, e seu parágrafo único,
987 do Regimento Geral. § 3º - As provas do concurso para Professor Doutor serão
988 feitas em duas fases, devendo essa disposição constar do edital de abertura do
989 concurso. § 4º - A primeira fase será a prova escrita de caráter eliminatório.
990 Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor do que 7,0 (sete), da maioria
991 dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do concurso. § 5º - A
992 Comissão Julgadora apresentará, em sessão pública, as notas recebidas pelos
993 candidatos na prova escrita eliminatória. **Texto Proposto:** Artigo 36 - As
994 provas para o concurso referido no artigo anterior poderão ser realizadas em
995 uma ou duas fases, por proposta do Departamento e aprovada pela
996 Congregação e constar do edital de abertura do concurso. § 1º - O concurso
997 quando realizado em duas fases, a primeira será eliminatória e deverá consistir
998 em prova escrita. Nesse caso, o candidato que obtiver nota menor que 7,0
999 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora, estará eliminado do
1000 concurso. No caso de concurso em duas fases, as provas constarão de: I -

1001 julgamento do memorial, com prova pública de arguição; II - prova didática; III -
1002 prova escrita (eliminatória). § 2º - Quando o concurso for realizado em uma
1003 única fase, as provas para o concurso constarão de: I – julgamento do
1004 memorial com prova pública de arguição; II – prova didática; III – apresentação
1005 do projeto de pesquisa e respectiva arguição. § 3º - As provas referidas nos
1006 incisos I, II e III do § 1º e I e II do § 2º, serão realizadas conforme disposto nos
1007 artigos 136, 137 e 139 do Regimento Geral. §4º - A prova a que se refere o
1008 inciso III do § 2º, constará de uma avaliação do projeto de pesquisa e, deverá
1009 levar em consideração a sua adequação às linhas de pesquisa da Unidade,
1010 seu enquadramento à área de atuação do Departamento e sua originalidade e
1011 viabilidade à luz da infraestrutura existente na Unidade. A prova será realizada
1012 na forma de diálogo, não devendo exceder a 60 (sessenta) minutos para a
1013 totalidade dos examinadores e 60 (sessenta) minutos, no máximo, para o
1014 candidato. **Sugestão – PG:** § 1º - As provas para o concurso de professor
1015 doutor realizado em uma única fase constam de: I - julgamento do memorial
1016 com prova pública de arguição; II - prova didática; e III – apresentação do
1017 projeto de pesquisa e respectiva arguição. § 2º - As provas para o concurso de
1018 professor doutor realizado em duas fases constam de: I - julgamento do
1019 memorial com prova pública de arguição; II - prova didática; e III – prova escrita
1020 (eliminatória). § 3º - Se o concurso se processar em duas fases, a primeira será
1021 eliminatória e deverá consistir em prova escrita, realizada conforme o disposto
1022 no artigo 139 do Regimento Geral. Nesse caso, o candidato que obtiver nota
1023 menor do que 7,0 (sete), da maioria dos membros da Comissão Julgadora,
1024 estará eliminado do concurso. § 4º - As provas referidas nos incisos I e II dos
1025 §§ 1º e 2º serão realizadas conforme disposto nos artigos 136 e 137 do
1026 Regimento Geral. § 5º - A prova referida no inciso III do § 1º consistirá no
1027 julgamento de projeto de pesquisa, em que se apreciará a sua adequação às
1028 linhas de pesquisa da Unidade, sua pertinência à área de atuação do
1029 Departamento e sua originalidade e viabilidade, de acordo com a infraestrutura
1030 existente na Unidade, bem como deverá ser realizada na forma de diálogo, não
1031 devendo exceder a sessenta minutos para a totalidade dos examinadores e
1032 sessenta minutos para o candidato. **Texto Atual:** Artigo 37 - As notas das
1033 provas do concurso para professor doutor poderão variar de zero a dez, com
1034 aproximação até a primeira casa decimal e terão os seguintes pesos: I -
1035 julgamento do memorial com prova pública de arguição - 5 (cinco); II - prova
1036 didática - 3 (três); III - prova escrita - 2 (dois). **Texto proposto:** Artigo 37 - As
1037 notas das provas do concurso para professor doutor poderão variar de zero a
1038 dez, com aproximação até a primeira casa decimal e terão os seguintes pesos:
1039 § 1º - Quando o concurso for realizado em duas fases, as provas terão os
1040 seguintes pesos: I - julgamento do memorial com prova pública de arguição - 5
1041 (cinco); II - prova didática - 3 (três); III - prova escrita - 2 (dois). § 2º - Quando o
1042 concurso for realizado em uma única fase, as provas terão os seguintes pesos:
1043 I - julgamento do memorial com prova pública de arguição - 5 (cinco); II - prova
1044 didática - 3 (três); III – apresentação e arguição do projeto de pesquisa,
1045 especificada no edital de concurso - 2. **Sugestão – PG:** Artigo 37 - As notas
1046 das provas do concurso para professor doutor poderão variar de zero a dez,
1047 com aproximação até a primeira casa decimal. § 1º - No concurso realizado em
1048 uma única fase, as provas terão os seguintes pesos: I - julgamento do
1049 memorial com prova pública de arguição - 5 (cinco); II - prova didática - 3 (três);
1050 III - apresentação e arguição do projeto de pesquisa, especificada no edital de

concurso - 2 (dois). § 2º - No concurso realizado em duas fases, as provas terão os seguintes pesos: I - julgamento do memorial com prova pública de arguição - 5 (cinco); II - prova didática - 3 (três); III - prova escrita - 2 (dois).

Texto atual: Artigo 48 - As inscrições dos candidatos serão julgadas pela Congregação, observado o disposto nos artigos 165 e 166 do Regimento Geral. **Texto proposto:** (...) Parágrafo único - No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar, além dos documentos mencionados nos artigos 121 e 133 do Regimento Geral, projeto de pesquisa, quando assim exigido, conforme o inciso III do § 1º do artigo 36 deste Regimento. **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Douglas Emygdio de Faria**, favorável à alteração dos artigos 36, 37 e 48 do Regimento do Instituto de Ciências Biomédicas (14.03.12). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Ninguém querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** passa à votação do parecer favorável da CLR. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim= 87 (oitenta e sete) votos; Não= 2 (dois) votos; Abstenções= 14 (quatorze); Total de votantes= 103 (cento e três). É aprovado o parecer da CLR, favorável à alteração dos artigos 36, 37 e 48 do Regimento do Instituto de Ciências Biomédicas. Ato seguinte, o **Senhor Secretário Geral** informa que a proposta da Secretaria Geral é de encaminhar em bloco a votação dos Cadernos VII, VIII e IX, objetivando a otimização do tempo. Havendo pedido de destaque, pelo Cons. Alexandre Pariol Filho, do Caderno IX, o **M. Reitor** coloca em discussão o **CADERNO VII – REGIMENTO DE UNIDADE. 1. PROCESSO 73.1.33272.1.2 – ESCOLA DE ENFERMAGEM DE RIBEIRÃO PRETO.** Proposta de novo Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto. Ofício da Diretora da EERP, Prof.^a Dr.^a Sílvia Helena De Bortoli Cassiani, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a proposta do novo Regimento da Unidade, aprovada pela Congregação em 1º.12.2011 (02.12.11). **Parecer da PG:** observa que a proposta apresenta alterações normativas profundas em relação ao Regimento atual em vigor. Aponta que a renumeração de artigos da proposta viola os incisos I, II e III do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 863, de 29.12.99 e a fim de facilitar a introdução das alterações regimentais pretendidas e assegurar a clareza da redação normativa, aconselha a revogação do atual Regimento, com a aprovação do presente, que passará a vigorar como novo Regimento, sendo necessária a renumeração dos artigos, sem violar a citada Lei. A fim de facilitar a análise sob o aspecto jurídico-formal, apresenta quadro sinótico com sugestões de redação a alguns dispositivos da proposta, recomendando a reapreciação pela EERP (18.01.12). **Parecer da Congregação:** delibera favoravelmente à aprovação das sugestões em sua totalidade. Identifica somente a necessidade de ajuste de terminologia no art. 14, inciso II, a fim de adequar nomenclaturas nos termos da Resolução CoG nº 5500/2009, ficando assim redigido: “II – Coordenadores das Comissões de Coordenação de Cursos, os quais, em eventuais impedimentos, serão substituídos pelos respectivos Coordenadores Suplentes; e”. Encaminha nova versão do Regimento, inclusas as sugestões da PG-USP (08.03.12). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Junior, favorável à proposta do novo Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (11.04.12). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **CADERNO VIII – REGIMENTO DE MUSEU. 1. PROCESSO 2011.1.481.38.9 – MUSEU DE ZOOLOGIA.**

1101 Proposta de novo Regimento do Museu de Zoologia. Ofício do Diretor do
 1102 Museu de Zoologia, Prof. Dr. Hussam Zaher, ao Procurador Geral da PG-USP,
 1103 Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, encaminhando proposta de novo
 1104 Regimento do Museu, aprovada pelo Conselho Deliberativo em sessão
 1105 realizada em 20.10.2011 (21.10.11). **Parecer da PG:** ressalta alterações a
 1106 serem feitas e observa que o art. 36 prevê que os representantes discentes
 1107 junto às Comissões estatutárias do MZ serão em número percentual dos
 1108 membros docentes. Ocorre que, dado o baixo número de membros, torna-se
 1109 imperioso acrescentar a expressão “garantido o mínimo de um representante”
 1110 ao final de cada inciso do dispositivo. No mais, trata-se de proposta que se
 1111 adéqua aos objetivos específicos de museus, dadas as políticas institucionais
 1112 diferenciadas de tais órgãos (24.10.11). **Parecer da CLR:** aprova o parecer do
 1113 relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, que se manifesta
 1114 favoravelmente ao retorno dos autos ao MZ, para reexame da matéria face às
 1115 sugestões de alterações feitas pela PG (04.11.11). Ofício do Diretor do MZ,
 1116 encaminhando a proposta do novo Regimento do Museu, com as alterações
 1117 propostas pela PG-USP (02.12.11). **Parecer do Conselho Deliberativo:**
 1118 aprova, por unanimidade, a proposta do novo Regimento com as alterações
 1119 sugeridas pela PG (08.12.11). **Parecer da CLR:** o relator da matéria, Prof. Dr.
 1120 Sérgio França Adorno de Abreu, observa que o Museu providenciou as
 1121 alterações recomendadas, exceto quanto à última exigência, relativa à
 1122 representação discente. Informa que o Regimento em seu artigo 35 prevê
 1123 participação percentual dos discentes nas Comissões Estatutárias em relação
 1124 ao corpo docente, com assento nessas mesmas Comissões. Em decorrência
 1125 do baixo número de representantes docentes, convém acrescentar ao final de
 1126 cada inciso do referido artigo a expressão “garantindo o mínimo de um
 1127 representante”, o que não foi feito. Sugere o encaminhamento dos autos, uma
 1128 vez mais, ao MZ, recomendando também revisão de alguns pequenos erros de
 1129 digitação, devendo, também, constar a aprovação de todas as alterações pelo
 1130 Conselho Deliberativo (07.03.12). Ofício do Diretor do MZ, encaminhando o
 1131 novo Regimento, com as alterações solicitadas pelo relator da CLR e
 1132 informando que estas foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo em reunião
 1133 realizada em 13.03.2012 (28.03.12). **Parecer da CLR:** aprova, por
 1134 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio**
 1135 **França Adorno de Abreu**, favorável ao novo Regimento do Museu de
 1136 Zoologia (11.04.12). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral.
 1137 Ninguém querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** coloca em votação, em
 1138 bloco, os Cadernos VII e VIII. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o
 1139 seguinte resultado: Sim= 86 (oitenta e seis) votos; Não= 0 (zero); Abstenções=
 1140 14 (quatorze); Total de votantes= 100 (cem). São aprovados os pareceres da
 1141 CLR, favoráveis ao novo Regimento da Escola de Enfermagem de Ribeirão
 1142 Preto e ao novo Regimento do Museu de Zoologia. Ato seguinte, o **M. Reitor**
 1143 passa ao **CADERNO IX – REGIMENTO DE ÓRGÃO COMPLEMENTAR. 1.**
 1144 **PROCESSO 2011.1.4900.62.9 – HOSPITAL UNIVERSITÁRIO.** Proposta de
 1145 alteração do Regimento do Hospital Universitário. Ofício da Superintendente do
 1146 HU, Profa. Dra. Sandra Josefina Ferraz Ellero Grisi, ao Presidente do Conselho
 1147 Deliberativo, Prof. Dr. José Otávio Costa Auler Júnior, encaminhando a
 1148 proposta de alteração do Regimento do Hospital Universitário, tendo em vista a
 1149 obrigatoriedade de enquadrar o HU nos ditames do Conselho Federal de
 1150 Medicina e Conselho Regional de Medicina no que diz respeito à

1151 obrigatoriedade de eleição do Diretor Clínico (29.11.11). **Parecer do Conselho**
1152 **Deliberativo:** aprova a proposta de alteração do Regimento do HU (30.11.11).
1153 **Parecer da PG:** esclarece que da análise da regulamentação emanada pelo
1154 CFM e pelo CREMESP, é inconteste o caráter político-organizacional das
1155 mencionadas normas e a consequente ingerência dos Conselhos Profissionais
1156 na organização interna do órgão universitário, em manifesta ofensa à
1157 autonomia da Universidade, insculpida no art. 207 da Constituição Federal.
1158 Esclarece, também, que o HU pode espontaneamente adotar as orientações
1159 dos Conselhos, na íntegra ou parcialmente, mas sempre respeitados os fins
1160 universitários de ensino, pesquisa e extensão. Informa que, sob o aspecto
1161 jurídico-formal, as alterações propostas não apresentam óbices no tocante à
1162 adequação às normas universitárias superiores. Quanto às alterações
1163 substanciais, destaca a supressão da aprovação do Reitor às propostas de
1164 estrutura e de atribuições das divisões e dos serviços (parágrafo único dos arts.
1165 28 e 30 e parágrafo único dos arts. 27 e 29 da proposta), além disso, a criação
1166 do Título V – Do Diretor Clínico, também se insere dentre as matérias de mérito
1167 a serem apreciadas pela CLR e Co. Com relação ao aspecto formal da redação
1168 do texto, recomenda a observância da legislação específica que trata da
1169 elaboração, alteração e consolidação das leis e atos normativos, bem como a
1170 praxe adotada na Universidade. Tece algumas considerações gerais e
1171 apresenta quadro sinótico oferecendo sugestões em relação à proposta,
1172 quando pertinentes. Recomenda a reapreciação da proposta pelo HU
1173 (11.01.12). Informação da Superintendente do HU, encaminhando o Regimento
1174 do HU, com as sugestões da Procuradoria Geral (1º.02.12). **Parecer do**
1175 **Conselho Deliberativo do HU:** atendendo solicitação da Secretaria Geral,
1176 aprova as sugestões de alteração do Regimento do Hospital Universitário,
1177 encaminhadas pela Procuradoria Geral (29.02.12). **Parecer da CLR:** aprova o
1178 parecer do relator, Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu, pelo
1179 encaminhamento dos autos ao HU, para que se manifeste quanto ao parágrafo
1180 único dos artigos 27 e 29, conforme parecer da Procuradoria Geral (14.03.12).
1181 Informação da Superintendente do HU encaminhando a justificativa referente
1182 aos parágrafos únicos dos artigos 27, 28, 29 e 30 e quanto ao Título V – Do
1183 Diretor Clínico, devidamente aprovada pelo Conselho Deliberativo, em reunião
1184 realizada em 28.03.2012. (29.03.12). **Parecer da CLR:** aprova, por
1185 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio**
1186 **França Adorno de Abreu**, favorável à proposta de alteração do Regimento do
1187 Hospital Universitário (11.04.12). Minuta de Resolução preparada pela
1188 Secretaria Geral. **Cons. Sérgio França Adorno de Abreu:** "Essa modificação
1189 no Regimento nasceu de uma necessidade de adequar o processo de eleição e
1190 designação de um diretor clínico de acordo com as normas do Ministério da
1191 Saúde. Este assunto foi bastante discutido internamente. Havia uma espécie
1192 de oposição de interpretações, que seriam: a USP, dado seu status, teria
1193 autonomia, a princípio, para fazer a eleição do seu diretor clínico, segundo as
1194 regras da Universidade. A função do diretor clínico alia não só o trabalho de
1195 clínico propriamente dito, mas, também, de pesquisa. Daí a necessidade de se
1196 ter, na direção, pessoas tituladas e com capacidade para exercer esta função.
1197 O parecer da Procuradoria Jurídica conseguiu, de maneira muito hábil, mostrar
1198 que havia possibilidade de respeitar esta determinação da legislação superior
1199 e, ao mesmo tempo, atender o perfil da USP. Foram feitas algumas discussões
1200 mais de forma, de maneira que entendo que as exigências estão atendidas, de

ambos os lados. Então propus essa reforma, que não diz respeito ao atendimento em si, mas à autoridade encarregada de exercer esta função de diretor clínico." **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Com relação ao Capítulo I - Do Conselho Deliberativo - Seção I - Da Competência, não tenho nada contra esta lista que compõe o Conselho Deliberativo, tal qual: Escola de Enfermagem, Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Faculdade de Medicina, Faculdade de Odontologia, Faculdade de Saúde Pública, Instituto de Psicologia, assim como as representações, mas penso que falta um agente extremamente importante, a figura principal, aquele que poderia opinar com propriedade com relação à gestão do HU, que seriam as pessoas que trabalham no Hospital Universitário - os funcionários. Ou seja, que houvesse uma cadeira para os servidores, aqueles que vão gestar a política que estiver sendo deliberada no Conselho Deliberativo. Não há porque não ter um representante do Hospital Universitário. Acho, inclusive, que esta pessoa levará maiores propriedades de discussões para o Conselho Deliberativo, porque será aquela pessoa que estará fomentando uma discussão da prática. Outra questão, mais atinente à nossa representação de servidores, que a Universidade possa, efetivamente, participar da eleição desse representante, porque temos falado muito da questão da saúde e não vejo por que não colocarmos essa importância, porque a saúde está na ordem do dia. Então, penso que toda a Universidade pode e deve concorrer a esta eleição, ou seja, que o representante dos servidores seja de toda a Universidade e não apenas fechado nas congregações. Esta é minha proposta. Resumindo, um representante dos servidores do HU e que nas eleições dos servidores, possam participar e concorrer, para que seja um processo universal, todos os servidores da Universidade." O **M. Reitor** coloca o processo em votação e o **Cons. Alexandre Pariol** questiona, fora do microfone, se sua proposta não será colocada em votação como destaque. O **M. Reitor** esclarece que a proposta deverá ser encaminhada, passará pelos Colegiados e voltará ao Co, oportunamente. Ato seguinte o **M. Reitor** coloca em votação o parecer favorável da CLR. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim= 87 (oitenta e sete) votos; Não= 4 (quatro) votos; Abstenções= 12 (doze); Total de votantes= 103 (cento e três). Ato seguinte o **Senhor Secretário Geral** informa que a Secretaria Geral propõe que a votação dos três processos constantes no Caderno X seja encaminhada em bloco, sem prejuízo de destaques. Esclarece que os Diretores das Unidades interessadas estão presentes para maiores esclarecimentos, bem como os relatores das matérias para breve preleção, se necessário for. Não havendo objeções, o **M. Reitor** coloca em discussão o **CADERNO X – MUDANÇA DE NOME DE DEPARTAMENTO. 1. PROTOCOLADO 2010.5.373.5.1 – FACULDADE DE MEDICINA.** Proposta de alteração do nome do Departamento de Radiologia para Departamento de Radiologia e Oncologia, da Faculdade de Medicina. Ofício do Diretor da FM, Prof. Dr. Marcos Boulos, ao Secretário Geral, Prof. Dr. Rubens Beçak, encaminhando a proposta de alteração do nome do Departamento de Radiologia para Departamento de Radiologia e Oncologia, aprovada pela Congregação em 30.04.10 (03.05.10). **Parecer da CAA:** solicita que seja anexada aos autos a justificativa do pedido de alteração do nome do Departamento de Radiologia para Departamento de Radiologia e Oncologia (17.05.10). A FM encaminha a justificativa para a mudança do nome do Departamento em questão, conforme solicitado pela CAA (04.11.10). **Parecer da CAA:** aprova, por unanimidade dos presentes (5

1251 votos), o parecer do relator, Prof. Dr. Benedito Carlos Maciel, favorável à
 1252 solicitação de mudança do nome do Departamento de Radiologia para
 1253 Departamento de Radiologia e Oncologia (29.11.10). **Parecer da CLR:** aprova,
 1254 por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr.**
 1255 **Douglas Emygdio de Faria**, favorável à alteração do nome do Departamento
 1256 de Radiologia para Departamento de Radiologia e Oncologia, bem como à
 1257 consequente alteração do inciso XVI do artigo 2º do Regimento da FM
 1258 (1º.03.11). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **2.**
 1259 **PROTOCOLADO 2010.5.698.3.1 – ESCOLA POLITÉCNICA.** Proposta de
 1260 alteração do nome do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária
 1261 (PHD) para Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental (PHA), da
 1262 Escola Politécnica. Ofício do Diretor da EP, Prof. Dr. José Roberto Cardoso, ao
 1263 Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando a solicitação
 1264 de alteração do nome do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária
 1265 para Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental (PHA), aprovada
 1266 pela Congregação em 16.12.10 (20.12.10). **Parecer da PG:** manifesta que, sob
 1267 o aspecto formal, não há óbices à alteração pretendida, devendo apenas ser
 1268 alterado o inciso III do art. 2º do Regimento da Unidade, caso a proposta seja
 1269 aprovada (06.01.11). **Parecer da CAA:** aprova, por unanimidade dos presentes
 1270 (5 votos), o parecer da relatora, Prof.^a Dr.^a Emma Otta, favorável à mudança do
 1271 nome do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária (PHD), para
 1272 Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental (PHA) (14.03.11).
 1273 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer
 1274 do relator, **Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari**, favorável à alteração do
 1275 Regimento da Escola Politécnica, tendo em vista aprovação da mudança do
 1276 nome e sigla do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária (PHD)
 1277 para Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental (PHA) (22.03.11).
 1278 Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **3. PROCESSO**
 1279 **2007.1.123.23.2 – FACULDADE DE ODONTOLOGIA.** Proposta de alteração
 1280 do nome do Departamento de Materiais Dentários para Departamento de
 1281 Biomateriais e Biologia Oral. Ofício do Diretor da FO, Prof. Dr. Carlos de Paula
 1282 Eduardo, à Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a Dr.^a Selma Garrido Pimenta,
 1283 encaminhando a proposta de alteração do nome do Departamento de Materiais
 1284 Dentários para Departamento de Biomateriais e Bioquímica Oral (01.12.06).
 1285 **Parecer da PG:** sob o aspecto jurídico não existe óbice à modificação
 1286 pretendida, frisando que se trata de conteúdo estritamente acadêmico, sendo
 1287 necessário a alteração do item IV do art. 31 do Regimento da Unidade, que faz
 1288 menção expressa aos seus Departamentos (25.04.08). **Parecer da CLR:** após
 1289 amplo debate, aprova a solicitação de alteração do nome do Departamento de
 1290 Materiais Dentários para Departamento de Biomateriais e, quanto à inclusão de
 1291 "Bioquímica Oral" no nome deste Departamento, decide solicitar preliminar
 1292 manifestação do Instituto de Química (13.05.08). Manifestação do IQ, contrária
 1293 à inclusão do termo "Bioquímica Oral" no nome do Departamento de Materiais
 1294 Dentários da Faculdade de Odontologia (17.06.08). Parecer do Conselho do
 1295 Departamento de Materiais Dentários: decide dar continuidade ao processo
 1296 para mudança do nome do Departamento para Departamento de Biomateriais
 1297 e Biologia Oral. (31.03.10). Ofício do Chefe do Departamento de Materiais
 1298 Dentários, Prof. Dr. Victor Elias Arana-Chavez, ao Diretor da FO, Prof. Dr.
 1299 Rodney Garcia Rocha, solicitando que sejam tomadas as providências no
 1300 sentido de dar continuidade no processo que se refere à mudança do nome do

1301 Departamento de Materiais Dentários para Departamento de Biomateriais e
 1302 Biologia Oral, encaminhando a justificativa da solicitação (07.04.10). **Parecer**
 1303 **da PG:** sob o aspecto jurídico não existe óbice à modificação pretendida,
 1304 frisando que se trata de conteúdo estritamente acadêmico, sendo necessária a
 1305 alteração do item IV do art. 31 do Regimento da Unidade, que faz menção
 1306 expressa aos seus Departamentos (13.08.10). **Parecer da CLR:** aprova o
 1307 parecer do relator, Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari, favorável ao
 1308 aspecto jurídico da solicitação de alteração do nome do Departamento de
 1309 Materiais Dentários para Departamento de Biomateriais e Biologia Oral, porém,
 1310 recomenda ouvir, preliminarmente, a CAA, para que sejam analisados os
 1311 aspectos acadêmicos, antes de ser submetido ao Co (10.09.10). **Parecer da**
 1312 **CAA:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Benedito Carlos Maciel, que sugere
 1313 que seja ouvido o Instituto de Biociências, quanto à solicitação de mudança de
 1314 nome do Departamento de Materiais Dentários para Departamento de
 1315 Biomateriais e Biologia Oral da FO (08.11.10). **Parecer da Congregação do**
 1316 **IB:** manifesta-se contrária à inclusão do termo "Biologia Oral" no nome do
 1317 Departamento de Materiais Dentários da Faculdade de Odontologia (25.11.10).
 1318 **Parecer da CAA:** aprova o parecer do relator, Prof. Dr. Benedito Carlos Maciel,
 1319 devendo o Instituto de Biociências anexar aos autos o parecer que embasou a
 1320 posição contrária da Congregação (14.03.11). **Parecer da Congregação do**
 1321 **IB:** decide retirar sua oposição, manifestando-se favoravelmente à utilização do
 1322 termo "Biologia Oral" para a alteração do nome do Departamento de Materiais
 1323 Dentários para Departamento de Biomateriais e Biologia Oral da Faculdade de
 1324 Odontologia (31.03.11). **Parecer da CAA:** aprova, por unanimidade dos
 1325 presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Benedito Carlos Maciel,**
 1326 favorável à mudança de nome do Departamento de Materiais Dentários para
 1327 Departamento de Biomateriais e Biologia Oral, da Faculdade de Odontologia
 1328 (20.06.11). Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. Ninguém
 1329 querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** coloca em votação, em bloco, os
 1330 pareceres favoráveis da CLR. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o
 1331 seguinte resultado: Sim= 89 (oitenta e nove) votos; Não= 1 (um) voto;
 1332 Abstenções= 14 (quatorze); Total de votantes= 104 (cento e quatro). São
 1333 aprovados os pareceres da CLR, favoráveis à alteração do nome do
 1334 Departamento de Radiologia para Departamento de Radiologia e Oncologia,
 1335 bem como a consequente alteração do inciso XVI do artigo 2º do Regimento da
 1336 Faculdade de Medicina; à alteração do Regimento da Escola Politécnica,
 1337 decorrente da mudança do nome e sigla do Departamento de Engenharia
 1338 Hidráulica e Sanitária (PHD) para Departamento de Engenharia Hidráulica e
 1339 Ambiental (PHA); e à mudança de nome do Departamento de Materiais
 1340 Dentários para Departamento de Biomateriais e Biologia Oral, da Faculdade de
 1341 Odontologia. Ato seguinte o **M. Reitor** passa ao **CADERNO XI – MINUTA DE**
 1342 **RESOLUÇÃO. 1. PROCESSO 2009.1.35096.1.2 – UNIVERSIDADE DE SÃO**
 1343 **PAULO.** Minuta de Resolução que altera o artigo 4º da Resolução nº 5483/08,
 1344 que institui o Prêmio Excelência Acadêmica Institucional USP. Ofício do Chefe
 1345 de Gabinete, Prof. Dr. Alberto Carlos Amadio, ao Procurador Geral, Prof. Dr.
 1346 Gustavo Ferraz de Campos Monaco, solicitando providências no sentido de
 1347 reavaliar o texto da Resolução nº 5483 e propor as adequações pertinentes,
 1348 tendo em vista reiterados questionamentos encaminhados ao Gabinete do
 1349 Reitor referentes aos critérios de concessão do Prêmio Excelência Acadêmica
 1350 Institucional USP (31.05.12). **Parecer da PG:** encaminha minuta de Resolução

que altera os termos de alguns incisos do art. 4º, de forma a tornar claro que a premiação poderá ser feita em favor daqueles que tenham, efetivamente, exercido atividades de interesse da USP ao longo de, pelo menos, seis meses no ano de medição dos resultados. Sugere, ainda, a revogação do procedimento descrito na alínea 'a' do mencionado artigo (04.06.12). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Jose Otavio Costa Auler Junior**, favorável à minuta de Resolução que modifica o artigo 4º da Resolução nº 5483/08, que instituiu o Prêmio Excelência Acadêmica Institucional da USP, com a alteração ali contida (13.06.12). **Texto atual:** Artigo 4º - Fazem *jus* ao prêmio: I – os docentes e os servidores técnico-administrativos da Universidade de São Paulo, ativos na data do pagamento das parcelas referentes ao prêmio, e que estejam no exercício de suas funções por, no mínimo, 06 (seis) meses do ano de medição dos resultados; ... IV - os docentes aposentados que tenham termo de adesão e de permissão de uso ou termo de colaboração e de permissão de uso em vigência por, no mínimo, 06 (seis) meses do ano de medição dos resultados. a. O pagamento do prêmio só será efetivado mediante apresentação à Comissão Gestora do Prêmio, pelos Diretores das Unidades/Órgãos, da relação dos docentes aposentados com a comprovação do termo de adesão e de permissão de uso ou de colaboração e de permissão de uso devidamente aprovado pelos Colegiados da Universidade. **Texto proposto:** Artigo 4º - Fazem *jus* ao prêmio: I – os docentes e os servidores técnico-administrativos da Universidade de São Paulo que tenham exercido suas funções por, no mínimo, 06 (seis) meses do ano de medição dos resultados, exceto os exonerados, ainda que a pedido, na data do pagamento das parcelas; ... IV – os docentes aposentados que tenham termo de colaboração vigente no ano de medição dos resultados, assim como aqueles que tenham tido termo vigente por período mínimo de 6 (seis) meses do mesmo ano, ainda que, na data do pagamento das parcelas, o termo esteja rescindido. Parágrafo único – Os termos de colaboração devem ser cadastrados no sistema informático próprio. Minuta de Resolução preparada pela Secretaria Geral. **M. Reitor:** "Apenas um pequeno esclarecimento. A mudança proposta é porque, após o pagamento do Prêmio, no ano passado, um número razoável de pessoas entraram com pedido de revisão, mas pelas normas aprovadas não tivemos condições de atendê-los, embora justas as colocações. De forma que o objetivo é fazer com que essas pessoas possam constar no recebimento deste ano, se houver condições para o pagamento." **Cons. José Otávio Costa Auler Júnior:** "O M. Reitor já adiantou o assunto, mas após a concessão do Prêmio, houve várias manifestações, atingindo principalmente professores que não estavam em atividade ou permissionários e haviam solicitações de que fossem incluídos no pagamento. A primeira mudança no texto, no artigo 4º, estava escrito somente ativos, então as pessoas que tinham sido exoneradas a pedido não seriam contempladas. De forma que houve a exclusão do termo 'ativos na data do pagamento das parcelas'. Então as pessoas daquele ano poderiam ser contempladas. A segunda alteração é com relação ao inciso IV, que consta: 'os docentes aposentados que tenham termo de adesão e de permissão de uso ou termo de colaboração e de permissão de uso em vigência por no mínimo seis meses do ano da medição dos resultados'. A proposta discutida na CLR seria que os docentes aposentados que tenham termo de colaboração vigente no ano de medição dos resultados, assim como aqueles que tenham tido termo

vigente pelo período mínimo de seis meses do mesmo ano, ainda que na data do pagamento das parcelas o termo esteja rescindido. Ou seja, eles poderiam ser contemplados, senão seriam excluídos porque o tempo não entraria na medição. As mudanças atendem a todas aquelas reclamações e questionamentos enviados." **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Não tenho nada contra que os docentes aposentados, que saíram pela compulsória mas permaneceram, recebam este Prêmio, inclusive aqueles que permaneceram graças àquela deliberação deste Conselho. Diante disto, estamos reivindicando o pagamento do Prêmio aos funcionários aposentados. Essa Universidade não seria o que é hoje se antes de nós não houvessem pessoas que se dedicaram muito. Alguns de nossos companheiros e companheiras dizem, principalmente as mulheres, que elas vinham trabalhar na USP quando aqui parecia um pântano. Se hoje a USP é uma das melhores universidades da América Latina e do mundo é porque atrás de nós muitas pessoas contribuíram. De forma que reivindicamos a extensão desse Prêmio aos funcionários aposentados e, dentro dessa mesma lógica do Prêmio contemplar quem trabalhou por seis meses, os companheiros afastados do trabalho por motivo de doença. Porque, muitas vezes, o companheiro sofre acidente de trabalho, permanece afastado e não faz jus ao Prêmio." **M. Reitor:** "Pediria à Conselheira que fizesse a proposta por escrito. Não é por formalização burocrática, mas para que a proposta possa ser estudada e poder voltar ao Conselho para aprovação neste aspecto." **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Estou de acordo com o encaminhamento proposto, porém, gostaria de uma informação. Para poder encaminhar a proposta novamente ao Co preciso ter a assinatura de 20% deste Conselho? Porque, muitas vezes, até queremos encaminhar novamente, amadurecer e aprimorar a proposta, mas esbarramos nisso. Se bem que posso trabalhar para colher as assinaturas de vários conselheiros, porque é uma questão justa." **M. Reitor:** "Se for preciso colher assinaturas, podem contar com a minha. Mas, a proposta precisa tramitar nas Comissões. A filosofia do que aconteceu foi verificar aqueles casos em que não foi possível deferir administrativamente, porque há o Tribunal de Contas e, às vezes, o pedido é justo, mas não temos como pagar. Aqueles processos que chegaram, foram estudados e se fizerem da mesma forma, vamos estudar. Tem que haver um paralelismo, não podemos conceder o braço para uns e para outros não, é necessário haver uma isonomia. De forma que é importante que se coloque a proposta, temos até o final do ano." **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** "Então vou trabalhar nesta propositura e encaminharei ao Reitor e aos conselheiros." **Cons. Alexandre Pariol Filho:** "Preciso fazer um documento com todos os argumentos e encaminhar à Secretaria Geral ou à Reitoria?" **M. Reitor:** "Encaminhem à Secretaria Geral, porque foi lá que tramitaram esses pedidos. Mas deixo claro que não estou os fazendo propor por burocracia, mas simplesmente para que a proposta possa ser estudada e para haver um paralelismo. Por exemplo, os professores são aposentados, mas prestam serviço à USP. De forma que é necessário analisar com profundidade. Não concedemos o Prêmio porque queremos ou não queremos, é preciso ter um fundamento legal. Aqueles professores aposentados possuem termo de colaboração e prestam serviço à Universidade, porque senão, mesmo que concedêssemos, isso seria irregular e não duraria." Ato seguinte o **M. Reitor** coloca em votação o parecer favorável da CLR. **Votação.** Pelo painel eletrônico

1451 obtém-se o seguinte resultado: Sim= 83 (oitenta e três) votos; Não= 0 (zero);
 1452 Abstenções= 18 (dezoito); Total de votantes= 101 (cento e um). É aprovado o
 1453 parecer da CLR, favorável à minuta de Resolução que modifica o artigo 4º da
 1454 Resolução nº 5483/08, que instituiu o Prêmio Excelência Acadêmica
 1455 Institucional da USP, com a alteração proposta. Ato seguinte, o **M. Reitor**
 1456 passa ao **CADERNO XII – CRIAÇÃO DE HABILITAÇÃO. 1. PROCESSO**
 1457 **2010.1.2655.8.1 – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS**
 1458 **HUMANAS.** Proposta de criação de Habilitação em Língua e Literatura
 1459 Coreana para o curso de Letras, período matutino, com 15 vagas, na FFLCH.
 1460 Ofício da Diretora da FFLCH, Prof.^a Dr.^a Sandra Margarida Nitrini,
 1461 encaminhando a proposta de criação da Habilitação em Língua e Literatura
 1462 Coreana para o curso de Letras, aprovado pela Congregação em 21.10.10
 1463 (28.10.10). **Parecer da CCV:** a Coordenadora aprova, *ad referendum* da
 1464 Câmara, o parecer do relator, com a recomendação de que siga para a
 1465 deliberação do CoG somente após o recebimento da renovação do acordo
 1466 entre a FFLCH e a Korea Foundation (27.04.11). A CCV referenda a decisão
 1467 favorável da senhora Coordenadora (31.05.11). Ofício do Prof. Antonio José
 1468 Bezerra de Menezes Jr., Coordenador do Projeto pelo Departamento de
 1469 Línguas Orientais, encaminhando cópia do Acordo de Cooperação
 1470 Internacional firmado entre a FFLCH e a Korea Foundation, que está vigente
 1471 pelos próximos cinco anos (18.07.11). **Parecer do CoG:** atendida a solicitação
 1472 da CCV, aprova a manifestação daquele Colegiado, favorável ao mérito
 1473 acadêmico da proposta de criação da Habilitação Coreano do curso de Letras,
 1474 período matutino, 15 vagas, 8 semestres. As vagas em questão não alteram o
 1475 número total de vagas de ingresso do curso de Letras (18.08.11). **Parecer da**
 1476 **CAA:** aprova, por unanimidade dos presentes (4 votos), o parecer da relatora,
 1477 Prof.^a Dr.^a Emma Otta, favorável à criação da Habilitação em Língua e
 1478 Literatura Coreana, do curso de Letras, período matutino, com 15 vagas, na
 1479 FFLCH (10.10.11). **Parecer da CCD:** o Magnífico Reitor aprova, *ad referendum*
 1480 da Comissão, e com base no parecer do relator, a concessão de 2 (dois)
 1481 cargos docentes permanentes, MS-3, RDIDP, um para o segundo ano e outra
 1482 para o quarto ano de atividade, para a criação da Habilitação em Língua e
 1483 Literatura Coreana, no curso de Letras da FFLCH (14.06.12). Informação da
 1484 VREA referente ao aumento das despesas permanentes da USP, por conta da
 1485 criação da Habilitação em Língua e Literatura Coreana, no curso de Letras da
 1486 FFLCH (14.06.12). **Parecer da COP:** o Sr. Presidente aprova, *ad referendum*
 1487 da Comissão, a criação da Habilitação em Língua e Literatura Coreana para o
 1488 Curso de Letras, período matutino, com 15 vagas, na FFLCH, considerando a
 1489 informação da VREA de que o impacto orçamentário será de 0,006%
 1490 (14.06.12). **Cons. Benedito Carlos Maciel:** "Com relação à criação da
 1491 Habilitação em Língua e Literatura Coreana, trata-se de uma proposta da
 1492 FFLCH, período matutino, com 15 vagas, por 8 semestres. Esta nova
 1493 habilitação inclui-se entre as já existentes em línguas orientais, de tal maneira
 1494 que após a conclusão do curso básico, o aluno ingressante em Letras terá mais
 1495 essa habilitação para optar. As vagas para a nova habilitação não alteram o
 1496 número total de vagas de ingresso no curso de Letras. A habilitação simples
 1497 em Coreano tem duração ideal de 8 semestres e a habilitação dupla em
 1498 Português e Coreano tem duração ideal de 10 semestres. As exigências para a
 1499 criação dessa nova habilitação encontram-se totalmente cumpridas e resulta de
 1500 uma soma de esforços, que se compatibiliza, tanto com necessidades

acadêmicas como políticas e de mercado, de forma inovadora. Foi aprovado pelo Conselho de Graduação em agosto de 2011 e o parecer da CAA é favorável à aprovação dessa habilitação." **Cons.^a Sandra Margarida Nitri:** "Gostaria apenas de reforçar a defesa da criação desta habilitação, lembrando que a seção de Estudos Orientais foi criada nos anos de 1960 pelo Professor Eurípedes Simões de Paula e, na ocasião, ele já previa a inclusão do curso de Língua e Cultura Coreana, mas isso não ocorreu. Depois, essa seção de Estudos Orientais, que começou no curso de História nos anos de 1970, foi para o curso de Letras, no âmbito do Departamento de Letras Orientais. E esta proposta de criação da habilitação em Coreano passou a integrar o projeto de metas do Departamento de Letras Orientais de 2009 a 2011, mas gostaria de dizer que o interesse pelos estudos coreanos foi retomado - pois houve o interesse inicial, porém não concretizado pelo Prof. Eurípedes - na década de 1990, no âmbito de alguns cursos de extensão, com o apoio da Fundação da Coréia. Em 2005 esses cursos continuaram, houve uma iniciativa da própria Universidade, partindo da Reitoria, inclusive, na época, o Reitor era o Prof. Melfi e foi ele quem estabeleceu um acordo com a Fundação da Coréia, prevendo a criação de uma disciplina de graduação em língua coreana. E essa disciplina de graduação em língua coreana vem sendo ministrada desde 2006 como disciplina optativa, sempre com o apoio da Fundação da Coréia. Há um lastro que permitiu que este projeto fosse muito bem elaborado e trata-se não apenas de um interesse do curso de Letras, mas da própria Universidade. Em 2007 criou-se o Grupo de Estudos Coreanos da USP - CNPq e o início dos estudos para esta nova habilitação. Então, esse Núcleo de Estudos Coreanos não se restringe apenas ao curso de Letras. Se tão somente fosse isso, já justificaria a criação de uma habilitação, mas os estudos coreanos, como os outros estudos de Letras e da FFLCH, permeiam interesses interdisciplinares com outras Unidades. Recentemente, em 2010, participei de um Simpósio, que foi feito em parceria da FFLCH - partindo do Departamento de Letras Orientais - com a FEA e com o IRI. De forma que acredito que as instâncias dessa Universidade tomaram a iniciativa de dar início a esta criação. E as instâncias da Universidade pelas quais passaram o projeto e que leram com bons olhos e o aprovaram em todas as instâncias, para que esta proposta chegasse até o Co, mostraram-se clarividentes e abertas, como deve ser uma universidade, pensando no presente, no futuro e considerando o que foi feito no passado." **Cons.^a Telma Maria Tenório Zorn:** "Gostaria de apoiar esta proposta que foi analisada positivamente pelo CoG, chamando a atenção para um aspecto mais amplo que ela envolve. Trata-se de uma ação iniciada na Faculdade de Filosofia para que as quase 900 vagas do curso de Letras, possam originar algumas habilitações a partir do tronco básico de Língua Portuguesa. Ou seja, o curso de Coreano vai ter uma base a partir do curso de Língua Portuguesa e a partir daí cria-se a habilitação nessa língua. Nessa mesma direção, existe em andamento outra proposta da FFLCH para a criação de uma habilitação em Tradução para aproveitar a mesma base de 900 vagas. Desse modo, criam-se maior diversidade na formação de "saída" dos alunos oferecendo-lhes maiores possibilidades de atuação profissional. Penso ser essa uma boa direção e espero que a proposta de habilitação em Tradução venha a se consolidar, porque é minha visão que, com isso, poder-se-ia criar maiores opções para esses alunos do curso de Letras. Esta foi a posição do Conselho de Graduação e a minha própria". **M. Reitor:** "Gostaria de ressaltar o grande trabalho que a

1551 Prof.^a Sandra Nitrini fez com referência, mas só a explicação dela já mostrou
 1552 que ela trabalhou muito e há fundamentos para isso." **Cons.^a Letícia Alcântara**
 1553 **de Freitas:** "Sou aluna do curso de Letras e acho que uma ponderação
 1554 importante que temos que fazer é que o curso de Letras é grande, é o curso
 1555 que mais recebe calouros durante todo ano e o fato dessa habilitação só
 1556 oferecer vagas no matutino é um problema, porque existe cerca de 400
 1557 calouros que entram todo ano na Letras, também, no período noturno. E não
 1558 seria a primeira habilitação a ser oferecida somente em um período, por conta
 1559 de um problema do próprio Departamento, com seus docentes, porque não há
 1560 disponibilidade para que os professores lecionem tantas turmas em tantos
 1561 horários diferentes. Acho importante vermos aqui exatamente como será a
 1562 distribuição de docentes, o papel que a Fundação Coreana vai cumprir, para
 1563 que tenhamos a garantia de que todos os estudantes, inclusive os do noturno,
 1564 que trabalham durante o dia e por alguma razão têm que fazer o curso a noite,
 1565 possam cursar esta habilitação. E mais do que isso, para que não haja uma
 1566 sobrecarga dos próprios docentes do curso, fazendo com que tenham turmas
 1567 mais cheias ou exigências superiores àquelas que podem cumprir. Penso que
 1568 é preciso que, avaliando expansão, saibamos exatamente os investimentos e
 1569 como isso vai se dar com relação à infraestrutura, professores, enfim, recursos
 1570 humanos e físicos, para que não sobrecarregue aqueles que constroem a
 1571 Universidade, os professores e funcionários, no cotidiano do curso. A Letras já
 1572 tem esses problemas e, na minha opinião, não está muito claro como isto se
 1573 dará exatamente." **M. Reitor:** "Com base na colocação que a Conselheira fez,
 1574 certamente a diretoria da FFLCH estudaria estas questões, que são relevantes,
 1575 principalmente a questão de oferecimento isonômico para um curso de período
 1576 noturno, mas pessoalmente, isto não deveria obstar a aprovação neste
 1577 momento, mas seria um estudo que haveria o comprometimento das pessoas
 1578 para que se fizesse de forma imediata." **Cons.^a Sandra Margarida Nitrini:**
 1579 "Esclareço que no caso do Departamento de Letras Orientais, o fato de alguns
 1580 cursos serem oferecidos de manhã e outros a noite tem uma história. Esta
 1581 história vem de uns 10 anos e estava relacionada ao baixo número de alunos
 1582 de Letras Orientais, naquele momento. Havia muita evasão e foi feita uma
 1583 reformulação, por interesse da própria FFLCH. Isto foi uma discussão, não se
 1584 tratou de uma economia ou outra coisa nesse sentido, foi uma reformulação
 1585 que, aliás, foi muito produtiva, não só para o curso de Letras Orientais, porque
 1586 a reforma que se fez e a criação do primeiro ano básico de Letras trouxe
 1587 ganhos não só para a parte mais debilitada, como para as outras. Então, não
 1588 se trata de privilegiar turmas do noturno ou do diurno com determinados cursos
 1589 e outros não, foi uma questão de organização da própria Faculdade e um
 1590 projeto do curso de Letras, aceito pela Faculdade, na sua reformulação.
 1591 Quanto aos claros dos docentes de Coreano, isto foi muito bem estudado e há
 1592 um escalonamento. No primeiro ano, de fato, a Fundação da Coreia irá
 1593 colaborar com um ou dois professores, depois, aos poucos, pelo cômputo que
 1594 foi feito, haverá mais quatro ou cinco claros. Agora, no início, já foram
 1595 conseguidos dois claros, que é uma necessidade para se implantar o curso, o
 1596 que não impede que considerações outras sejam feitas, em outros momentos,
 1597 quando a dinâmica da Faculdade assim o exigir. Mas neste momento não há
 1598 problemas com claros de docentes e quero deixar claro que não há uma atitude
 1599 de privilegiar um curso do noturno com tais cursos e outros não, isto depende
 1600 justamente da demanda." A **Cons.^a Letícia Alcântara de Freitas** questiona,

fora do microfone, se a responsabilidade de contratação desses professores será da Fundação ou da Universidade. **Cons.^a Sandra Margarida Nitrini:** "É da Universidade de São Paulo. A FFLCH e a própria USP preza muito pelo seu corpo docente e pelos seus princípios. Mas essa colaboração é importante, porque é muito bom que venham professores de fora dar aulas, ainda mais em se tratando de culturas como essas, com línguas e culturas tão distantes das nossas. É um ganho para a FFLCH, para o curso de Letras e para a USP." Ato seguinte, o **M. Reitor** coloca em votação o parecer favorável da CAA. **Votação.** Pelo painel eletrônico obtém-se o seguinte resultado: Sim= 93 (noventa e três) votos; Não= 0 (zero); Abstenções= 9 (nove); Total de votantes= 102 (cento e dois). É aprovado o parecer da CAA, favorável à criação da Habilitação em Língua e Literatura Coreana, do curso de Letras, período matutino, com 15 vagas, na FFLCH. Ato seguinte o **M. Reitor** passa ao **CADERNO XIII – AMPLIAÇÃO DE VAGAS. 1. PROTOCOLADO 2012.5.746.1.1 – ESCOLA POLITÉCNICA.** Proposta de ampliação de vagas da Habilitação Engenharia de Petróleo, de 10 para 50 vagas, da Escola Politécnica, em Santos. Ofício do Diretor da EP, Prof. Dr. José Roberto Cardoso, à Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a Dr.^a Telma Maria Tenório Zorn, encaminhando a solicitação de ampliação de vagas para a habilitação de Engenharia de Minas e de Engenharia de Petróleo, aprovada pela Congregação em 15.12.2011 (07.02.12). **Parecer da CCV:** devolve o processo à Unidade, para que sejam providenciadas as solicitações do relator, Prof. Dr. Marcelo Monteiro da Rocha, salientando que não havendo decisões contrárias às solicitações de concordância, a Câmara considera a matéria aprovada, podendo ser encaminhada ao CoG, para deliberação (27.03.12). **Parecer do CoG:** aprova a manifestação da CCV, favorável à ampliação de vagas da habilitação Engenharia de Petróleo, de 10 para 50 vagas (19.04.12). **Parecer da CAA:** aprova, por unanimidade dos presentes (4 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Marcelo de Andrade Roméro**, favorável à ampliação de 10 para 50 vagas, da Habilitação. **2. PROCESSO 2012.1.409.3.4 – ESCOLA POLITÉCNICA.** Proposta de ampliação de vagas da Habilitação Engenharia de Minas, de 10 para 40 vagas, da Escola Politécnica. Ofício do Diretor da EP, Prof. Dr. José Roberto Cardoso, à Pró-Reitora de Graduação, Prof.^a Dr.^a Telma Maria Tenório Zorn, encaminhando a solicitação de ampliação de vagas para a habilitação de Engenharia de Minas e de Engenharia de Petróleo, aprovada pela Congregação em 15.12.2011 (07.02.12). **Parecer da CCV:** devolve o processo à Unidade, para que sejam providenciadas as solicitações do relator, Prof. Dr. Marcelo Monteiro da Rocha, salientando que não havendo decisões contrárias às solicitações de concordância, a Câmara considera a matéria aprovada, podendo ser encaminhada ao CoG, para deliberação (27.03.12). Declaração do Presidente da Comissão do Ciclo Básico da EP, Prof. Dr. Antonio Carlos Seabra, de que a ampliação de vagas de 10 para 40 alunos ingressantes no Curso de Engenharia de Minas não implica em aumento do número de turmas ou professores das disciplinas oferecidas pelo IME e pelo IF para o Ciclo Básico da EP. Encaminha, ainda, a concordância dos Diretores do IQ e IGc sobre o referido aumento de vagas (17.04.12). **Parecer da CCV:** após verificação do atendimento pela Unidade ao solicitado pelo relator, reitera a aprovação do pedido de ampliação de vagas do curso de Engenharia de Minas, de 10 para 40 vagas (24.04.12). **Parecer do CoG:** aprova a manifestação favorável da CCV (17.05.12). **Parecer da CAA:** o Presidente da CAA aprova,

ad referendum da Comissão, a proposta de ampliação de vagas da Habilitação Engenharia de Minas, de 10 para 40 vagas, da Escola Politécnica, nos termos do parecer do relator. (1º.06.12). O **Senhor Secretário Geral**, propõe que a discussão e votação do Caderno seja encaminhada em bloco, porém, havendo pedido de destaques para os dois processos do Caderno, sugere que o relator proceda o relato de ambos, porém com votações separadas. **Cons. Marcelo de Andrade Romero**: "Fui o relator dos dois processos e farei a breve leitura da parte final dos pareceres. O primeiro, com relação à ampliação das atuais 10 vagas para 50, da habilitação em Engenharia de Petróleo. 'O ponto focal da solicitação é ampliação de um curso já existente e conta, portanto, com estrutura curricular e um corpo docente já definidos. Analisarei, então, a pertinência acadêmica da solicitação. O Conselho Universitário aprovou a mudança física do curso de Engenharia de Petróleo, da cidade de São Paulo para a cidade de Santos, oferecendo, inicialmente, 10 vagas. Ocorre que para a viabilização dessa oferta, uma determinada infraestrutura física necessitou ser criada e viabilizada, além dos recursos humanos necessários, bem como recursos materiais em laboratórios e equipamentos. Neste cenário, oferecer um acréscimo de 40 vagas, mantendo a mesma infraestrutura significa otimizar os recursos da Universidade e do Estado de São Paulo, além de suprir uma demanda real e existente por engenheiros de petróleo no Estado e no País. Por esses motivos, sou de parecer favorável à solicitação e recomendei à CAA a sua aprovação.' Passo à leitura da ampliação da habilitação em Engenharia de Minas. 'O ponto principal da solicitação é ampliação de um curso já existente e que conta, da mesma forma, com estrutura curricular e um corpo docente já definidos. A demanda por engenheiros com habilitação em minas é crescente no Brasil, mormente quando consideramos a expansão das atividades de mineração nos últimos 10 anos, tornando o minério de ferro o principal produto de exportação brasileiro, conforme salienta o documento elaborado pelo Departamento de Minas da EP. A Escola oferece, atualmente, 10 vagas nesta especialidade, é a única Instituição pública de ensino existente no Estado formando profissionais nesta área, muito embora existam mais de 1.500 empresas de mineração no Estado de São Paulo. Trata-se, portanto, de um número muito pequeno de profissionais para suprir a demanda existente e a demanda futura. Os documentos existentes no processo que embasam este relato afirmam que não haverá aumento no número de turmas, pois os novos alunos serão absorvidos pelas turmas existentes. Os documentos igualmente afirmam que não será necessário aumento de quadros, bem como a necessidade de investimentos adicionais em instalações físicas e equipamentos. Considerando essas informações, sou também de parecer favorável à solicitação e recomendei à CAA a aprovação da ampliação.' Esses foram os meus relatos com relação às propostas de ampliação de vagas da Escola Politécnica." **Consª. Leticia Alcantara de Freitas**: "Tenho uma dúvida com relação ao aspecto, principalmente, da contratação de mais professores e funcionários. Tem uma parte, inclusive, da própria solicitação que a Poli encaminhou, que diz, com relação ao Departamento de Engenharia de Minas e Petróleo, o seguinte: 'Assim sendo, com 10 ou 50 vagas, os recursos humanos como professores e funcionários é praticamente o mesmo, porém formando 50 alunos estaríamos reduzindo dramaticamente o custo por aluno formado, pois estes recursos passariam a ser aproveitados por 50 e não apenas por 10 estudantes, maximizando o uso de tão escassos recursos públicos'. Só queria

um esclarecimento, porque quando eu estava lendo e discutindo com os outros representantes discentes, a minha preocupação é a seguinte: ainda não sou professora, mas, na minha avaliação, corrigir 10 trabalhos é diferente de corrigir 50; ser uma funcionária da limpeza e ter que limpar uma sala de aula utilizada por 10 é diferente de limpar uma sala utilizada por 50. Ter um laboratório que comporte 10 é diferente de um laboratório que comporte 50 alunos. Nesse sentido, o aumento de vagas, seja em que exponencial for, necessita de aumento de recursos, não só humanos, mas, também, físicos, de infraestrutura, ainda que eles estejam sendo realocados para outro *campus*, em Santos. Na minha opinião, precisamos discutir, em primeiro lugar, a proporção do aumento do investimento nesses cursos, para que se garanta a infraestrutura necessária para ensino e qualidade e, por outro lado, que o Conselho Universitário saiba, exatamente, como isso vai se dar. Sou a favor da expansão da Universidade, com mais vagas, para que mais estudantes possam fazer os cursos, mas que tenha qualidade. Se não tivermos, neste Conselho, a condição de saber exatamente como vai se dar o investimento para que essa expansão aconteça, não acho que seja possível votarmos essa expansão agora, correndo o risco de ser uma expansão que não trará um curso de qualidade.” **Cons. José Roberto Cardoso:** “A Letícia talvez não estivesse presente quando foi aprovada a transferência do curso de Engenharia de Petróleo para Santos, isso ocorreu ano passado. Na ocasião que foi feita essa transferência do curso de Engenharia de Petróleo, que era na capital, foi feito um projeto contemplando o número de funcionários e professores para absorver as 50 vagas que seriam criadas este ano. Não foram criadas naquela ocasião 50 vagas, porque não havia tempo suficiente para a tramitação, pois exigia, neste caso, manifestação da COP e de vários outros colegiados. Então, fizemos a simples transferência daquele curso como estava e, ato contínuo, solicitamos o aumento de vagas, mas o número de docentes e funcionários que foram alocados para lá já é suficiente para atender essas 50 vagas, como foi feito no projeto original.” **Cons. Adrian Rodolfo Cavalheiro Fuentes:** “Tenho algumas dúvidas em relação à infraestrutura do *campus*, até por não estar mais envolvido na aprovação de todo o projeto. São dois pontos, vamos aumentar o número de alunos para 50. No primeiro ponto, destacamos bastante a importância da moradia estudantil, do restaurante universitário, apareceu isso em diversos pontos nesse Conselho. Eu queria saber como é a infraestrutura, o campus hoje em dia tem capacidade para dar abrigo para esses estudantes? Como está a biblioteca? Temos condição de colocar restaurantes universitários para todo mundo? Tem moradia estudantil para ser fornecida? Como está tudo isso? Porque além de todo o trabalho em infraestrutura, também há a necessidade de investimento na permanência estudantil e em todos esses outros pontos.” **Cons. José Roberto Cardoso:** “Foi alocado pelo Governo do Estado um edifício que tem 3 andares, suficiente para atender essa comunidade. Nesse primeiro momento, nesse primeiro ano de funcionamento, essa questão da alimentação, a Escola Politécnica estabeleceu um convênio com restaurantes locais para suprir a alimentação desses alunos. Com a transferência do termo de cessão do edifício que foi feito recentemente pelo Governo do Estado, temos condições de intervir na obra para fazer a parte relativa à cozinha, inclusive a área relativa à vivência estudantil, porque o termo de cessão só ficou pronto este ano. De modo que até o ano que vem, vamos ter tudo isso em operação. Agora, residência estudantil, de fato, não temos.

Essa é uma realidade, uma deficiência, mas isso é uma dificuldade que teremos que superar. Evidentemente, é uma luta de todos, não só para o *campus* de Santos.” **Cons. Helio Nogueira da Cruz:** “Um esclarecimento, como Presidente da Comissão de Permanência Estudantil, os alunos carentes P1 recebem auxílio moradia, de forma que será atendido desta forma.” Ato seguinte, passa-se à votação do processo 1, referente à proposta de ampliação de vagas da Habilitação Engenharia de Petróleo, de 10 para 50 vagas, da Escola Politécnica, em Santos. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 90 (noventa) votos; Não = 2 (dois) votos; Abstenções = 10 (dez); Total de votantes = 102 (cento e dois). É aprovado o parecer da CAA, favorável à ampliação de 10 para 50 vagas, da Habilitação Engenharia de Petróleo, da Escola Politécnica, em Santos. **Secretário Geral:** “Passaremos ao processo 2, que teve pedido de destaque, referente à proposta de ampliação de vagas da habilitação de Engenharia de Minas.” **Cons. Carlos Eduardo Ferreira:** “Antes de qualquer coisa, é claro que é muito conveniente aumentar o número de vagas na Poli, reconhecemos a importância da criação de quadros. E os quadros que são formados pela Escola Politécnica são excelentes, não precisamos discutir isso. Esse processo teve uma tramitação, passou pela CCV do Conselho de Graduação e lá teve uma manifestação do parecer que acho muito razoável, o parecer solicitou que a aprovação ficasse condicionada à consulta formal às Unidades e Departamentos envolvidos. Imaginava, então, que todos os Departamentos envolvidos seriam consultados. Verifico no processo que o Instituto de Geociências, que oferece 5 disciplinas, foi consultado, da mesma forma, o Instituto de Química, mas não houve uma consulta ao Instituto de Matemática e ao Instituto de Física. O Instituto de Matemática oferece 8 disciplinas no Biênio e o Instituto de Física, não tenho certeza, acho que 4 disciplinas. Mas os dois não foram consultados. Há uma manifestação do Presidente da Comissão do ciclo básico, que cuida dos dois primeiros anos da Poli, dizendo que essa ampliação poderia ser absorvida pelas demais turmas do Biênio. Mas, gostaria que os dois Institutos que participam do Biênio - Instituto de Matemática e Estatística e Instituto de Física -, assim como os outros, fossem também consultados a respeito dessa ampliação. É uma questão de respeito pelas Unidades que participam e colaboram bastante. Costumo dar bastante aulas no Biênio, frequentemente, a cada dois anos dou aula lá e as salas são lotadas. As salas das disciplinas de Matemática são absolutamente lotadas, quentes, de forma que colocar mais um ou dois alunos pode até ser um problema. Mas, de qualquer forma, gostaria que as Unidades envolvidas fossem consultadas, como era parecer do relator da CCV.” **Cons. José Roberto Cardoso:** “Essa ampliação do número de vagas do curso de Engenharia de Minas é discutida por todas as Comissões da Escola Politécnica, incluindo a Comissão do Ciclo Básico. Nessa Comissão, temos representantes das Unidades que cooperam com a Escola Politécnica, como o Instituto de Física e o Instituto de Matemática e Estatística. Esses representantes foram informados desse aumento no número de vagas, além do que, temos uma quantidade enorme de turmas. O curso de cálculo tem mil alunos, imagine quantas vagas dá isso. De modo que acrescentaremos 30 vagas, porque é de 10 para 40, mais precisamente 20, porque 10 foram para Santos. 30 vagas, esse é o aumento real que vai acontecer. Fizemos uma consulta a todos os membros dessa Comissão e todos acordaram que não haveria impacto. De fato, temos algumas dificuldades com as salas até o

momento. Essa Diretoria fez um esforço muito grande para recuperar o Biênio. O Cirquinho está em reforma, em agosto próximo ficará pronto, com uma estrutura muito boa, com ar condicionado e caberá 100 alunos por sala naquele ambiente. Quero dizer, estamos nos esforçando para resolver essa questão. Aquelas salas que estavam com problemas de aquecimento terão aparelhos de ar condicionado sendo instalados dentro em pouco, estamos fazendo um esforço para melhorar as condições de trabalho. O impacto, de fato, em cima de 30 alunos em um contingente tão grande quanto esse foi considerado que não haveria um impacto sensível no aumento de número de professores, isso foi acordado pela Comissão do Ciclo Básico, que contempla representantes de todas essas Unidades.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** “Acho que a questão é um pouco diferente, acho que é uma questão até de respeito institucional, respeito entre as Unidades. O curso é oferecido pelo IME, assim como os cursos da Física e, inclusive, há um parecer solicitando que fosse pedida a opinião das duas Unidades. É muito provável que até fizéssemos essa análise e chegássemos à conclusão de que se tem razão, mas a questão é um pouco de falta de respeito institucional. Aliás, só para lembrar, no ano passado já aconteceu isso, com a transferência de um curso para Santos, até cheguei a comentar aqui que não fomos consultados. Dei meu apoio, acho que é estratégico, mas o IME não foi consultado. Ele está sendo colocado à margem de uma discussão que é importante. Outro comentário, também sou membro da CAA e esse processo foi discutido na Comissão. O parecer que o Professor Roméro deu foi discutido e, em vista dessa solicitação da CCV, retiramos de pauta, isso para que desse encaminhamento a essa consulta. Fiquei surpreso quando foi aprovado *ad referendum*, depois de uma decisão da CAA de que isso deveria continuar tramitando conforme o parecer da CCV. De forma que a questão é meio conceitual, uma questão de respeito institucional entre as Unidades.” **Cons. José Roberto Cardoso:** “Queria conversar com o Professor Flávio e falar para ele que, de fato, não foi essa a intenção, de não respeitar o IME. De forma alguma vamos deixar de respeitar qualquer que seja a Unidade dessa Universidade. Podemos errar, talvez tenhamos errado, mas de forma alguma tivemos a intenção de desrespeitar o IME. O IME tem parceria de longa data com a Escola Politécnica, dá cursos para nós há muitos anos. Temos um relacionamento excelente com representantes do IME dentro da nossa Escola. Temos um relacionamento muito amistoso, de modo que a questão de desrespeito não é o caso. Se erramos, evidentemente, penitencio-me ao problema e tentaremos resolver, mas de forma alguma, nunca vamos desrespeitar uma Unidade da USP.” **Cons^a. Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Não vou entrar nessa questão de respeito, senão ficaria aqui um mês atormentando o ouvido de todos. Gostaria de entrar na questão das dificuldades. Penso que há uma preocupação dos conselheiros, mas acredito que podemos superar as dificuldades. Estamos em época de aprovação da LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias - onde são destinadas verbas para as três Universidades estaduais paulistas. Atualmente, o Professor João Grandino Rodas é Presidente do CRUESP e espero que o CRUESP faça uma gestão junto à Assembleia Legislativa no sentido de aprovar mais recursos para as Universidades estaduais paulistas. Nós, trabalhadores, através do Fórum das Seis estaremos lá, como todos os anos fazemos, reivindicando mais verbas para a Universidade de São Paulo. Mas, creio que existe um grande interessado que pode superar essas dificuldades, inclusive aprovando, na LDO,

1851 mais verbas para as Universidades estaduais paulistas, que é o Governador do
1852 Estado de São Paulo. Não sei se os senhores assistem à TV Tribuna, que é a
1853 TV do litoral, em que o Governador aparece em propaganda eleitoral de uma
1854 em uma hora, dizendo que o curso da Universidade de São Paulo em Santos
1855 está a todo vapor. Então, creio que não teremos dificuldades, se precisar
1856 contratar professor, teremos contratação de professor, se precisar ampliar
1857 prédios e laboratórios, teremos também, porque aqui existe o grande
1858 interessado na expansão desses cursos que é o senhor Governador do Estado.
1859 Penso que agora é época da aprovação de mais verbas para as Universidades
1860 estaduais paulistas e convido os conselheiros, aqueles que estão preocupados
1861 com verba, com contratação - o Reitor, com certeza, está fazendo sua gestão
1862 junto aos demais reitores, junto à Assembleia Legislativa, para expandir mais
1863 verbas - que cada conselheiro daqui também faça gestão junto à Assembleia
1864 Legislativa para que eles, ao invés de aprovarem 9,57% para as Universidades
1865 estaduais paulistas, aprovem 11,6%, pois, com certeza, se hoje sobra dinheiro
1866 nessa Universidade, sobrará muito mais e essas nossas preocupações estarão
1867 resolvidas." **Cons^a. Telma Maria Tenorio Zorn:** "Não costumo me manifestar
1868 com muita frequência nesse Conselho além do tempo que me é reservado.
1869 Hoje, entretanto, está na pauta vários assuntos importantes relativos à
1870 Graduação e, como Pró-Reitora de Graduação, não posso deixar de me
1871 manifestar para fazer alguns esclarecimentos e pedidos, em nome da nossa
1872 Graduação e de nossos alunos. Lembro, que quando o analisamos no CoG
1873 essa proposta, considerada de muita importância para a nossa Universidade,
1874 uma das imposições ou, pelo menos o que consideramos muito importante, foi
1875 que mais alunos pudessem se aproveitar desses cursos que foram para
1876 Santos. Dez vagas, de fato, é um privilégio desproporcional ao custo e esforço
1877 despendido. Além disso um maior número de alunos aumentaria a convivência
1878 e a troca de experiência. Dez vagas foi considerada um número muito pequeno
1879 e consideramos que 40 vagas seria o número ideal para o esforço que se
1880 estava fazendo. Por se tratar de um curso que envolve mais que uma Unidade
1881 houve uma preocupação da Câmara Curricular e do Vestibular para que
1882 houvesse interação e conversa entre essas, como deve ocorrer nessas
1883 situações e, em particular, nesse caso em que o curso não ocorreria no
1884 campus de São Paulo. Daí a recomendação especial da CCV. Como sabem,
1885 atuo no Instituto de Ciências Biomédicas que atende 15 outras Unidades e,
1886 portanto, esse tipo de interação é requerida para que os cursos funcionem
1887 bem. Acompanhei de perto todo o processo e sempre me coloquei a disposição
1888 para intermediar, se necessário, e colaborar para a facilitação do processo. Os
1889 prazos foram, necessariamente, mais curtos, dado a excepcionalidade da
1890 situação. Quero pedir, como Pró-Reitora de Graduação, que as duas Unidades
1891 parceiras e essenciais para que esse curso se consolide colaborem para a
1892 consolidação do curso. Não creio que tenha havido desrespeito ao IME por
1893 parte do Professor Cardoso que já apresentou seus esclarecimentos. Peço que
1894 me perdoem por fazer essa intermediação nesse momento. Entretanto, não
1895 posso deixar de fazer essa manifestação e de solicitar que considerem os
1896 nossos alunos e nossos cursos a razão maior de nossa atuação na nossa
1897 Universidade. Coloco-me a disposição, como sempre estive, para que
1898 possamos facilitar a implementação desses cursos. E os recursos para que
1899 isso aconteça, certamente virão. A própria Pró-Reitoria de Graduação tem
1900 projetos que podem contribuir naquilo que for necessário para implantação da

estrutura física dos locais onde os alunos possam, de fato, ter possibilidade de realizar os cursos com qualidade.” Ato seguinte, o **M. Reitor** passa à votação do Processo 2, referente à proposta de ampliação de vagas de Habilitação Engenharia de Minas, de 10 para 40 vagas, da Escola Politécnica. **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 86 (oitenta e seis) votos; Não = 1 (um) voto; Abstenções = 13 (treze); Total de votantes = 100 (cem). É aprovado o parecer da CAA, favorável à ampliação de vagas da Habilitação Engenharia de Minas, de 10 para 40 vagas, da Escola Politécnica.

Cons^a. Maria Arminda do Nascimento Arruda: “Desculpem essa solicitação, o motivo é nobre e justo. Estou pedindo uma excepcionalidade, que é apresentar o trabalho realizado pela Pró-Reitoria de Cultura agora, pois terei que me ausentar para estar presente na mesa de homenagem e ao mesmo tempo de memória ao Professor Antonio Flávio de Oliveira Pierucci, Chefe do Departamento de Sociologia, falecido há 15 dias. Agradeço à mesa e ao conselheiros pela compreensão. Será uma apresentação rápida. Apresento os novos projetos desta Pró-Reitoria e afirmo que eles são resultado de medidas tomadas há dois anos. Vocês devem se lembrar que a Pró-Reitoria fez um esforço muito grande de conceituar e definir os objetos das ações de Cultura e Extensão, valorizando as atividades, catalogando, dando visibilidade, apoiando, conceituando. Isso significou, ao mesmo tempo, a busca de uma integração maior da gestão, tanto política quanto administrativa. Estão presentes aqui as associações que foram feitas, a construção de espaços que absorvam atividades por afinidades, como por exemplo, das Artes, do Núcleo dos Direitos que será inaugurado, mas já está em funcionamento nas colmeias, congregando todos os ‘programas da área de direitos’. Está muito bonito e agradeço muito ao Professor Massola, pelo empenho. Outra questão central foi a requalificação das iniciativas de Cultura e Extensão, regulamentando procedimentos, estabelecendo critérios norteadores de uma política de apoio e de fomento e constituindo uma base de dados para enviar projetos aos pareceristas habilitados para emissão de análise de mérito. E, finalmente, essa requalificação se desdobrou em uma sistemática que guia as três comissões criadas para este fim: a Comissão Gestora do Programa de Aprendendo com Cultura e Extensão, a Comissão de Diretrizes para o Comitê de Fomento às Iniciativas de Cultura e Extensão e a Comissão de Avaliação dos Núcleos de Apoio às atividades de Cultura e Extensão. Essa avaliação foi feita consoante ao aparelhamento da Pró-Reitoria para desempenhar com competência e presteza as ações pertinentes e, finalmente, a requalificação e a revitalização dos espaços. Além da construção do Núcleo dos Direitos e do processo de reforma do Camargo Guarnieri para abrigar as Artes, estamos dedicando todo o esforço para que o Centro Maria Antônia retome as suas obras, a Pró-Reitoria buscou parcerias externas. O BNDES está participando do processo de transformação das Ruínas do Engenho São Jorge dos Erasmos. De forma que a requalificação está no centro da preservação cultural do Parque das Ciências e Tecnologia, da Estação Ciência e das Ruínas. Finalmente, neste semestre, realizou-se a Feira das Profissões, no *campus* de Ribeirão Preto, representando os chamados *campi* do interior. Essa feira apresentou uma mudança excepcional. Em 2010, a feira do interior teve 6 mil alunos, em 2011 foram 8 mil alunos e agora, a feira de Ribeirão recebeu mais de 22 mil alunos. Para isso, também foi feito convênio com a Secretaria da Educação do Estado, para que os alunos da rede pública chegassem até o evento. Todo esse

1951 conjunto de mudanças teve como coroamento os novos programas da Pró-
 1952 Reitoria. Vou chamar a atenção apenas para iniciativas centrais. O primeiro foi
 1953 a construção do programa, em parceria com a Prefeitura, o “Giro Cultural”, que
 1954 tem como objetivo divulgar os eventos e espaços culturais para os calouros e
 1955 para a comunidade interna e externa da Universidade, disponibilizando roteiros
 1956 culturais, temáticos, etc. Enfim, para estabelecer um diálogo com as demais
 1957 instituições culturais existentes em São Paulo. E, finalmente, os editais dos
 1958 programas especiais, lançados no dia 12 de junho. As inscrições abriram logo
 1959 no dia 13 e se estenderão até o dia 10 de agosto. São editais e programas
 1960 especiais, previstos no orçamento. No dia do lançamento, agradei à COP, ao
 1961 seu presidente, Professor Engler. São programas que foram construídos como
 1962 resultado de um diagnóstico interno das áreas fundamentais e desassistidas da
 1963 Universidade, tais como acervos, patrimônio cultural - nem sabemos quais são
 1964 os nossos acervos. O programa Memória USP também recebeu dotação
 1965 específica. O programa de Intercâmbio de Atividades de Cultura e Extensão e,
 1966 ao mesmo tempo, o Prêmio Ortega y Gasset em Ciências Humanas, em uma
 1967 associação com o banco Santander, primeiro prêmio da Universidade para a
 1968 área de Humanidades, são também muito importantes. Uma comissão
 1969 julgadora será designada pela Pró-Reitoria para premiar os melhores trabalhos
 1970 apresentados de professores e estudantes de pós-graduação. E, finalmente, já
 1971 terminando, o projeto avançado, meio vanguardista - costume dizer que não há
 1972 cultura sem propostas de vanguarda, sem arrojo - que é a Tenda Cultural. É
 1973 uma tenda mesmo, nos moldes da Tenda da FLiP de Paraty, para realizar
 1974 vários eventos. É uma proposta avançada, bem sei, mas servirá para abrigar
 1975 as iniciativas correntes do Camargo Guarnieri, que está fechado para reformas,
 1976 como para realização de outros eventos.” Ato seguinte, o M. Reitor passa ao
 1977 **CADERNO XIV – TABELA DE VAGAS. 1. PROTOCOLADO 2012.5.860.1.9 –**
 1978 **UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.** Tabela de vagas para o Concurso
 1979 Vestibular de 2013. **Parecer do CoG:** aprova a tabela de vagas para o
 1980 concurso Vestibular de 2013, salientando que esta poderá ser alterada em
 1981 decorrência de futuras decisões do Conselho Universitário (17.05.12). **Parecer**
 1982 **da CAA:** o Presidente da CAA aprova, *ad referendum* da Comissão, a Tabela
 1983 de Vagas do Concurso Vestibular de 2013, que inclui cursos novos e
 1984 ampliações aprovados pelo CoG em 17.05 último, mas que poderá ser alterada
 1985 por decisões do Conselho Universitário (1º.06.12). O Senhor **Secretário Geral**
 1986 informa que, além do Presidente em exercício da CAA, Professor Benedito
 1987 Carlos Maciel, relator da matéria, a Senhora Pró-Reitora de Graduação está à
 1988 disposição para qualquer manifestação que se faça necessária.” **Cons.**
 1989 **Benedito Carlos Maciel:** “A tabela de vagas para o concurso vestibular de
 1990 2013 foi aprovada pelo Conselho de Graduação no dia 17 de maio e recebeu
 1991 uma aprovação *ad referendum* da presidência da CAA. Contempla os 149
 1992 cursos presenciais elencados, 10.852 vagas em 2012, um acréscimo de 2,1%
 1993 para 2013, representando 230 vagas adicionais. E mais em cursos
 1994 semipresenciais, a manutenção das 360 vagas mantidas. Basicamente é isso o
 1995 resumo dessa tabela.” **Cons. Flávio Ulhoa Coelho:** “Só uma pergunta, pois
 1996 está constando na tabela que foi aprovada *ad referendum* pela CAA, 50 vagas
 1997 noturno da Engenharia Elétrica. Tenho a impressão de que isso não foi
 1998 aprovado pelo Co ainda.” **Consª. Telma Maria Tenório Zorn:** “Também tive
 1999 dúvidas a respeito e confirmei hoje com a nossa assistente acadêmica sobre os
 2000 procedimentos na construção da Tabela. A Sra. Cássia me informou que esse

é o procedimento normal. A Pró-Reitoria de Graduação encaminha a tabela com todos os cursos que foram aprovados no CoG. Aqueles que ainda não foram aprovados no Co poderão sê-lo nessa reunião. Se assim for serão mantidos na Tabela de vagas, caso contrário, serão excluídos quando da votação final dessa Tabela de vagas por esse Conselho. Os cursos aprovados pelo CoG e que ainda não foram aprovados pelo Co são: o curso de Engenharia Elétrica noturno da POLI, que, aliás, foi o primeiro curso aprovado pelo CoG na minha gestão, mas ainda não foi submetido à aprovação pelo Co e o curso de Engenharia Hídrica, da Escola de Engenharia de São Carlos que foi aprovado no último CoG. Ambos estão prontos para serem analisados por esse Conselho Universitário. Isso explica a diferença no número de vagas. O que temos de ampliação, aprovados pelo Co, são 130 vagas a mais do que o ano passado, sendo 66,20% em cursos diurnos e 33,80% em cursos noturnos.”

M. Reitor: “Talvez a maioria concorde comigo, mas acho que para aprovação pelo Co, só aqueles que o Conselho já aprovou. Poderíamos propor aprovação, mas claramente dizendo que só daqueles que já estão aprovados pelo Conselho, porque senão fica uma dúvida, inclusive jurídica. No fundo ele passou pelo Conselho, mas passou por outro título, não o título de aprovação. Alguns podem até considerar que houve uma aprovação implícita e isso não é bom. Então, daqui para frente que não constem sequer os cursos que foram aprovados pelo CoG que não foram ainda encaminhados ao Conselho. Porque consta na pauta a observação de que a tabela poderá ser alterada em decorrência de futuras decisões do Conselho Universitário. Vamos fazer a votação somente dos cursos já aprovados, inclusive os que foram aprovados hoje, obviamente. Mas os que não foram, ficam fora dessa aprovação. Normalmente, vocês devem lembrar, por uma questão de momento, isso vem sendo aprovado *ad referendum* pelo Reitor nos últimos anos. Prefiro não fazer mais assim, neste caso, porque temos tempo suficiente, mesmo que tenhamos roubado algumas semanas - porque normalmente é aprovado no final de maio – mas, principalmente para termos uma decisão firme, uma decisão do órgão competente. Essa é uma regra que já se aplicava nessas votações de tabela para o vestibular. Portanto, votaremos esse texto, excluindo as vagas que ainda não foram aprovadas pelo Conselho.” **Cons^a. Telma Maria Tenório Zorn:** “Concordo plenamente e estava pronta para fazer esse esclarecimento, que esses cursos que não foram apreciados pelo Conselho Universitário estão fora da aprovação das vagas para o vestibular 2013.” **Cons. Lisete Regina Gomes Aleraro:** “Quero ponderar e no fundo, fazer um apelo. Lamento que tenhamos que retirar a vaga de Engenharia Elétrica noturna. Estamos em um limite, lembrando que a Constituição Estadual estabeleceu, em seu artigo 253, que as Universidades Estaduais Paulistas deverão oferecer cursos noturnos que, no conjunto de suas unidades, correspondam, pelo menos, a um terço das vagas por elas oferecidas. Fomos processados em 1993, porque não cumpríamos. Em 1997 cumprimos e fizemos um termo de ajuste de conduta. E apenas para lembrar este Conselho Universitário, há a deliberação nº 3.731, de 4 de setembro de 1990, dizendo que a Universidade de São Paulo cumpriria este artigo da Constituição por *campus*. Se formos verificar o total de vagas noturnas em cada um dos *campi* da USP, não estaríamos cumprindo a Constituição de São Paulo, por *campus* - não no total. No total, estamos na beiradinha. Por isso, estava querendo as vagas da Engenharia Elétrica para o período noturno. Faço um apelo aos nossos colegas, para rever um pouco uma

posição histórica de não oferecer cursos no período noturno, porque a vida mudou. Hoje, o noturno e o diurno se confundem em muitas razões. Depois da *internet*, diurno e noturno são relativos. Gostaria que os conselheiros realmente revisem, pois penso que é uma reivindicação justa. Historicamente nos comprometemos com isso e imagino que a Professora Telma fica torcendo para dar certo a conta, mas temos apenas 68 vagas a mais do mínimo esperado da USP. Creio que USP pode ser ousada e generosa nessa direção.”

Cons. Marcello Ferreira dos Santos: “Sobre a questão da tabela de vagas, parece-me uma contradição do que foi apresentado, porque recebemos um material que informa que na área de Exatas, a previsão de vagas é de 3.855, na área de Ciências Biológicas, de 2.493 e de Humanidades, de 4.731 vagas, totalizando 11.082 vagas para o ano de 2013. Quero chamar a atenção dos senhores Conselheiros, porque no que se refere à comparação de 2013 com 2012, o aumento de vagas que a Universidade de São Paulo está oferecendo para todos os cursos se divide, segundo os dados apresentados, em 180 vagas para o curso diurno e 50 vagas para o curso noturno, totalizando 230 vagas. Tentei fazer uma conta simples, que é comparar a demanda ocorrida nos dois anos - 2012 e 2013 – levando em consideração ainda o ano de 2011, e o que podemos perceber é que no ano de 2012 - e este é um dado que deveria constar em uma tabela como essa, para que pudéssemos fazer uma amostra mínima de comparação - houve uma demanda de 146.865 pessoas inscritas no vestibular da USP, ou seja, fazendo uma conta simples, mesmo com o aumento de 230 vagas de 2012 para 2013, 135.783 pessoas vão permanecer do lado de fora da Universidade de São Paulo. Estou chamando a atenção disso, porque se formos comparar com o número de inscritos no vestibular do ano passado, perceberemos que o número de inscritos ampliou de 2011 para 2013 em 13.896 pessoas. Portanto, o número de inscritos que se ampliou de 2011 para 2012 já é maior que o número de vagas que a Universidade ofereceu no ano de 2012 e no ano de 2013. Na minha opinião, é uma tabela lamentável, porque apresenta um número irrisório de aumento de vagas diante dessa realidade. Estou chamando a atenção para isso, porque na próxima semana vamos ter um debate no Conselho Universitário sobre a questão da estrutura de poder e espero que esse tema venha a ser debatido. Porque isso, inclusive baseado em dados fornecidos pela própria Reitoria no ano passado, é uma realidade infeliz do nosso País, onde apenas 12% da juventude de 18 a 24 anos pode ter acesso ao ensino superior. Desses 12%, segundo documento apresentado pela Reitoria, 75% estão nas Universidades privadas. De forma que chamo a atenção para uma realidade infeliz e lamentável que vivemos em nosso País. Portanto, não posso me considerar satisfeito – muito pelo contrario - diante de um aumento irrisório de vagas. Chamo a atenção porque esse é um problema drástico da nossa Universidade. Há cada vez mais número de inscritos da demanda dos vestibulares da USP e ela permanece ainda, infelizmente, configurando-se como uma Universidade extremamente elitista, que não permite que a juventude do nosso País tenha acesso ao ensino superior. Estou chamando a atenção para isso, porque hoje vivemos em um cenário infeliz na nossa Universidade. Já fiz outras intervenções neste Conselho, resgatando quando foi discutida a questão da militarização que hoje vivemos na Universidade. Para concluir, em minha opinião, acaba sendo corroborada por uma situação em que o exame vestibular - que é decidido também por esse Conselho - se apresenta como um filtro social na USP.

2101 Lembro os senhores conselheiros que hoje esteve circulando um documento
2102 solicitando, encarecidamente, que a Universidade de São Paulo pautasse no
2103 seu Conselho Universitário a questão das cotas raciais, que é um debate
2104 nacional e que diante dessa situação apresentada nessa tabela de vagas,
2105 deveria ser o mínimo que a USP deveria fazer. Por último, semana que vem,
2106 dia 27, acontecerá uma audiência pública em que será aprovada a Lei de
2107 Diretrizes Orçamentárias, onde será discutido o Orçamento da Universidade. E
2108 poderá se debater a questão de uma reivindicação elementar, que é o aumento
2109 de verbas para que esse número de vagas não seja apresentado de maneira
2110 infeliz, novamente, no próximo ano.” **Cons. Romualdo Luiz Portela de**
2111 **Oliveira:** “Quero enfatizar a questão que a Professora Lisete colocou, porque
2112 nessa questão das vagas e, particularmente, da expansão no período noturno,
2113 temos uma oportunidade fundamental de responder a uma das críticas mais
2114 comuns feitas à universidade pública, que é a de não gerir, pelo menos da
2115 melhor maneira possível, os recursos públicos. E, em geral, um dos
2116 argumentos que se usa é o custo por aluno. Enfatizo que a expansão do
2117 noturno custa muito pouco para nós, porque já temos os prédios,
2118 eventualmente otimizamos a distribuição da carga didática por professores e,
2119 do ponto de vista social, mais do que discutirmos, por exemplo, segmentação
2120 do acesso em relação a cotas, o elemento mais democratizador é expandir o
2121 número de vagas, particularmente no noturno, onde as populações
2122 trabalhadoras têm mais condições de entrar. Darei um exemplo. Em 1999,
2123 fizemos uma reforma do curso de Pedagogia e, na reformulação curricular, foi
2124 possível que dobrássemos o número de vagas à noite. Isso representou uma
2125 ampliação muito grande de estudantes negros e estudantes oriundos de escola
2126 pública, porque é evidente que, em geral, essa população de baixa renda tem
2127 que trabalhar, portanto, a possibilidade de ingressarem na Universidade pública
2128 é no período noturno, fundamentalmente. Se olharmos esse quadro que temos,
2129 a quantidade de cursos que não oferecem no noturno é uma ótima
2130 possibilidade para ampliarmos o acesso com custo muito baixo para a
2131 Universidade e, portanto, do ponto de vista geral, redução do custo por aluno.
2132 Quero rememorar a decisão do Conselho Universitário de 1991, que definiu
2133 que este um terço das vagas seria por *campus*, na ocasião. Se debruçarmos
2134 sobre as vagas oferecidas, temos *campus* que não cumpre esse dispositivo.
2135 Acho que valia a pena estudar o assunto para que viéssemos a enfrentar o
2136 debate da democratização, não apenas do ponto de vista de cotas, que penso
2137 ser uma discussão importante, mas muito mais eficiente é ampliar o número de
2138 vagas, particularmente à noite. De forma que reitero o apelo da Professora
2139 Lisete, para que isso fosse considerado com muito carinho pelas diferentes
2140 unidades e pelos órgãos centrais da Universidade para os próximos anos. Acho
2141 que isso faria muita diferença do ponto de vista da inserção e da legitimação da
2142 Universidade no conjunto da sociedade.” **M. Reitor:** “A última fala é importante
2143 e, certamente, tudo o que é falado no Conselho é registrado, há o esforço de
2144 que não fique como palavras ao vento; essa última, inclusive. Portanto, com
2145 relação à votação desse Caderno, votaremos, obviamente, dentro daquela
2146 acepção daquilo que foi aprovado pelo Conselho Universitário. Mas podemos
2147 sanar essa questão, se houver boa vontade de todos, mas votar sem estar
2148 aprovado pelo Conselho Universitário é um perigo muito maior do que uma
2149 demora nas vagas. É possível, se quiserem, que aprovemos, antes, pelo
2150 Conselho Universitário, esses dois cursos que ficarão fora. Mas isso precisaria

ser feito em uma próxima ocasião, muito embora na semana que vem seja um
 Co temático, se houver a vontade política da maioria em trazer esses dois
 cursos para ser votado, de minha parte não há obstáculo. Estou querendo
 favorecer, mas quem vota são vocês e a maioria vence. Se, excepcionalmente
 esses dois cursos fossem aprovados pelo Conselho Universitário, ao mesmo
 tempo, poderiam ser incluídos na Tabela de Vagas do Vestibular. Isso é
 possível, se não houver nenhum obstáculo." **Cons^a Neli Maria Paschoarelli**
Wada: "Não precisa deixar para o outro Conselho. Agora já temos a
 propositura, então faz uma votação e, superada essa votação, faz a votação da
 Tabela Geral." **M. Reitor:** "Foi isso que propus a pouco. Proponho uma votação
 prévia, para ver se alguém objeta que coloquemos primeiro esses dois cursos -
 Engenharia Hidráulica de São Carlos e Engenharia Elétrica, período noturno, da
 Poli - que já foram aprovados pelo CoG. Deixo claro que isso é excepcional, da
 próxima vez que aparecer algo desse tipo, não poderemos fazer dessa forma,
 pois isso conturba. Então, vamos votar, para chegar há um consenso." **Cons.**
Flávio Ulhoa Coelho: "Não gosto dessa solução, penso que tem que haver um
 procedimento. Hoje tivemos duas propostas de modificações que vão passar
 por um novo processo de consultas às Comissões. Agora, especificamente
 falando da Engenharia do período noturno da Poli, esse processo é meio
 antigo, ele passou pelo IME e tem total apoio, de forma que apenas gostaria de
 aproveitar e abrir um parêntese, o IME dá total apoio, mesmo, no ano passado,
 não tendo sido consultado sobre a história de Santos, bancamos isso,
 mandamos os docentes, temos docentes indo para lá duas ou três vezes por
 semana, nunca abandonamos a colaboração com a Universidade. A questão
 era uma outra e isso pode ser discutido depois. Agora, com relação à
 Engenharia noturno, o IME tem todo o interesse, acreditamos que é importante,
 mas, como sempre, o IME tem dificuldade de docentes. Temos poucos
 docentes em relação à nossa carga horária. Fizemos um levantamento outro
 dia e, nos últimos cinco anos, foram doze docentes aposentados que não
 foram repostos. Obviamente que isso sobrecarrega todo o resto. Então,
 aprovamos, damos todo apoio, terá toda nossa colaboração, desde que tenha
 os docentes suficientes para esse curso, assim como no caso de Santos
 brigamos nessa direção. E sobre isso, a COP precisa dizer, a CLR também,
 sobre, eventualmente, haver alguma negociação. Então, há um passo que não
 é apenas burocrático, não é só aprovação *ad referendum* aqui e ali. É uma
 análise de cargos, de custo, que nesse curso noturno de Engenharia, ainda
 não foi feito. Estando o IME contemplado nessa história, votarei a favor. Não há
 nenhum problema quanto a isso, inclusive, incentivo. O IME é uma das
 Unidades que não tem esse problema dos 33% no noturno. Estamos muito
 acima, com 45% de alunos ingressantes no noturno. E apoiamos que o resto
 da Universidade também tenha isso. De forma que não gostaria que fosse
 votado isso hoje, por conta dessa negociação que terá de ser feita. Se não,
 aprovamos agora e depois vemos que não tem cargos." **Cons. Nei Fernandes**
de Oliveira Junior: "Primeiro, vou fazer a propaganda do curso noturno,
 principalmente do curso de Engenharia. Quando a Professora Lisete falou,
 lembrei-me que quando houve esse processo contra a USP, escrevi uma carta
 para o Reitor sugerindo que abrissemos mais cursos de Engenharia à noite. A
 resposta foi que não era possível dar um curso de Engenharia à noite com a
 qualidade dos cursos da Politécnica. Abrimos, em Lorena, um curso de
 Engenharia de Produção à noite, já temos um curso de Engenharia Química à

2201 noite e devo dizer que, independente da qualidade desses cursos, o curso de
 2202 Engenharia de Produção está iniciando e, sem querer fazer propaganda,
 2203 porque ele foi aprovado às vésperas da inscrição para o vestibular, acumulou
 2204 mais de 20 candidatos por vaga. Portanto, a necessidade e a oportunidade são
 2205 grandes. Outra coisa, não gostaria de ver aprovado nada no Co que não
 2206 passasse pelas Comissões. Gostaria de perguntar se esse processo da Escola
 2207 Politécnica, o qual aprovo e estou entusiasmado, passou pela COP, CLR e
 2208 CAA. Porque se não passou, acho que não deveríamos votar. Podemos
 2209 mostrar a intenção e votar na próxima oportunidade, mas acho que essas
 2210 Comissões têm que se manifestar, se não, estaríamos passando por cima de
 2211 um procedimento de uma maneira muito perigosa.” **Cons. Renato Figueiredo**
 2212 **Jardim:** “Gostaria apenas de complementar o que foi dito pelo Professor Nei e,
 2213 também, pelo Professor Flávio, no sentido de que acho extremamente
 2214 importante a Universidade de São Paulo, principalmente na área das exatas,
 2215 ter uma participação maior no período noturno. A Física já colabora há bastante
 2216 tempo com isso e outras unidades também. Obviamente que um curso de
 2217 Engenharia noturno, nos moldes do que foi feito na UNICAMP há alguns anos
 2218 atrás, com enorme sucesso, também pode ser reeditado na USP e, portanto,
 2219 acho que o Instituto de Física não tem a menor dúvida em apoiar essa iniciativa
 2220 louvável. Por outro lado, a minha preocupação é, também, com relação aos
 2221 claros docentes. Mesmo porque - e vou chorar um pouco as pitangas - o dique
 2222 de Santos, que foi prometido pela Comissão de Claros Docentes, até agora
 2223 não foi cumprido - no caso da Física. De forma que é muito importante que haja
 2224 um compromisso institucional nesse sentido, que haja um comprometimento,
 2225 também, por parte da administração central, para que as unidades tenham
 2226 condições de cumprir esses acordos que são feitos aqui. Portanto, acho que
 2227 uma parcela importante que temos na formação de recursos humanos é
 2228 propiciar, essencialmente, o mesmo nível que é dado aos cursos diurnos, para
 2229 os noturnos. E isso requer pessoal qualificado e dentro de um tamanho, de
 2230 uma grandeza, compatível com as vagas que são oferecidas.” **Cons. Helio**
 2231 **Nogueira da Cruz:** “Penso que não há dúvidas sobre o excelente mérito
 2232 acadêmico das duas propostas de criação dos cursos de Engenharia Hídrica,
 2233 de São Carlos e de Elétrica, noturno, da Poli. Todos que observarem os
 2234 processos com cuidado vão concordar com o excelente mérito acadêmico, no
 2235 entanto, os processos ainda apresentam muitas pontas abertas, digamos
 2236 assim. A dimensão acadêmica está bem clara e definida, mas os aspectos
 2237 referentes à infraestrutura e seus custos e a necessidade de cargos docentes
 2238 têm que ser olhadas com cautela. Os dois cursos desdobram-se em
 2239 necessidades para os seus parceiros. O Instituto de Física e o Instituto de
 2240 Matemática p.e. são fornecedores de aulas para o curso da Poli, e os mesmos
 2241 desdobramentos se reproduzem em São Carlos, no caso da Engenharia
 2242 Hídrica. As Unidades parceiras deverão se manifestar explicitamente sobre as
 2243 demandas docentes de cada uma delas. Hoje vivemos um momento muito
 2244 mais favorável para a criação de cursos que há cerca de dois anos quando a
 2245 Poli propôs esse curso, porque dispomos de cargos docentes. Aliás, não me
 2246 lembro de nenhum cargo docente solicitado por qualquer Unidade parceira
 2247 para o curso da Poli da baixada santista que não tenha sido atendido. As
 2248 solicitações de professores para este curso foram atendidas seguindo o
 2249 cronograma proposto, sejam professores temporários ou permanentes. mas,
 2250 pode ter tido algum problema de não completo entendimento da questão,

porque a Administração atende os seus compromissos, sobretudo nesse tipo de tema. Mas esse não é o tema central em questão desta fala. As propostas dos cursos de Engenharia Hídrica da EESC e Elétrica Noturno da Poli devem ter esclarecidas todas as questões antes de uma aprovação final. Então, parece-me que a cautela, como falou o Professor Nei, mesmo com a urgência para a ampliação de vagas e a disponibilidade de cargos docentes, recomenda não aprovar esse processo neste momento. Existe um calendário da FUVEST, imposto pela cronologia dos seus editais, que estabelece prazos que são curtos e relativamente rígidos. Portanto, não vejo como aprovar os dois cursos hoje, sem mudar uma longa e significativa tradição de tratamento abrangente das questões e esclarecimento completo das questões nos processos de criação de vagas, que em minha opinião é dos temas mais importantes da Universidade: sua expansão.” **M. Reitor:** “Havia dito que estaríamos discutindo essas questões e aquela forma excepcional seria se não houvesse óbices. E já vimos, pelo menos, três colocações que são fundamentadas, uma vez que nem a COP, nem a CAA e nem a CLR estudaram os processos. Essa questão, hoje, pode parecer meritória, mas se abirmos um precedente, amanhã pode vir qualquer coisa estapafúrdia ou qualquer mudança, inclusive regimental, que podem requerer procedimento igual, uma vez que já foi feito anteriormente. Penso que não é cauteloso. É claro que cabe aos presidentes das sessões, tentar, na medida do possível, equacionar, mas, realmente, essa questão seria mais perniciosa.” Ato seguinte, o M. Reitor passa à votação do parecer da CAA, favorável à Tabela de Vagas, da forma em que está, sem os cursos que não passaram anteriormente pelo Co.” **Votação.** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 75 (setenta e cinco); Não = 4 (quatro); Abstenções = 9 (nove); Total de votantes = 88 (oitenta e oito). É aprovado parecer da CAA, favorável à Tabela de Vagas do Concurso Vestibular de 2013. **Cons. Marcello Ferreira dos Santos:** “Fiz um relato da situação que acabou de ser aprovada e gostaria de um esclarecimento do que a Reitoria propõe para que se mude essa realidade, em que menos de 10% dos estudantes inscritos podem entrar na Universidade. Não é possível que se resolva isso de uma maneira burocrática. O que a Reitoria pretende fazer para que haja um aumento de vagas de acordo com a demanda de inscritos no vestibular da USP?” **M. Reitor:** “Este assunto poderá ser colocado em um Co temático, porque o Reitor, seja ele quem for, não tem o poder, uma varinha de condão, para aumentar as vagas do vestibular até que elas sejam suficientes, visto que no Brasil, hoje, entre 75% e 80% das vagas de curso superior são de entidades privadas. De forma que a questão não se trata, simplesmente, do Reitor e nem somente da Universidade de São Paulo. Mas poderemos tratar do assunto em um dos Co's temáticos, sem problema algum.” **Cons. Marcello Ferreira dos Santos:** “Por último, senhores Conselheiros, gostaria de solicitar ao senhor Reitor que tratasse com a devida seriedade o aspecto que coloquei. Em nenhum momento na minha intervenção solicitei que a Reitoria tivesse um objeto do tipo varinha de condão para resolver um problema desse tipo.” **M. Reitor:** “Tudo bem, está anotado.” Ato seguinte, o M. Reitor passa ao **CADERNO XV – RECURSOS. 1. PROCESSO 2010.1.2244.18.9 – JOÃO MANUEL DOMINGOS DE ALMEIDA ROLLO – EESC.** Recurso interposto pelo Prof. Dr. João Manuel Domingos de Almeida Rollo, contra a decisão da Congregação, que indeferiu o pedido de exclusão dos dois primeiros classificados no concurso para provimento de um cargo de Professor Titular

2301 junto ao Departamento Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística
2302 da Escola de Engenharia de São Carlos. Edital ATAc-40/2009, de abertura do
2303 concurso para provimento de um cargo de Professor Titular junto ao
2304 Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística da
2305 EESC, publicada no Diário Oficial de 21.08.09 (21.08.09). Publicação das datas
2306 de realização do concurso, no Diário Oficial de 11.05.09 (11.05.09). Quadro de
2307 notas e Relatório da Comissão Julgadora do concurso, indicando o Professor
2308 Associado Luiz Carlos Casteletti para o provimento do cargo de Professor
2309 Titular, referência MS-6, em RDIDP, junto ao Departamento de Engenharia de
2310 Materiais, Aeronáutica e Automobilística. Trecho da Ata da 532ª reunião da
2311 Congregação da EESC, realizada em 02.06.10, em que consta a homologação
2312 do relatório da Comissão Julgadora (02.06.10). Recurso Administrativo
2313 interposto pelo interessado, contra os atos praticados pelo Conselho do
2314 Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e Automobilística, por
2315 deixar de conhecer e aplicar os requisitos formais previstos no Edital ATAc
2316 40/2009, requerendo a exclusão dos dois primeiros classificados no concurso,
2317 declarando a nulidade da decisão do Conselho do Departamento do SMM,
2318 reconhecimento e validade da inscrição do interessado, único professor inscrito
2319 que detém conhecimento das áreas de Engenharia de Materiais - metais,
2320 cerâmica e polímeros (27.05.10). **Parecer da Congregação da EESC:** após
2321 amplo debate, decide não dar acolhimento ao recurso interposto (02.06.10).
2322 Recurso Administrativo interposto pelo interessado, contra a decisão da
2323 Congregação, que negou o provimento de seu recurso contra os atos
2324 praticados pelo Conselho do Departamento de Engenharia de Materiais,
2325 Aeronáutica e Automobilística, por deixar de conhecer e aplicar os requisitos
2326 formais previstos no Edital ATAc 40/2009, requerendo o efeito suspensivo ao
2327 concurso que aprovou o Prof. Dr. Luiz Carlos Casteletti como primeiro colocado
2328 e a Profª Drª Lauralice de Campos Franceschini Canale como segunda
2329 classificada; o reconhecimento e declaração de validade de sua inscrição e
2330 plena habilitação no concurso e ao cargo de Professor Titular, por atendimento
2331 aos requisitos formais previstos no Edital (16.06.10). **Parecer da Congregação**
2332 **da EESC:** decide não dar provimento ao recurso por: 1) considerá-lo
2333 intempestivo; 2) apontar considerações não contempladas no edital; 3)
2334 considerar que arguir os motivos dos examinadores, quanto às notas por eles
2335 conferidas ou opiniões expressas é entrar no mérito do julgamento de
2336 qualidade, o que não compete ao Colegiado, já que a Comissão Julgadora é
2337 soberana para este fim; 4) o edital ter sido cumprido na sua total integridade e
2338 legalidade. Considerando ausente de máculas o concurso em comento e por
2339 não acolher as razões recursais apresentadas, nega efeito suspensivo ao
2340 recurso (18.06.10). Ofício da Assistente Técnica Acadêmica da EESC, Srª
2341 Silvana Flores Giampá, ao Prof. Associado João Manuel Domingos de Almeida
2342 Rollo, dando ciência da decisão da Congregação de 18.06.10. Ofício da
2343 Diretora da EESC, Profª Drª Maria do Carmo Calijuri, ao Magnífico Reitor, Prof.
2344 Dr. João Grandino Rodas, encaminhando o recurso interposto pelo Prof. Dr.
2345 João Manuel Domingos de Almeida Rollo, nos termos dos artigos 254 e 257, III,
2346 do Regimento Geral (06.08.10). **Parecer da PG:** manifesta que a alegação de
2347 que os requisitos formais do edital não foram observados no momento da
2348 aprovação das inscrições não se sustenta, porque da forma exposta pelo
2349 recorrente, implicaria exame de mérito, que não compete à Congregação, mas
2350 à Comissão Julgadora designada para verificar o conhecimento dos candidatos

2351 e, além disso, não ocorreram as falhas formais apontadas pelo recorrente.
2352 Quanto ao aspecto jurídico-formal, nada existe a reparar, uma vez que o
2353 presente recurso administrativo preenche os requisitos intrínsecos e
2354 extrínsecos de admissibilidade, ou seja, adequação, cabimento, legitimidade,
2355 interesse recursal, tempestividade, regularidade formal e inexistência de fatos
2356 extintivos e impeditivos do direito de recorrer (20.09.10). **Parecer da CLR:**
2357 delibera baixar o processo em diligência, solicitando o envio à Comissão do
2358 processo original do concurso para provimento de um cargo de Professor
2359 Titular junto ao Departamento de Engenharia de Materiais, Aeronáutica e
2360 Automobilística, para melhor análise pela Comissão (26.10.10). **Parecer da**
2361 **CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator,
2362 **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**, contrário ao recurso interposto
2363 pelo interessado (30.11.10). No Conselho Universitário de 1º.03.2011, o M.
2364 Reitor retira os autos de pauta (1º.03.11). **2. PROCESSO 2009.1.1051.58.0 –**
2365 **WANESSA TEIXEIRA BELLISSIMO RODRIGUES – FORP.** Recurso
2366 interposto por Wanessa Teixeira Bellissimo Rodrigues, candidata ao concurso
2367 para provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de
2368 Odontologia Restauradora da Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto -
2369 FORP, para cancelamento do referido concurso, entendendo que os fatos
2370 ocorridos durante o concurso afetam a transparência do mesmo e podem ter
2371 introduzido viés de julgamento sobre o mérito dos candidatos, comprometendo
2372 o seu resultado final. Edital ATAc/FORP 030/2009 de abertura do concurso
2373 visando o provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de
2374 Odontologia Restauradora da FORP, publicado no D.O de 25.11.09.
2375 Comunicado dos candidatos inscritos no concurso, aprovados pela
2376 Congregação da FORP de 22.02.10, bem como dos membros da Comissão
2377 Julgadora publicado no D.O de 25.02.10. Quadro geral de notas das provas
2378 dos candidatos e Relatório Final da Comissão Julgadora, indicando o Dr.
2379 Evandro Watanabe para prover o cargo de Professor Doutor, MS-3, em RDIDP,
2380 junto ao Departamento de Odontologia Restauradora da FORP (14.05.10).
2381 Declaração de voto da Profª Drª Iara Augusta Orsi, membro da Comissão
2382 Julgadora do concurso (14.05.10). Parecer da Profª Drª Helena de Freitas
2383 Oliveira Paranhos, relatora pela Congregação: favorável à aprovação do
2384 Relatório Final e Resultado do concurso. Carta da candidata Wanessa Teixeira
2385 Bellissimo Rodrigues, encaminhada ao Chefe do Departamento, ao Diretor da
2386 Unidade e ao Magnífico Reitor, relatando os fatos estranhos relativos ao
2387 concurso, passando a descrevê-los, mais especificamente na prova prática,
2388 onde se previa a realização de um 'Plano de Tratamento' no programa listado
2389 do Edital. Sendo sorteado o ponto 'Legislação e Biossegurança em Saúde',
2390 houve questionamentos sobre a real possibilidade de se fazer uma prova
2391 prática com Plano de Tratamento para o tema escolhido, tendo a banca se
2392 ausentado da sala para discutir o assunto, retornando, decidiu que seria
2393 realizada uma prova dissertativa com consulta sobre a seguinte situação:
2394 'Adequação de um ambiente de atendimento clínico a paciente de Odontologia
2395 em uma Universidade envolvendo Legislação e Biossegurança', sendo frisado
2396 pela Presidente da Banca Examinadora que não estaria envolvido naquela
2397 situação a presença de um paciente. A candidata manifesta que sob o seu
2398 ponto de vista tal decisão está em desacordo com o Edital do concurso, pois
2399 era previsto a realização de uma prova prática e não uma prova teórica; e que
2400 o termo 'Plano de Tratamento' refere-se ao planejamento do atendimento

2401 odontológico, tendo em vista um paciente ou caso clínico hipotético e tal
2402 exigência inviabilizaria a participação do candidato aprovado em primeiro lugar
2403 pela Banca, devido o mesmo não ser graduado em Odontologia. Sugere que
2404 poderiam ter ocorrido erros no julgamento dos memoriais dos candidatos, uma
2405 vez que os critérios de julgamento não foram especificamente delineados e
2406 uniformizados antes do julgamento propriamente dito. Manifesta que embora
2407 constasse no Edital do concurso que a leitura da prova prática pelos candidatos
2408 seria realizada em sessão pública, isso não ocorreu. Informa, ainda, que os
2409 fatos relatados serão levados a conhecimento do Ministério Público (17.05.10).
2410 **Parecer da Congregação da FORP:** tendo em vista a manifestação da
2411 candidata Wanessa Teixeira B. Rodrigues, retira o relatório final do concurso
2412 da pauta da reunião da Congregação (17.05.10). Recurso administrativo
2413 interposto pela candidata Wanessa Teixeira Bellissimo Rodrigues, solicitando o
2414 cancelamento dos efeitos do aludido concurso, pois entende que os fatos
2415 relatados afetaram a transparência do mesmo e podem ter introduzido viés de
2416 julgamento sobre o mérito dos candidatos, comprometendo a acurácia de seu
2417 resultado final (18.05.10). Parecer da Profª Drª Ana Maria Razaboni, Presidente
2418 da Comissão Julgadora do concurso: esclarece os pontos levantados pela
2419 candidata em seu recurso (10.06.10). Ofício do Magnífico Reitor, Prof. Dr. João
2420 Grandino Rodas, ao Dr. Sebastião Sérgio da Silveira, Promotor de Justiça da
2421 Cidadania da Promotoria Civil de Ribeirão Preto, esclarecendo os pontos
2422 questionados no Ofício nº 1430/10 expedido nos autos do inquérito civil
2423 instaurado para apurar eventuais irregularidades ocorridas no concurso em tela
2424 (16.06.10). **Parecer da Congregação da FORP:** com base no parecer do
2425 relator, Prof. Dr. Paulo Nelson Filho, delibera não dar provimento ao recurso
2426 interposto pela candidata Wanessa Teixeira B. Rodrigues, encaminhando à
2427 apreciação do Conselho Universitário, conforme o art. 255 do Regimento Geral
2428 da USP (05.07.10). **Parecer da PG:** esclarece que no que tange à realização
2429 das provas previstas no concurso, tanto a prova prática como a prova didática,
2430 por determinação do Regimento Geral e do Regimento da Unidade, realizam-
2431 se com base em lista de pontos formulada pelos membros da Comissão
2432 Julgadora, na data designada para sua realização, com base no Programa
2433 publicado no Edital do concurso, sendo exatamente isso o que ocorreu no
2434 concurso em tela. Frisa que os questionamentos apresentados referiam-se ao
2435 *modus faciendi* da prova prática, a saber 'um plano de tratamento, de forma
2436 descritiva, de acordo com o edital do concurso', sendo que os candidatos
2437 manifestaram o entendimento de que por plano de tratamento deveria se
2438 entender o exame de um paciente com apresentação de diagnóstico e proposta
2439 do método de tratamento. Porém, a Comissão Julgadora esclareceu aos
2440 candidatos que o ponto sorteado (Legislação e Biossegurança) deveria ser
2441 considerado para fins de atendimento à prova prevista no Edital como
2442 "Adequação de um Ambiente de Atendimento Clínico à Paciente de
2443 Odontologia em uma Universidade, envolvendo Legislação e Biossegurança
2444 em Saúde", esclarecendo que a presença de paciente era absolutamente
2445 desnecessária nas disciplinas em que se baseou o concurso, tendo em vista
2446 que a área de Biossegurança não implica em atendimento direto de pacientes,
2447 mas sim, em adequação do ambiente, sendo mais significativas as condutas de
2448 pré-atendimento e de pós-atendimento, o que, certamente, deveria ser de
2449 conhecimento dos candidatos inscritos e demais profissionais da área de
2450 saúde. Por fim, consigna que o parecer elaborado pelo relator da Congregação

enfrenta todas as alegações apresentadas no recurso, não havendo outros aspectos a serem acrescidos (21.07.10). **Parecer da CLR:** delibera encaminhar os autos à Procuradoria Geral da USP, solicitando informações sobre o andamento do inquérito civil instaurado para apurar eventuais irregularidades ocorridas no concurso público para provimento de um cargo de Professor Doutor no Departamento de Odontologia Restauradora da FORP (26.10.10). **Cota da PG:** esclarece que de acordo com informações obtidas recentemente junto à Promotoria em Ribeirão Preto, foi determinada realização de audiência para oitiva da Prof.^a Dr.^a Ana Maria Razaboni, não havendo, contudo, até o momento data agendada (30.11.10). **Parecer da Congregação da FORP:** aprova a homologação do Relatório Final do Concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Odontologia Restauradora, tendo sido indicado o Dr. Evandro Watanabe (16.05.11). Edital de Convocação do candidato Evandro Watanabe, indicado para prover o referido cargo de Professor Doutor, publicado no D.O. de 21.05.11 (21.05.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Douglas Emygdio de Faria**, contrário ao recurso interposto pela candidata Wanessa Teixeira Belíssimo Rodrigues (1º.03.11). **3. PROCESSO 2010.1.759.9.2 – ELAINE HATANAKA – FCF.** Recurso interposto pela candidata Elaine Hatanaka, à Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, solicitando a reconsideração da homologação do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, na área de Imunologia Clínica. Edital FCF/ATAc/6/2010 de abertura do concurso visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, na área de Imunologia Clínica, publicado no D.O. de 11.03.10 (11.03.10). Comunicado da aprovação, pela Congregação, em 06 de julho de 2010, dos candidatos inscritos no concurso, bem como designação dos membros da Comissão Julgadora, publicado no D.O. de 15.07.10 (15.07.10). Convocação para as provas a serem realizadas nos dias 06 a 8 de outubro de 2010 (06.10.10). Quadro de notas e Relatório Final da Comissão Julgadora, indicando o candidato Joilson de Oliveira Martins para o provimento do cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas (08.10.10). Requerimentos encaminhados pela candidata Elaine Hatanaka ao Diretor da FCF, Prof. Dr. Jorge Mancini Filho e à Congregação da Unidade, solicitando a revisão do resultado do concurso público visando o provimento de um cargo de Professor Doutor na área de Imunologia Clínica, junto ao Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, realizado no período de 06 a 08 de outubro de 2010, tendo em vista que o candidato indicado Joilson de Oliveira Martins extrapolou o tempo máximo permitido para a prova didática, tempo este estabelecido no Regimento Geral, artigo 137, inciso IV (18.10.10). Ofício do Diretor da FCF, Prof. Dr. Jorge Mancini Filho, a candidata Elaine Hatanaka, informando que a Congregação, em reunião de 12.11.2010, tomou conhecimento de sua manifestação referente ao relatório final do Concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Análises Clínicas e Toxicológicas, na área de Imunologia Clínica, bem como está aguardando informação oficial da Procuradoria Geral para, nos termos do artigo 147 do Regimento Geral, decidir sobre o assunto (17.11.10). Ofício do Diretor da FCF ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, esclarecendo alguns detalhes sobre a interrupção durante a

2501 prova didática do candidato Joilson de Oliveira Martins e que a Assistente
 2502 Acadêmica da Unidade, na ocasião, recebeu orientação da Procuradoria Geral.
 2503 Face ao exposto, o Colegiado retirou os autos de pauta para solicitar à PG a
 2504 oficialização dessa orientação para que possa reapreciar o relatório final do
 2505 concurso (17.11.10). **Parecer da PG:** esclarece que “a situação envolve
 2506 acontecimento concretamente imprevisível e, por isso, inevitável, caracterizado
 2507 pelo mal-estar sofrido pelo candidato, fato suficiente para impedi-lo de
 2508 prosseguir, momentaneamente, na realização de sua prova. Trata-se de
 2509 autêntico caso fortuito, posto que ocorreu independente do comportamento
 2510 diligente do candidato e totalmente alheio à sua vontade, de modo que, por
 2511 isso mesmo, não pode ser utilizado em seu desfavor ou causar-lhe prejuízo.
 2512 Não há possibilidade de se pretender incluir, no tempo de prova do candidato,
 2513 o período em que se encontrou vitimado pelo referido mal-estar, que o impediu,
 2514 temporariamente, de dar continuidade às atividades que vinha desenvolvendo.”
 2515 Ressalta que, após ter superado a crise, o candidato voltou a ministrar sua
 2516 aula, terminando a prova didática em 43 minutos, dentro do prazo estabelecido
 2517 no artigo 147 do Regimento Geral. Entende que o concurso em questão, no
 2518 aspecto ora analisado, transcorreu dentro do prazo regimental, podendo ser
 2519 homologado pela Egrégia Congregação, caso os demais aspectos estejam de
 2520 acordo com as normas vigentes (24.11.10). **Parecer da Congregação da FCF:**
 2521 homologa o Relatório Final da Comissão Julgadora do Concurso para
 2522 provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
 2523 Análises Clínicas e Toxicológicas, área de Imunologia Clínica, que indicou o Dr.
 2524 Joilson de Oliveira Martins para provimento do cargo (03.12.10). Recurso
 2525 interposto pela candidata Elaine Hatanaka contra a decisão da Congregação
 2526 da FCF, que homologou a indicação do candidato Joilson de Oliveira Martins
 2527 para prover o cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Análises
 2528 Clínicas e Toxicológicas. Solicita a reconsideração de tal homologação,
 2529 baseando-se na extrapolação do tempo da prova didática do candidato
 2530 indicado, contrariando o que determina o inciso IV, do art. 137 do Regimento
 2531 Geral. Alega, ainda, que contrariando o Regimento Geral no seu parágrafo 247,
 2532 a decisão da Congregação que homologou o concurso não teve votação
 2533 secreta e por esses fatos, pede a desclassificação do candidato indicado e a
 2534 abertura de uma sindicância para melhor apuração dos fatos (13.12.10).
 2535 **Parecer da Congregação da FCF:** após discutir amplamente o assunto e o
 2536 parecer do relator, Prof. Dr. Franco Maria Lajolo, decide, em votação secreta,
 2537 não acatar a presente solicitação de revogação da homologação do resultado
 2538 do concurso ora em questão (1º.03.11). Ofício do Diretor da FCF ao Magnífico
 2539 Reitor, encaminhando o recurso interposto pela candidata Elaine Hatanaka
 2540 contra a decisão da Congregação, que homologou o relatório final do concurso
 2541 para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
 2542 Análises Clínicas e Toxicológicas, área de Imunologia Clínica (03.03.11).
 2543 **Parecer da PG:** esclarece que, sob o aspecto jurídico, não há, S.M.J., vício de
 2544 legalidade a ensejar a anulação da decisão da Congregação ou do certame,
 2545 entendendo que não há amparo legal à pretensão da recorrente e opina pelo
 2546 indeferimento do recurso (21.03.11). **Parecer da CLR:** aprova, por
 2547 unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Luiz**
 2548 **Nunes de Oliveira**, contrário ao recurso interposto pela candidata Elaine
 2549 Hatanaka (26.04.11). **4. PROCESSO 2010.1.794.9.2 – MARCELO CHUEI**
 2550 **MATSUDO – FCF.** Recurso interposto pelo candidato Marcelo Chuei Matsudo,

2551 contra a Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, que
2552 homologou o resultado do concurso para o provimento de um cargo de
2553 Professor Doutor, junto ao Departamento de Tecnologia Bioquímico-
2554 Farmacêutica, com base no programa da área de Tecnologia de Fermentações
2555 (Biotecnologia Farmacêutica). Edital FCF/ATAc/9/2010 de abertura do
2556 concurso visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao
2557 Departamento de Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica, publicado no D.O. de
2558 18.03.2010 (18.03.10). Comunicado da aprovação, pela Congregação, em
2559 reunião de 20 de agosto de 2010, dos candidatos inscritos no concurso, bem
2560 como designação dos membros da Comissão Julgadora, publicado no D.O. de
2561 03.09.2010 e indicação de novos membros para complementação da Comissão
2562 Julgadora, tendo em vista impedimentos de alguns docentes designados,
2563 publicado no D.O. de 07.10.2010. Quadro de notas e Relatório Final da
2564 Comissão Julgadora, indicando o candidato Ricardo Pinheiro de Souza Oliveira
2565 para o provimento do cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2566 Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica da FCF (18.11.2010). Recurso interposto
2567 pelo candidato Marcelo Chuei Matsudo, à Congregação da Faculdade de
2568 Ciências Farmacêuticas, solicitando a impugnação e anulação do concurso de
2569 títulos e provas, visando o provimento de um cargo de Professor Doutor, junto
2570 ao Departamento de Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica e a realização de
2571 novo concurso, tendo em vista desobediências ao Edital FCF/ATAc/9/2010 e,
2572 principalmente, ao § 1º do art. 125 do Regimento Geral da USP. Alega que as
2573 provas prática e didática deveriam ser realizadas em observância ao programa
2574 divulgado no Edital e que os quatro pontos da lista divulgada em 16.11.10 da
2575 prova prática não estavam previstos no programa divulgado. Relata que
2576 embora o disposto no parágrafo 3º do item 5 do Edital permita ao candidato
2577 propor a substituição dos pontos que entenda não fazer parte do programa, é
2578 evidente que nenhum candidato adote tal postura em um momento delicado
2579 como é o do concurso, haja vista o receio de ser desqualificado ou de tal
2580 postura influenciar negativamente no julgamento do candidato pela comissão
2581 julgadora. Relata também, que o ponto 9 da prova didática, divulgado no dia
2582 17.11.10 também estava em desacordo com o programa. Diante do exposto,
2583 alega que o concurso, da forma que foi realizado, desrespeitou as regras do
2584 Regimento Geral, que determina que o concurso deva ser realizado de acordo
2585 com o programa divulgado no Edital, prejudicando os candidatos que se
2586 prepararam conforme o divulgado. Requer a impugnação e anulação do
2587 concurso e a realização de novo concurso com regras claras e precisas, em
2588 consonância e obediência a novo Edital. Informação da Assistência Acadêmica,
2589 de que o recurso do candidato Marcelo Chuei Matsudo foi entregue em
2590 07.12.10, fora do prazo regulamentar, conforme o artigo 254 do Regimento
2591 Geral (08.12.10). **Parecer da Congregação da FCF:** não dá provimento ao
2592 recurso, por não estar de acordo com os termos do artigo 254 do Regimento
2593 Geral (10.12.10). Comunicado da homologação, pela Congregação, em reunião
2594 de 10.12.10, do Relatório Final da Comissão Julgadora do Concurso para
2595 provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2596 Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica, área de Tecnologia de Fermentações
2597 (Biotecnologia Farmacêutica), que indicou o Dr. Ricardo Pinheiro de Souza
2598 Oliveira para provimento do cargo, publicado no D.O. de 14.12.10 (14.12.10).
2599 Recurso interposto pelo candidato Marcelo Chuei Matsudo, contra a
2600 Congregação da Faculdade de Ciências Farmacêuticas, solicitando a

revogação da homologação do resultado do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Tecnologia Bioquímico-Farmacêutica, com base no programa da área de Tecnologia de Fermentações (Biotecnologia Farmacêutica) e a realização de novo concurso, tendo em vista desobediências ao Edital FCF/ATAc/9/2010 e, principalmente, ao § 1º do art. 125 do Regimento Geral. (20.12.10). Parecer da Prof.^a Dr.^a Elfriede Marianne Bacchi: manifesta que, referente às provas, fica muito claro que os pontos, não necessariamente, devem ser os mesmos do edital, mas devem englobar a mesma área de conhecimento. Com relação ao Edital, cita o § 3º: "O candidato poderá propor substituição dos pontos, imediatamente após tomar conhecimento de seus enunciados, se entender que não pertencem ao programa do concurso, cabendo à Comissão Julgadora decidir, de plano, sobre a procedência da alegação." Segundo o recorrente nenhum candidato adotaria essa postura em um momento delicado como é o do concurso, haja vista o receio de ser desqualificado ou de tal postura influenciar negativamente no julgamento do candidato pela banca julgadora. Com esta afirmação, o recorrente coloca em dúvida a idoneidade da banca, o que, em sua opinião, desqualifica totalmente o requerimento. Assim sendo, manifesta-se desfavorável ao requerimento do interessado (18.02.11). **Parecer da Congregação da FCF:** após discutir amplamente a matéria, bem como o parecer da Prof.^a Dr.^a Elfriede, em votação secreta, resolve não acatar a solicitação do candidato (1º.03.11). Ofício da Vice-Diretora da FCF em exercício, Prof.^a Dr.^a Dulcinéia Saes Parra Abadalla, ao Magnífico Reitor, Prof. Dr. João Grandino Rodas, encaminhando o recurso interposto pelo candidato Marcelo Chuei Matsudo, para providências (03.03.11). **Parecer da PG:** destaca que o recurso é tempestivo, pois interposto dentro do decêndio previsto no artigo 254 do Regimento Geral, considerando que a decisão da Congregação que homologou o resultado do concurso foi publicada em 14.12.2010, oportunidade em que o interessado e demais candidatos tomaram ciência, ocorrendo a interposição em 20.12.2010. No que tange à realização das provas previstas no concurso, aponta que a prova prática, por determinação do Regimento Geral e do Regimento da Unidade, é realizada com base em lista de pontos formulada pelos membros da Comissão Julgadora, na data designada para sua realização, com base no programa publicado no Edital do concurso, sendo exatamente o que ocorreu no concurso, não havendo questionamento de nenhum dos candidatos, o que evidencia que tais pontos foram elaborados estritamente de acordo com o programa divulgado no Edital. Assim, embora o recorrente não tenha apresentado sua discordância com a lista de pontos, certo é que o parecer da relatora da Congregação enfrenta todas as alegações apresentadas no recurso, não havendo outros aspectos a serem acrescidos (05.04.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Colombo Celso Gaeta Tassinari**, contrário ao recurso interposto pelo interessado (24.05.11). **5. PROCESSO 2011.1.998.10.1 – SABRINA EPHIFANIO – FMVZ.** Recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio, contra decisão da Congregação da FMVZ que homologou o relatório final do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Patologia e indicou o Sr. Bruno Cogliati para a vaga. Edital FMVZ nº 62/2010 de abertura do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Patologia, publicado no D.O. de 13.08.2010 (13.08.10). Comunicado de

2651 aprovação, pela Congregação da FMVZ, em sessão de 20.10.2010, dos
2652 candidatos inscritos no concurso, publicado no D.O. de 05.11.2010 (05.11.10).
2653 Comunicado de aprovação, pela Congregação da FMVZ, em sessão de
2654 15.12.2010, dos membros da Comissão Julgadora do concurso para
2655 provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2656 Patologia, publicado no D.O. de 18.12.2010 (18.12.10). Convocação para as
2657 provas do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao
2658 Departamento de Patologia, a serem realizadas nos dias 7, 8 e 9 de fevereiro
2659 de 2011, publicada no D.O. de 11.01.2011 (11.01.11). Recurso interposto pela
2660 candidata Sabrina Ephifanio, alegando: 1) que a prova prática, embora assim
2661 denominada, consistiu em uma prova escrita, com ponto sorteado no momento
2662 da prova, sem observância do prazo de 24 horas para ciência da lista dos dez
2663 pontos, conforme estabelece o art. 139 do Regimento Geral; 2) que as notas
2664 foram objeto de consenso entre os participantes da banca, quando deveriam
2665 ser individualmente conferidas e em sigilo, conforme inciso VI, do art. 139 do
2666 Regimento Geral; 3) que o *curriculum vitae* da requerente é mais consistente
2667 do que a do concorrente; e 4) que lhe foram feitos questionamentos inusuais na
2668 arguição do memorial. Solicita que se torne sem efeito a homologação e a
2669 consequente anulação do concurso (13.04.11). Quadro de notas e Relatório
2670 Final da Comissão Julgadora, indicando Bruno Cogliati para exercer o cargo
2671 (09.02.11). Recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio, contra
2672 decisão da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de
2673 Professor Doutor, junto ao Departamento de Patologia, realizado de 7 a 9 de
2674 fevereiro de 2011, solicitando a anulação ou a não homologação do mesmo
2675 (18.03.11). **Parecer da PG:** esclarece que o concurso encerrou-se em 09 de
2676 fevereiro de 2011, oportunidade em que o resultado foi divulgado publicamente,
2677 constatando que a candidata se insurgiu contra a decisão da Comissão
2678 Julgadora apenas em 18 de março de 2011, mais de 40 dias após a divulgação
2679 do resultado. Ocorre que o prazo para interposição de recurso, no âmbito da
2680 Universidade é de 10 dias, contados da ciência da decisão. Diante do exposto,
2681 conclui que o reclamo não merece ser conhecido pela Congregação, que
2682 poderá deliberar sobre a homologação do concurso, independentemente de
2683 examinar as razões apresentadas pela candidata vencida (01.04.11).
2684 Homologação, pela Congregação da FMVZ, em 06.04.11, do Relatório final da
2685 Comissão Julgadora do referido concurso, indicando o Sr. Bruno Cogliati para o
2686 cargo, publicado no D.O. 09.04.11 (09.04.11). Comunicado publicado no D.O.
2687 de 09.04.11, de que o recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio não
2688 foi conhecido pela Congregação da FMVZ em sessão de 06.04.11 (09.04.11).
2689 Manifestação do Prof. Dr. Luciano F. Felício, do Departamento de Patologia,
2690 encaminhado ao Prof. Dr. João Palermo Neto: sobre o recurso impetrado por
2691 Sabrina Epiphany, relativo à decisão da Comissão Julgadora do concurso para
2692 provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2693 Patologia, explica que a prova prática é feita por meio da elaboração de um
2694 protocolo experimental. Entende-se protocolo experimental como parte
2695 fundamental de qualquer atividade científica com propósito investigativo; dele
2696 consta detalhamento do material e dos métodos a serem empregados na
2697 prática do trabalho proposto. Considerando a amplitude e o número de
2698 disciplinas do edital, dificultaria a viabilização de provas práticas, então ao
2699 elaborar o edital decidiu-se por abrir mão da execução propriamente dita dos
2700 protocolos. A forma escrita serviu, portanto, para avaliar o conhecimento

prático bem como a capacidade que teria cada candidato de elaborar a parte de métodos, que é parte integrante de qualquer estudo de investigação experimental. O conhecimento dos candidatos é avaliado pela descrição dos protocolos experimentais práticos. Logo, o fato da concepção e da descrição do protocolo experimental solicitada aos candidatos, ter sido feita por escrito não significa tratar-se de prova escrita (14.04.11). **Parecer da PG:** manifesta que as bases do concurso e os critérios de julgamento foram feitos com igualdade para todos os candidatos, atendendo aos princípios da impessoalidade, legalidade, moralidade, publicidade e eficiência, prescritos pelo artigo 37 da Constituição Federal. Observa que o edital que estabeleceu a prova prática, com a sua forma de realização e julgamento, foi publicado em 13.08.2010 e a candidata tomou ciência da lista de pontos da prova prática em 07.02.2011, tendo sido sorteado o ponto 3 e realizada a prova prática pela candidata. Não houve nenhuma objeção no momento oportuno, apenas fazendo uso do recurso para impugnar a prova após o resultado final do concurso, vencido por outro candidato. Quanto às notas recebidas pelos candidatos e as apontadas diferenças entre o *curriculum vitae* da recorrente e do concorrente, assim como no tocante aos questionamentos feitos na arguição do memorial, observa que se trata de questões inseridas no âmbito da competência da Comissão Julgadora, não cabendo análise sobre os critérios acadêmicos por ela adotados. Conclui que inexistindo ilegalidade, cabe à Congregação a homologação do certame, após exame formal, nos termos do artigo 147 do Regimento Geral. Sob o aspecto jurídico, não há, salvo melhor juízo, vício de legalidade a ensejar a revisão da decisão da Congregação ou a anulação do certame. Entende que não há amparo legal à pretensão da recorrente e opina pelo indeferimento do recurso (20.04.11). Comunicado publicado no D.O. de 30.04.2011, que o recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio foi indeferido pela Congregação da FMVZ, em sessão de 27.04.2011 (30.04.11). Ofício do Diretor da FMVZ, Prof. Dr. José Antonio Visintin, encaminhando, para deliberação do Conselho Universitário, o recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifânio, contra a decisão da Congregação da Unidade, que em 27.04.11 o indeferiu (12.05.11). **Cota da PG:** no tocante ao aspecto jurídico-formal do recurso, reitera os termos do parecer PG.P 999/11, de 20.04.11 (25.05.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Francisco de Assis Leone**, acolhendo o parecer da Congregação da FMVZ, que indeferiu o recurso interposto pela candidata Sabrina Ephifanio (22.06.11). **6. PROTOCOLADO 2011.5.214.47.7 – ANA CLARA DUARTE GAVIÃO – IP.** Recurso interposto pela candidata Ana Clara Duarte Gavião, contra decisão da Congregação do IP, que indeferiu os recursos individual e coletivo anteriormente interpostos pela mesma e homologou o resultado final da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Psicologia Clínica, que indicou a Sra. Maria Lívia Tourinho Moretto para a vaga. Recurso interposto pela candidata Ana Clara Duarte Gavião, através de seus advogados, contra a decisão da Congregação do IP, alegando: 1) impedimento ético da Sr.^a Maria Lívia Tourinho Moretto, candidata indicada, por haver participado como membro efetivo de banca examinadora de dois concursos anteriormente promovidos pelo Departamento de Psicologia Clínica, para a mesma vaga, nos quais todos os então candidatos foram reprovados; b) conflito de interesse objetivo, consistente no interesse pessoal da Sr.^a Maria

2751 Livia Tourinho Moretto em disputar a vaga, após ter participado da reprovação
2752 de todos os candidatos dos concursos anteriores para a mesma vaga; c)
2753 ofensa ao princípio de isonomia, visto que a candidata indicada poderia ter tido
2754 acesso privilegiado de preferências ou idiossincrasias de membros da banca
2755 ou das expectativas do Departamento quanto às qualificações ou perfil para se
2756 preencher a vaga, em razão de haver participado das bancas examinadoras
2757 nos dois concursos anteriores no mesmo Departamento; d) ausência de
2758 critérios acadêmicos objetivos na avaliação das provas: a discricionariedade
2759 administrativa no julgamento das provas e das apresentações dos candidatos
2760 está limitada na comparação objetiva das provas apresentadas; a prova escrita
2761 e o memorial da recorrente foram superiores aos da Sr.^a Maria Livia Tourinho
2762 Moretto. Requer a anulação do concurso em referência e, subsidiariamente,
2763 que seja determinada a revisão das provas do concurso, com a explicitação
2764 dos critérios comparativos empregados pela banca examinadora (22.04.11).
2765 Cópia do quadro de notas dos candidatos do Concurso e Relatório Final da
2766 Comissão Julgadora. Homologação, pela Congregação do IP, em reunião de
2767 11.04.2011, do Resultado Final da Comissão Julgadora do concurso para
2768 provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de
2769 Psicologia Clínica, que indicou a Sra. Maria Livia Tourinho Moretto, publicada
2770 no D.O. de 13.04.2011 (13.04.11). **Parecer da PG:** no tocante à legalidade do
2771 concurso, manifesta que as alegações da recorrente não prosperam, pois o
2772 exercício de atividade profissional docente, que inclui a participação em bancas
2773 examinadoras de concursos públicos e, por consequência, confere maior
2774 experiência acadêmica à recorrida, não representa óbice à participação da
2775 interessada, na qualidade de candidata, em outro concurso público, ainda que
2776 para a mesma vaga aberta anteriormente. Do mesmo modo, não ficou
2777 demonstrado o nexo de causalidade entre a reprovação das candidatas nos
2778 concursos anteriores e a atuação da recorrida no presente concurso,
2779 salientando que na banca examinadora do concurso ora impugnado não há
2780 nenhum membro que também tenha atuado nos dois concursos anteriores.
2781 Esclarece que não há relação entre o exercício da atividade julgadora
2782 desempenhado pela recorrida nos concursos anteriores, que inclui a
2783 reprovação de candidatos, e a violação do princípio da isonomia, porque no
2784 atual concurso, a interessada participa na qualidade de candidata, ou seja, está
2785 em igualdade de condições objetivas em relação aos demais concorrentes. No
2786 tocante ao julgamento das provas, manifesta que não há que se falar em
2787 ausência de critérios objetivos na avaliação, quando o próprio Regimento
2788 Geral, no art. 139 e o Regimento da Unidade, no art. 43, estabelecem, com
2789 clareza, os critérios objetivos, que foram respeitados. Cada examinador avaliou
2790 individualmente os candidatos e atribuiu a nota de modo isento, de acordo com
2791 a profundidade dos conhecimentos que dispõem sobre a matéria e as notas
2792 manifestaram apreciação de mérito administrativo de natureza acadêmica, que
2793 não se sujeitam à revisão por outro colegiado. Conclui que, quanto à legalidade
2794 do concurso, não se verifica mácula, o que autoriza a homologação do
2795 resultado pela Congregação e opina pelo desprovimento do presente recurso
2796 (20.05.11). **Parecer da Congregação do IP:** delibera pelo não provimento do
2797 recurso interposto contra a homologação do Relatório Final do Concurso do
2798 Departamento de Psicologia Clínica, apresentado pela candidata Ana Clara
2799 Duarte Gavião (23.05.11). **Parecer da CLR:** por proposta do relator, delibera
2800 solicitar ao Instituto de Psicologia a documentação relativa aos dois concursos

anteriores (22.06.11). Atendida a solicitação do relator, os autos são devolvidos à CLR. **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (6 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Douglas Emygdio de Faria**, favorável à decisão da Congregação, que deliberou pelo não provimento do recurso interposto contra a homologação do Relatório Final do concurso do Departamento de Psicologia, apresentado pela candidata Ana Clara Duarte Gavião (24.08.11). **7. PROCESSO 2010.1.1230.22.2 – KELEN CRISTINA RIBEIRO MALMEGRIM DE FARIAS – EERP.** Recurso interposto pela candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias, contra decisão da Congregação da EERP, que homologou o relatório final do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, realizado de 26 a 29.04.11, e não indicou nenhuma das candidatas, por não terem alcançado a nota final mínima 7,0, de acordo com o art. 143 do Regimento Geral. Edital de abertura de inscrições ao concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, publicado no D.O. de 15.10.2010. Informação da Diretora da EERP, Profa. Dra. Silvia Helena De Bortoli Cassiani, da aprovação das inscrições e designação de Comissão Julgadora, pela Congregação em sessão realizada em 17.03.2011 e publicado do D.O de 19.03.2011. Relatório Final da Comissão Julgadora: concluída a apuração, tendo em vista os resultados obtidos, as candidatas foram consideradas não habilitadas, por não alcançarem a nota final mínima 7,0, de acordo com o art. 143 do Regimento Geral. Desta forma, a Comissão Julgadora não indicou nenhuma das candidatas para preencher o cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, encaminhando o relatório para apreciação da Congregação da EERP, para fins de homologação (29.04.11). **Parecer da Congregação:** homologa o Relatório Final da Comissão Julgadora do concurso para provimento de um cargo de Professor Doutor, junto ao Departamento de Enfermagem Geral e Especializada, que não indicou nenhuma das candidatas, por não terem alcançado a nota final mínima 7,0 (05.05.11). Recurso da candidata Kelen Cristina Ribeiro Malmegrim de Farias: alega que, quando da arguição do memorial a Comissão a questionou acerca de um projeto de pesquisa a ser desenvolvido caso viesse a ser aprovada no concurso. Embora um projeto de pesquisa não fora formalmente requisitado quando da inscrição no concurso, a candidata respondeu aos questionamentos. Ressalta que durante a arguição, esta discussão se deu apenas sob base subjetiva. Alega, também, que a Comissão ao se valer desta discussão está em desacordo com o Regimento Geral, incorrendo em grave erro. Observa que, caso um projeto de pesquisa tivesse sido solicitado como pré-requisito para as inscrições, este poderia ter sido objeto de avaliação própria, independentemente da avaliação do memorial. Questiona a legalidade de algumas notas recebidas, uma vez que o art. 140 do Regimento Geral atesta que as notas das provas do concurso para Professor Doutor poderão variar de zero a dez, com aproximação até a primeira casa decimal, e que no quadro de notas apresentado na tabela 1 existem notas com duas casas decimais. Diante do exposto solicita nulidade da decisão da Congregação (12.05.11). **Parecer da Profa. Dra. Lídia Aparecida Rossi**, Presidente da Comissão Julgadora: observa que a Comissão, no julgamento do memorial com prova pública de arguição, considerou o artigo 136 do Regimento Geral, não solicitando à recorrente projeto de pesquisa formal em qualquer uma das

2851 etapas do concurso, em consonância com o Regimento, e que quando arguida
2852 sobre sua produção científica e aspectos relacionados, demonstrou
2853 insuficiência de conhecimento no que tange a aspectos fundamentais que
2854 envolvem a assistência e o processo de enfermagem, itens claramente
2855 expressos no conteúdo programático publicado no edital do concurso. Relata
2856 que o julgamento do memorial foi fundamentado nas respostas da recorrente à
2857 arguição e na análise do conjunto da documentação apresentada e que a
2858 adoção apenas de uma casa decimal nas notas não modifica o resultado do
2859 concurso. Enfatiza que a Comissão foi unânime, demonstrando no relatório
2860 apresentado coerência no julgamento do desempenho da recorrente em todas
2861 as provas (27.05.11). **Parecer da Congregação:** delibera, por unanimidade,
2862 pelo não acolhimento do recurso interposto pela interessada (16.06.11).
2863 **Parecer da PG:** aponta que o recurso é tempestivo, pois foi interposto no prazo
2864 regimental de 10 dias. Quanto aos trâmites do concurso, verifica que foram
2865 observadas as regras regimentais e estatutárias, cabendo consignar que a não
2866 observância à aproximação das notas prevista do art. 140 do Regimento Geral,
2867 não traz alteração no resultado, sendo a questão meramente formal, sem força
2868 para anular o resultado do concurso. No que concerne à arguição do memorial,
2869 a prova transcorreu dentro das regras editalícias e regimentais. Nesse sentido,
2870 acompanha o entendimento da relatora da Congregação, de que não houve
2871 mácula no procedimento em exame, não tendo a recorrente demonstrado a
2872 existência de ilegalidade. Sob o aspecto estritamente jurídico, entende que o
2873 recurso apresentado pela candidata não merece ser acolhido (13.09.11).
2874 **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer
2875 do relator, **Prof. Dr. Francisco de Assis Leone**, contrário ao recurso
2876 interposto pelo interessada. (08.12.2011). **8. PROCESSO 2008.1.931.58.5 –**
2877 **FACULDADE DE ODONTOLOGIA DE RIBEIRÃO PRETO.** Recurso interposto
2878 pelo Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da
2879 FORP (DMEF), contra decisão da Congregação que não aprovou a abertura de
2880 concurso para provimento de cargo de Professor Titular na área proposta pelo
2881 Departamento (Anatomia e Histologia), determinando sua abertura em todas as
2882 áreas do Departamento. Recurso interposto pelos Professores Associados do
2883 Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia, contra decisão do
2884 Conselho do Departamento, que deliberou aprovar a abertura de concurso
2885 público para provimento de um cargo de Professor Titular, nas áreas de
2886 Anatomia e Histologia, requerendo revisão e reformulação da decisão do
2887 Conselho do Departamento, justificadamente, de modo que todas as áreas do
2888 Departamento sejam incluídas no edital de abertura do concurso para o cargo
2889 de Professor Titular (10.09.08). Parecer do Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, pelo
2890 Conselho do Departamento: manifesta-se favoravelmente que o resultado da
2891 votação do Conselho do Departamento seja acatado e respeitado.
2892 Manifestação da Profa. Dra. Simone Cecilio Hallak Regalo: entende que os
2893 docentes que assinam o atual recurso não têm legitimidade para mudar,
2894 mediante recurso, a decisão do Conselho do Departamento, não devendo o
2895 recurso ser aceito e submetido à avaliação e decisão (aprovação ou não) pelo
2896 Conselho e nem tomar parte do processo, pois considera-o ilegítimo. No
2897 entanto, considerando que o mesmo foi aceito e faz parte da pauta da reunião
2898 do Conselho, antes de julgá-lo e votar sua suspensão, entende julgar
2899 pertinente e importante que os dados apresentados agora também sejam
2900 analisados e, sobre o todo, se faça a análise de mérito (24.10.08). Solicitação

2901 de esclarecimentos da Profa. Dra. Suzie Aparecida de Lacerda, Chefe do
2902 DMEF, à PG e CLR quanto à correta tramitação de recursos contra decisão de
2903 Conselho de Departamento (29.10.08). **Parecer da PG:** observa que a questão
2904 já foi tratada pela Procuradoria em outras oportunidades, bem como examinada
2905 pela CLR e pelo Co, ficando pacificada a falta de legitimidade dos recorrentes
2906 (professores associados) para questionarem decisão do Conselho de
2907 Departamento, em matéria de interesse institucional. Isto porque, nos termos
2908 dos artigos 39, 45, 125 e 127 do Regimento Geral, a escolha de área de
2909 abertura de concurso, bem como a elaboração do respectivo programa,
2910 incumbe ao Conselho de Departamento, que a submeterá à aprovação da
2911 Congregação, e é feita mediante votação, devendo refletir as necessidades do
2912 Departamento naquele momento. Portanto, o Departamento é o titular do
2913 direito de eleger a disciplina em que se dará o concurso, observada a
2914 sistemática regimental, e, em decorrência o único legitimado a valer-se dos
2915 recursos institucionais para resguardar seu posicionamento. Essa é a
2916 orientação em vigor na Universidade. Qualquer que seja a decisão do
2917 Conselho deverá ser comunicada aos recorrentes para as providências que
2918 julgarem cabíveis. Quanto ao recurso interposto, poderá ser recebido como
2919 Direito de Petição, devendo o Conselho de Departamento apreciar os aspectos
2920 legais postos na peça recursal. O Chefe do Departamento, na qualidade de
2921 Presidente do Conselho de Departamento e como representante do
2922 Departamento, poderá interpor recurso sempre que a decisão da Congregação
2923 altere o deliberado pelo Conselho. Por fim, aponta que não consta do rol de
2924 competências da CLR manifestação sobre matéria de mérito acadêmico por
2925 solicitação de Chefe de Departamento, mas apenas por solicitação do **M.**
2926 **Reitor**, nos termos do artigo 12, I, do Regimento Geral, não havendo, portanto,
2927 como encaminhar os autos àquele Colegiado (05.05.09). Parecer do Conselho
2928 do DMEF: delibera pelo não provimento do recurso interposto pelos
2929 Professores Associados – anexa edital do referido concurso (28.05.09).
2930 Informação do Diretor da FORP, anexando aos autos a consulta formulada pela
2931 Profa. Dra. Janete Aparecida Anselmo Franco à Profa. Dra. Ada Pellegrini
2932 Grinover, propondo o encaminhamento dos mesmos à PG para nova avaliação,
2933 tendo em vista que entende que a Profa. Ada Pellegrini Grinover contesta a
2934 interpretação que tem sido dada ao seu parecer de 1997, sendo esse utilizado
2935 como base para emissão de outros pareceres efetuados pela PG. Pergunta se
2936 o assunto deve ser submetido à apreciação da Congregação como análise do
2937 recurso impetrado pelos interessados ou o edital de abertura de concurso
2938 aprovado pelo Conselho do Departamento (10.06.09). **Parecer da**
2939 **Congregação da FORP:** baseada no parecer do relator, Prof. Dr. Valdemar
2940 Mallet da Rocha Barros, e na petição dos professores associados, delibera pela
2941 não aprovação da abertura de concurso visando o provimento de um cargo de
2942 Professor Titular do DMEF, com base nas áreas de Anatomia e Histologia, bem
2943 como sugere ao Conselho do DMEF a abertura do concurso em todas as áreas
2944 do citado Departamento (18.10.10). Recurso interposto pelo Chefe do DMEF,
2945 Prof. Dr. Luiz Carlos Pardini, contra decisão da Congregação, que não aprovou
2946 a abertura de concurso para provimento de cargo de Professor Titular na
2947 disciplina de Morfologia da cabeça e pescoço, conforme decisão do Conselho
2948 do Departamento, dando assim, indiretamente, provimento a recurso/petição
2949 interposto por docentes também do referido Departamento, por considerar que
2950 houve decisão equivocada da Douta Congregação, considerando parecer

embasado em documento incorporado ao processo por membro impetrante do recurso, que não segue a jurisprudência da Universidade, de seus órgãos e legislação. Que o ato administrativo de determinação de quais disciplinas ou conjunto delas em que se deve basear o concurso a ser realizado deve refletir as necessidades apontadas pelo Conselho Departamental. Requer seja o presente recurso recebido e submetido à apreciação da Congregação para reforma da decisão do colegiado para que seja aberto o concurso da forma como requerida pelo Departamento (27.10.10). **Parecer da Congregação da FORP:** baseada no parecer da relatora, Profa. Dra. Helena de Freitas Oliveira Paranhos, delibera pelo não provimento ao recurso, por 6 votos favoráveis, 24 votos contrários e 2 abstenções, com a presença de 32 membros (22.11.10). **Parecer da PG:** sob o aspecto estritamente jurídico, parece que não existindo consenso entre o Departamento e a Congregação, deveria prevalecer o posicionamento do órgão hierarquicamente superior, ou seja, a Congregação. Isto porque, embora seja competência do Conselho de Departamento propor à Congregação a realização do concurso, bem como o programa de modo a caracterizar uma área de conhecimento, conforme previsto no artigo 125 do Regimento Geral, todas as questões relativas à realização de concursos dependem da aprovação pela Congregação. Observa que, com referência à indicação de Comissão Julgadora para concursos docentes, o Regimento Geral prevê, em seu artigo 184, que a Congregação poderá substituir, no todo ou em parte, os nomes propostos pelo Conselho de Departamento. Aplicando tal sistemática no presente caso e, respeitando-se o teor das regras regimentais, parece que deve prevalecer por analogia ao artigo 184 do Regimento Geral, a decisão da Congregação (07.11.11). **Parecer da CLR:** aprova, por unanimidade dos presentes (5 votos), o parecer do relator, **Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu**, contrário ao recurso interposto pelo Chefe do Departamento de Morfologia, Estomatologia e Fisiologia da FORP (DMEF) (08.12.2011). O **M. Reitor** questiona aos senhores conselheiros se há algum destaque dos processos do Caderno XV que estão listados de 1 a 8 e, não havendo solicitação de destaques, passa à discussão, em bloco. Ninguém querendo fazer uso da palavra, o **M. Reitor** coloca em votação, em bloco, os pareceres da CLR. **Votação:** Pelo painel eletrônico, obtém-se o seguinte resultado: Sim = 60 (sessenta) votos; Não = 4 (quatro) votos; Abstenções = 18 (dezoito); Total de votantes = 82 (oitenta e dois). São aprovados os pareceres da CLR constantes nos processos de 1 a 8 do Caderno XV, contrários aos recursos interpostos, com a abstenção declarada da Prof.^a Elisabeth Hofling. **M. Reitor:** "Finalizada a pauta, gostaria de dizer que a Universidade de São Paulo encontra-se absolutamente em dia com os processos que estejam para vir ao Conselho Universitário. Existem poucos recursos que só não foram trazidos porque não estão em termos. Porque há alguns processos que precisariam vir os dois ao mesmo tempo e esses serão trazidos na próxima Sessão Ordinária do Co." Ato seguinte, passa-se à segunda parte do Expediente, passando às comunicações dos Pró-Reitores. **Cons^a Telma Maria Tenório Zorn:** "Gostaria de fazer um pequeno relato, comentando um pouco sobre o resultado do Programa Inova-Lab. Esse é um programa absolutamente inovador e único até o momento na Pró-Reitoria de Graduação, que tem como objetivo apoiar projetos que, de fato, espera-se mudarão a maneira de ensinar aos nossos alunos de graduação por meio de aulas práticas. Esse projeto recebeu um apoio inicial de 5 milhões. Em seguida, justificado por uma

3001 demanda que, confesso, não esperava de 57 projetos oriundos de 38
3002 Unidades, conseguimos o dobro desse valor inicial, totalizando 10 milhões. O
3003 projeto de seleção foi consolidado e gostaria de destacar alguns pontos,
3004 porque esse também foi um processo inovador. Esses projetos foram avaliados
3005 por Comissões *ad hoc* das quais participaram 34 colegas, inclusive de
3006 instituições de outros estados. Tivemos colegas da UNICAMP, da UNESP, do
3007 ITA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e da Universidade Estadual do
3008 Rio de Janeiro, da PUC-Rio, do Mackenzie, envolvendo especialistas de todas
3009 as áreas do conhecimento. Esses projetos foram divididos em 4 áreas: Exatas,
3010 Humanas, Multidisciplinar e Saúde, e uma Comissão Coordenadora, que
3011 também foi *ad hoc*. Gostaria de mencionar os nomes dessas pessoas que
3012 tiveram importância enorme ao ajudar a Pró-Reitoria nesse processo: o
3013 Professor Erney Felício Plessmann de Camargo, que foi responsável pela área
3014 da Saúde, o Professor Luiz Nunes de Oliveira, que coordenou a avaliação da
3015 área de Exatas, a Professora Sonia Teresinha de Sousa Penin, que coordenou
3016 a área de Humanas e o Professor Walter Colli, que coordenou a área
3017 Multidisciplinar, e acabou, também, aceitando nosso convite de ser o
3018 Coordenador Geral do processo de avaliação, o que me faz muito agradecida.
3019 Creio que os nomes dessas pessoas dispensam qualquer apresentação. Os
3020 pareceristas *ad hoc* fizeram as suas avaliações, esses coordenadores de área
3021 viram essas avaliações e cada projeto foi visto por dois pareceristas. Ao
3022 mesmo tempo, dentro da Pró-Reitoria, uma outra Comissão do CoG viu alguns
3023 desempenhos dos nossos cursos de graduação, o que foi muito importante.
3024 Desempenho quanto à evasão, número de formados, iniciação científica e
3025 internacionalização. De modo que, embora não tivesses sido necessário utilizar
3026 esses dados para desempate, a coleta desses dados pelos próprios
3027 presidentes de comissões de graduação propiciou um momento
3028 tremendamente importante para que o Conselho de Graduação tivesse a
3029 oportunidade de ver o seu desempenho nesses índices importantes para a
3030 graduação e construir esses parâmetros. Houve uma pré-seleção de 41
3031 projetos, os quais são de muita excelência. Esses 41 projetos receberam, por
3032 avaliação dos coordenadores, notas entre 7 e 10, de forma que havia projetos
3033 com nota 7, 8, 9 e 10. Acharmos que era muito importante mostrar esses
3034 projetos uns para os outros e fizemos uma sessão de pôsteres, no dia 13 de
3035 junho, que foi sensacional. Esses 41 projetos foram mostrados aos
3036 coordenadores de área pelos docentes que os construíram. A exposição foi
3037 realizada no saguão do Co. Fiquei de fato muito contente com os
3038 procedimentos adotados para a seleção final. Não trouxemos para esse evento
3039 nem os Diretores, nem os Presidentes de Comissão de Graduação, porque,
3040 queríamos, de fato, ouvir quem construiu os projetos. E fiquei muito feliz,
3041 porque muitos dos construtores desses projetos eram docentes jovens, o que
3042 realmente nos dá muita esperança de ter uma graduação cada vez melhor no
3043 futuro e foi muito bom ver isso. Os pareceristas *ad hocs* estavam presentes,
3044 reviram os projetos nesses pôsteres e puderam confirmar ou não o seu parecer
3045 inicial dado pela leitura desses projetos, diante da conversa e da discussão que
3046 tiveram. Alguns mudaram de opinião, para sim e outros para não. A Comissão
3047 Coordenadora teve a prerrogativa de fazer a seleção final limitados pelos R\$
3048 10 milhões disponíveis. No final, 29 projetos foram selecionados oriundos de 24
3049 Unidades. O valor total dos projetos submetidos foi de R\$ 18.078.000,00. Em
3050 uma pré-seleção, chegamos a R\$ 14.456.581,00 e, nos 29 projetos

selecionados, R\$ 10.046.285,00. O sucesso foi tão grande e a demanda foi tão clara, que já tive a confirmação do nosso Reitor de que iremos reeditar esse projeto o mais rápido possível. Será um novo edital, porque se não a competição não terá sentido. Os pareceres serão disponibilizados, obviamente sem indicar os nomes dos relatores, para que possam ajudar na melhoria daqueles projetos e para que os seus proponentes verifiquem qual foi a falha. Havia um objetivo bem claro no edital requerendo interdisciplinaridade, melhoria do ensino prático, inovação etc. Parabenizo a todas as Unidades. Essas informações estão na página da Pró-Reitoria de Graduação. Todas as áreas foram beneficiadas, embora não tivesse uma reserva por área. Decidi que não iria fazer reserva por área, mas houve um bom equilíbrio entre as quatro áreas de conhecimento. Essas eram parte das informações importantes que queria compartilhar. Quero dizer que estou muito contente e agradecida pela contribuição e, também, por ver que temos espaço para fazer novo edital. O Programa de Tutoria, também muito importante, é outra menina dos meus olhos. Começamos com 300 bolsas e, impulsionados pela demanda, acabamos disponibilizando mil bolsas para os alunos ingressantes. O processo revelou alguns pequenos defeitos, que estamos corrigindo. Mas está indo muito bem. Outra informação importante é com relação a nossa Campanha de Embaixadores. O Programa Embaixadores é, de fato, a espinha dorsal do Programa de Inclusão Social. O desconhecimento pela gratuidade e pela condição pública das nossas Universidades públicas é impressionante e chocante e está registrado nos relatórios que nossos embaixadores nos fazem. Vou torná-los público, pela riqueza de informações e pela contribuição que traz para nós, que cuidamos desse Programa. Essa ignorância sobre as Universidades Estaduais paulistas é uma barreira a ser superada, se queremos trazer mais estudantes de escolas públicas para a nossa Universidade. Esse programa era restrito aos alunos que entraram pelo Programa INCLUSP, fomos ampliando progressivamente esse perfil e hoje é aberto - o ano passado a todos os alunos de graduação e aos docentes e este ano foi aberto também aos estudantes de Pós-graduação. No ano passado, tivemos 381 embaixadores, dos quais, 300 alunos e 81 docentes, que visitaram 128 escolas públicas, em 75 municípios. Este ano, temos 1.780 pessoas engajadas, 1.517 alunos de graduação, 167 de pós e 96 docentes, de modo que fico muito feliz e grata àqueles que querem participar desse projeto por achar que, de fato, ele tem uma importância enorme na divulgação das três Universidades paulistas. A recomendação que damos aos Embaixadores é que falem não somente sobre a USP e o INCLUSP, mas que informem que existem também a UNICAMP e a UNESP e tantas outras públicas. Nosso objetivo é que consigamos trazer um número cada vez maior de alunos dessas escolas para a nossa Universidade.”

M. Reitor: “Há pouco disse que estamos em dia com a pauta do Conselho Universitário. Claro que novas coisas surgirão, pois é uma Universidade viva. Entretanto, isso significa que teremos mais tempo, neste segundo semestre, para as sessões de Conselhos temáticos e, conforme já dito, a questão das vagas pode ser tema de uma dessas sessões. A próxima Sessão será daqui a seis dias e a pauta será a seguinte: teremos três horas para a discussão da questão do poder na USP, que já foi iniciada ano passado, e uma hora – no início ou no final - para uma outra questão, colocada hoje, que seria a questão da inclusão na USP. Inclusão pode significar uma série de coisas, entre outras coisas pode ser cotas. As cotas podem ser raciais ou podem ser por razões de

limitação econômica. De forma que, no próximo Co do dia 26 de junho, aqueles que vierem, já sabem que teremos essa divisão. E, é claro que esses assuntos continuarão e como estamos com a pauta extremamente vazia, poderemos, no segundo semestre, fazer vários Co's temáticos. Temos três temas, pelo menos: o poder, a questão da inclusão e a questão da discussão de vagas na Universidade de São Paulo - como serão abertas." **Cons. Vahan Agopyan:** "O tópico inicial é a questão de facilitar as atividades administrativas, que foi uma demanda muito grande dos coordenadores de programa e que estamos desenvolvendo e debatendo bastante nos últimos dois anos. Para essa finalidade, nos últimos meses, colocamos várias páginas dentro do Janus. Por exemplo, em um esforço muito grande com a Vice-Reitoria de Relações Internacionais, inserimos várias páginas para simplificar a inscrição dos alunos estrangeiros nos nossos Programas. Estamos concluindo, também, junto com a CCInt, mais seis páginas para facilitar a ida dos alunos brasileiros da USP para o exterior. Além disso, nossos Coordenadores e Presidentes de CPGs podem acessar informações gerenciais através de uma sublinha gerência pós. E, por fim, sabemos que o Coleta CAPES tem um número de informações muito grande, e então, os senhores diretores, os membros das CPGs e os coordenadores de programa agora têm o instrumento para utilizar aquelas informações que estão no Coleta CAPES, que antes não tínhamos acesso, através de um extrator que, agora, com a colaboração da Vice-Reitoria Executiva de Administração e Finanças e com o DI, foi possível desenvolver. Hoje, todos os nossos dirigentes podem extrair informações importantes dos seus Programas, e estamos tentando criar uma interação maior com o Lattes e tentando desenvolver isso com outros programas. Informo ainda que já está na página da PRPG uma orientação para construção de *sítes* de Programas. É uma plataforma em que é possível incluir as informações de uma maneira fácil. Trago outra notícia importante, o Prêmio Capes de Teses acabou de ser divulgado na semana passada e coloca a USP, de novo, em primeiro lugar, com 11 melhores teses e 23 menções honrosas. Quero destacar que estamos presentes em quase todas as Áreas de Conhecimento. Foram analisadas 45 Áreas de Conhecimento e estamos em 34 delas, ou como melhor tese ou como menção honrosa. Outro comunicado importante é que enviamos 13 propostas de mestrado profissional, é a resposta da comunidade ao simplificarmos os procedimentos, das quais, curiosamente, 8 propostas são da área da Saúde. Um dos indicadores é que a área da Saúde tem muito apoio, é uma demanda muito grande do Ministério da Saúde e da Secretaria da Saúde do Estado para esse tipo de Mestrado. Como a resposta foi muito marcante, a Pró-Reitoria criou uma linha de financiamento para esses mestrados que não têm o PROAP da própria CAPES, então fizemos um "PROAP-USP" para os mestrados profissionais que não têm recursos externos. Tivemos duas propostas de MINTER, das quais uma internacional, e seis de DINTER, das quais, uma internacional. Aliás, quero dizer que o primeiro DINTER internacional do Brasil é o da nossa Escola de Enfermagem, junto com a Universidade Católica do Chile. Parabéns às colegas da Escola de Enfermagem por essa iniciativa pioneira. Enviaremos, provavelmente na semana que vem, mais nove propostas acadêmicas, incluindo um doutorado interuniversidades USP-UNICAMP-UNESP em Bioenergia. A revisão do regimento progrediu. Como se sabe, nosso Regimento é relativamente novo, de 2008, muito bom e importante para o fortalecimento da Pós-Graduação, mas, obviamente, quando fazemos

uma mudança muito drástica, começa-se a perceber algumas medidas não muito adequadas. De forma que foi feita uma revisão desse Regimento, que sem dúvida, será discutida nesse Colegiado. Esse Regimento foi aprovado pelo COPGr, e em breve estará no Conselho, e dará mais flexibilidade para a Comunidade. Chamo a atenção para os Dirigentes e Diretores que isso será mais uma oportunidade para que as Unidades possam colaborar com seus pontos de vista. As Congregações serão chamadas de novo a verificar e discutir a pós-graduação com essa revisão do Regimento de Pós-Graduação, já que teremos que fazer novas normas para cada Programa. E, por último, a avaliação USP de pós-graduação é outro tópico que está em discussão. Começamos há dois anos, acelerou-se no ano passado e esperamos ter uma proposta de avaliação com visão USP, isto é, o que a USP espera da sua Pós-Graduação, no “Encontro Acadêmico de Gestão de Pós-Graduação da USP”, onde a avaliação será discutida como instrumento de gestão, de 24 a 26 de setembro próximo.” **Cons. Marco Antonio Zago: (apresentação)** “Já é bastante tarde e, portanto, vou me resumir a alguns dois minutos, apenas para dizer que a Pró-Reitoria de Pesquisa está viva. Farei apenas duas comunicações. A primeira diz respeito ao Programa de Apoio à Pesquisa, em sua segunda versão. Antes de ontem e ontem, se reuniu o Comitê de Avaliação, composto por 21 pessoas, cujos nomes estão listados nesta transparência, com as respectivas origens e áreas. Como puderam perceber, todos são avaliadores externos à Universidade de São Paulo, do Brasil ou do exterior, exceto pelo presidente, porque entendemos que sempre precisamos ter pelo menos uma pessoa que conheça bem a Universidade, mesmo assim uma pessoa que já tenha um distanciamento e, provavelmente, não tenha conflito de interesse, que foi o Professor Erney Felício Plessmann de Camargo, que presidiu a Comissão de Avaliação. A comunicação seguinte é dizer que retomamos a realização das Conferências USP, que se iniciaram no ano passado, iniciativa que está ganhando corpo. Essa foi a primeira Conferência deste ano e foi, também, a primeira “Conferência Especial”, daquelas cuja responsabilidade ficou com a própria Pró-Reitoria de Pesquisa. O tema foi “Conferência USP sobre o Mar”. Participaram ativamente da organização, o Instituto Oceanográfico, o CeBiMar, e vou mostrar algumas fotos, porque dizem que uma imagem fala mais do que mil palavras, quem sabe umas dez imagens falem mais do que dez mil palavras. Vamos passando as imagens, para que tenham uma ideia do ambiente dessa Conferência sobre o Mar. Vejam que o auditório estava repleto, tivemos 568 inscritos e credenciados e em nenhum momento havia menos que 400 pessoas na sala, fizemos esse controle. Participaram alunos de graduação, pós-graduação, docentes, pesquisadores, coordenadores de institutos nacionais e coordenadores de pós-graduação de outras universidades brasileiras. A seleção desta temática, por sorte, lembra talvez o fato de que este quase que pode ser visto como o Ano do Mar da Universidade de São Paulo. Na organização, participaram ativamente os alunos do IO Júnior, foram eles que fizeram todo sistema de gestão da organização, de tal maneira que participaram não apenas assistindo às conferências, mas como organizadores, recebendo os conferencistas, interagindo com eles de tal maneira que a Conferência serviu, também, como instrumento educativo importante para os alunos de graduação. E está resumido o testemunho de alguns deles, o que isso significou para eles.” **Cons. Joaquim José de Camargo Engler:** “Nesses primeiros cinco meses

concluídos do exercício 2012, a USP recebeu do Tesouro do Estado, R\$ 1.603.195.893,00. Esse valor, se comparado com o igual período de 2011, corresponde a cerca de 3% acima do recebido no ano passado. Se, considerada a estimativa que o CRUESP fez para o período, é 2% abaixo. A expectativa do CRUESP seria R\$ 1.633.158.329,00. Com relação à execução orçamentária nesses cinco meses, tivemos um total de desembolsos de R\$ 1.703.431.000,00, sendo R\$ 1.703.431.000,00 para pessoal, R\$ 178.184.000,00 para outros custeios e R\$ 62.202.000,00 para investimentos. Em termos relativos, tivemos o pessoal com 91%, outros custeios com 11% e os investimentos com 4%. A diferença entre o previsto na dotação para pessoal, que era de 85% para os 91%, como já constava das diretrizes orçamentárias, vem sendo coberta pela reserva da Universidade. Ao longo do ano, esse quadro pode se alterar para mais ou para menos, com o uso da reserva. No momento, é essa a situação.” **Cons. Luiz Nunes de Oliveira:** “Quero fazer um pequeno relato sobre o processo de avaliação docente. Quem deveria apresentar seria a Professora Emma Otta, mas como ela saiu do Conselho, me ligou outro dia, passou algumas informações e pediu para que fizesse um pequeno relato. Esse processo, como os Conselheiros vão se lembrar, está sendo realizado em duas esferas. Temos uma Comissão Central, a CCAD, da qual fazem parte a Professora Sandra, o Professor Fernando, o Professor Flávio, Professor Wellington, Professora Emma, eu, Professora Sueli, Professora Mariângela, da FAU e o Professor Britto que não está presente hoje. Depois, temos as comissões setoriais, que são em número de 26, divididas por áreas: 4 de Engenharia, Biologia e assim por diante. Essas comissões começaram seu trabalho no começo do ano, organizaram os critérios de avaliação que serão utilizados, depois esses critérios foram publicados e a Secretaria Geral mantém uma página com as informações que podem ser vistas, basta entrar na página da Secretaria, está em vermelho um título grande onde estão listados todos os critérios de avaliação, membros de comissão e assim por diante. E essas comissões começaram o trabalho mais árduo de se escolherem os assessores para analisar os projetos que chegaram, pois são necessários três assessores para cada projeto. É um número muito grande de solicitações, já que são quase três mil projetos que estão sendo avaliados. As comissões começaram a trabalhar em passos diferentes, algumas delas estão em estágio bastante avançado, das 26, já temos 12 que começaram o trabalho no início do mês de maio e já devem estar concluindo. Outras 6 estão em uma fase intermediária e 8 estão relativamente atrasadas. Algumas vão concluir o trabalho antes das outras. Achamos que isso é normal e, à medida que receberem os pareceres dos assessores, farão uma análise prévia, mandarão um relatório para a Comissão Central, que por sua vez, fará algumas recomendações, no sentido de tentar equalizar os critérios e, em seguida, as Comissões decidirão quais são os candidatos que devem ser aprovados dentro de sua área. Então, as que forem terminando antes vão ter o trabalho encerrado e os nomes já serão publicados antes das demais. Calculamos que os primeiros resultados aparecerão em agosto e alguns vão demorar um pouco mais. Existe um sistema eletrônico, como um portal de submissão de artigos para revistas, que é utilizado pela Comissão. É utilizado pelos assessores e é onde os candidatos podem acompanhar o andamento do seu projeto. As coisas estão andando mais devagar do que gostaríamos, mas como é um processo muito complicado, por ser a primeira

vez que está sendo realizado, acho que isso é inevitável.” **M. Reitor:** “Sem prejuízo de continuarmos ouvindo o Professor Luiz Nunes sobre esse assunto, peço ao Senhor Secretário Geral que anote para que a Professora Emma Otta, que é Presidente dessa importante Comissão, seja convidada nos Co's ordinários daqui para frente.” **Cons. Carlos Alberto Ferreira Martins:** “Serei brevíssimo, mas não poderia deixar de registrar dois elementos. O primeiro deles é o agradecimento do Instituto de Arquitetura e Urbanismo ao M. Reitor, que ao proceder a nomeação dos indicados pelas listas tríplices alvoradas pela Congregação do nosso Instituto, nos permite concluir a fase de implantação institucional do IAU. Neste ano e meio, desde a aprovação por este Colegiado, em 14 de dezembro de 2010, procedemos a implantação institucional, aprovamos o nosso Regimento, implantamos as nossas comissões estatutárias, o nosso CTA, nossa Congregação e, finalmente, fizemos a eleição. Evidentemente, isso exigiu de todos do Instituto um grande esforço e uma grande energia no processo de institucionalização, mas não abandonamos o fundamental neste período, sobretudo o compromisso assumido com este Conselho Universitário, quando da aprovação da criação do nosso Instituto, de trabalharmos arduamente no sentido de honrar o compromisso aqui assumido e honrar o mandato que recebemos deste Colegiado, no sentido de buscar implementar o mais rapidamente possível a criação do primeiro curso de Ciências Humanas e Sociais da USP, no *Campus* de São Carlos. Ao longo de ano e meio também trabalhamos, concomitantemente, na elaboração da proposta de um curso de Geografia, focado sobre os temas urbano, territorial e ambiental. Foi extremamente importante a colaboração de colegas de outros departamentos, de outras unidades do nosso *Campus*, e este curso de Geografia, que se propõe noturno, estará em condições de ser encaminhado ao nosso Conselho de Graduação no início do próximo semestre e, espero que brevemente, a este Conselho Universitário, para que possamos assim, cumprir, de fato, o mandato que nos foi outorgado por este Conselho e ampliar a atuação da USP em São Carlos para área de Ciências Humanas e Sociais.” **Cons. Leandro Salvático:** “Gostaria de ter falado isso em um momento com mais Conselheiros presentes, mas respeitei a ordem das pautas e neste momento em que estou tendo a palavra, gostaria de falar sobre esse abaixo assinado que estamos passando para os Conselheiros para coletar assinaturas, pois, segundo o Regimento, com 20% das assinaturas, podemos pedir a inserção de uma pauta em uma reunião ordinária do Conselho Universitário. E, a nossa ideia é inclusão da pauta 'Implementação de Cotas Raciais na USP', porque houve essa decisão recente do STF, mas o fato é que há mais de 20 anos o Núcleo de Consciência Negra e outros intelectuais vêm pautando essa questão, já está cientificamente comprovado todas as benesses sociais geradas por esse sistema de reserva de vagas e todos os benefícios que há em todas as Universidades do Brasil e do mundo, onde foi adotado. E a USP está se omitindo até em fazer esse debate de forma aprofundada. Não um debate superficial de colocar na pauta e fazer uma pequena discussão, sem visar a implementação real. Tem que se discutir visando a implementação e não discutir para nada mudar. Não é isso que queremos, não é isso que está sendo colocado aqui. Então passamos esse abaixo assinado. Inclusive, uma das folhas que passou com algumas assinaturas sumiu. Gostaria de pedir, por favor, senhores Conselheiros, independente de ser a favor ou contra, pegar abaixo assinado com assinatura

3301 alheia é feio, para não dizer antiético. Então, por favor, verifiquem, porque às
3302 vezes colocou sem querer embaixo do caderno ou jogou para o vizinho, mas
3303 tem que aparecer, não pode sumir, não houve nenhuma combustão aqui.
3304 Repito que não é assinar para dizer que é a favor ou contra, é assinar para
3305 fazer inclusão na pauta em uma reunião ordinária. E essa discussão tem que
3306 ser feita, também, em um Co temático, como o M. Reitor colocou, mas em uma
3307 hora não conseguiremos discutir muito essa questão. De todo modo, vamos ter
3308 que fazer uma reunião específica para isso. Já conseguimos os 20%. Gostaria
3309 de comunicar aos senhores que o ofício com as assinaturas está protocolado e
3310 está na minha mão, protocolei para o Secretário Geral, Professor Rubens
3311 Beçak, está aos seus cuidados na Secretaria Geral e esse Co ordinário vai
3312 acontecer. Vou ler o ofício para finalizar, porque o conteúdo é importante. O
3313 assunto é inclusão da pauta 'Implementação de Cotas Raciais na USP neste
3314 Conselho Universitário' e diz o seguinte: 'Vimos solicitar a inclusão da pauta
3315 Implementação de Cotas Raciais na USP na próxima reunião ordinária do
3316 Conselho Universitário, de modo que possamos fazer a discussão dessa pauta
3317 tão importante para o futuro da USP e do Brasil. Em 6 de junho de 2012, essa
3318 mesma frente pró-cotas raciais do Estado de São Paulo protocolou uma
3319 solicitação nesse mesmo sentido e nenhuma resposta nos foi dada até o
3320 momento. Sendo assim, decidimos realizar a inclusão dessa pauta de forma
3321 democrática, conforme estabelece essa alternativa o Regimento do Co, artigo
3322 11, parágrafo 6º, reproduzido abaixo: 'Poderão ser incluídas na pauta das
3323 reuniões ordinárias, matérias pertinentes ao Co, que tenham sido entregues à
3324 Secretaria Geral com antecedência de 30 dias, subscritas por 20% dos
3325 membros do Conselho Universitário.' De forma que daqui 30 dias, na nossa
3326 próxima reunião, espero que possamos discutir esse assunto e que as
3327 unidades presentes façam esse debate também. Mas não façam sozinhos,
3328 façam com quem sabe do assunto, porque fazer com várias pessoas que não
3329 sabe e que está sendo alimentado por uma mídia que quer fazer lavagem
3330 cerebral, não adianta. Portanto, convide pessoas que tenham conhecimento
3331 sobre ações afirmativas. Continuando, conforme exposto acima, segue abaixo
3332 assinado subscrito por mais de 20% dos membros do Conselho Universitário.
3333 Para que a discussão das cotas raciais sejam discutidas com propriedade e
3334 amplo conhecimento social e científico a cerca do tema, solicitamos que nessa
3335 reunião, estejam presentes cinco membros da frente pró-cotas raciais do
3336 Estado de São Paulo e cinco docentes que tenham ações afirmativas para
3337 afrodescendentes como linha de pesquisa, que seja a especialização dessas
3338 pessoas. Sugerimos cinco nomes: Professor Denis de Oliveira, da ECA,
3339 Professor Alessandro, do Instituto de Psicologia, que fez um trabalho excelente
3340 na Unicamp, avaliando os impactos das ações afirmativas lá, o Professor
3341 Kabengele Munanga, que é um especialista internacionalmente conhecido,
3342 Professor Marcelo Trachtenberg, que implementou o sistema de inclusão social
3343 na Universidade Federal de Santa Catarina e a Professora Doutora Eunice
3344 Prudente, da Faculdade de Direito, conhecedora do tema e que é Presidente
3345 da Comissão de Políticas Públicas para Inclusão Social na USP. Com essas
3346 pessoas presentes aqui e nas unidades dos senhores, com certeza, farão um
3347 debate de qualidade e vamos conseguir avançar juntos para construir uma
3348 Universidade que é altamente especializada em produção científica e que
3349 pode, também, dar um retorno social para a resolução dos problemas daqueles
3350 que, infelizmente, não estão aqui." **Cons. Jorge Mancini Filho:** "A minha fala é

de despedida, pois é minha última participação como Diretor de Unidade e como membro deste Conselho. Não é a primeira vez que participo deste Conselho, já estive como Diretor, como Representante da Congregação da Faculdade e sempre tive oportunidade de aprender muito com todos. De forma que quero fazer um agradecimento a todos pelo processo que tive oportunidade de ter e participar com todos. Essa foi uma constante e como estou nessa Universidade há mais de 42 anos, logicamente como estudante e sem ter passado pela Escola de Educação. Estive aqui como estudante, entrei em 1966 e agora completo 42 anos nessa Universidade e posso apresentar uma testemunha de todo o processo de evolução da qualidade e da inovação da Universidade de São Paulo. Essa é uma constante, é um orgulho estar dentro dessa Universidade como Professor e poder participar de todo esse processo e, logicamente, a contribuição que podemos dar é pequena, mas, no coletivo, temos condições de ter uma inserção grande do ponto de vista educacional, social e da evolução da ciência. Quero fazer um agradecimento especial ao Professor João Grandino, que me deu todo o apoio em diferentes momentos na administração da Faculdade e, logicamente, isso me deu oportunidade de ter uma administração mais fluída e, com toda certeza, teremos frutos importantes daquilo que foi feito durante esse período de quatro anos.” **M. Reitor:** “O Professor Mancini encerra sua segunda direção da Faculdade de Farmácia desta Universidade e, portanto, receba os agradecimentos da Universidade, pois foi alguém que contribuiu para que não só a sua Unidade, como a própria Universidade, chegasse aos níveis que está hoje. Professor, esperamos que o senhor tenha um terceiro mandato em algum momento.” **Cons.^a Neli Maria Paschoarelli Wada:** “Gostaria apenas de agradecer, também, ao Professor Jorge Mancini, porque todas as vezes que tivemos pequenos ou grandes conflitos dentro da FCF, ele sempre optou pelo diálogo, sempre nos respeitou, atendeu muito bem e nos trouxe soluções, no sentido de que não prejudicasse a Universidade e o trabalhador. Agradeço e gostaria que todos os diretores de unidades tivessem o seu perfil. Obrigada por todas as vezes que me aguentou na FCF e ajudou a resolver as questões sem nunca prejudicar os trabalhadores.” **Cons. Alejandro Szanto de Toledo:** “Farei um breve relato, na qualidade de Representante desta Casa no Conselho Superior da FAPESP. Faço isso não apenas em meu nome, mas em nome da Prof.^a Suely Vilela e do Prof. João Grandino Rodas, que compõem a representação da USP. Trago alguns pontos que foram discutidos no Conselho Superior da FAPESP para esclarecimento e servir como interlocução com a FAPESP. Um ponto importante que o Conselho Superior tem traçado é a linha da internacionalização. Foram firmados mais de uma dúzia de acordos internacionais com instituições de pesquisa de primeira linha e estes acordos podem ser utilizados como guarda-chuvas, não apenas para intercâmbio científico, mas para solicitar cotas, verbas ou bolsas para, principalmente, jovens pesquisadores e pós-doutores. A FAPESP está tratando com uma certa prioridade essas duas linhas. A de jovem-pesquisador pode ser utilizada de uma forma de experimentação para trazer jovens pesquisadores para dentro da Universidade. A FAPESP está abrindo a possibilidade de até três anos, com salários compatíveis com o de docente, a própria diretoria científica nos solicitou que divulgássemos de uma forma mais extensa. Estes jovens pesquisadores podem vir para a Universidade e passar dois, três anos de experimentação e, depois, submeter-se a um concurso com uma base muito

mais profunda. Também, há o programa, não só de jovens cientistas, mas de pós-doutoramento, que a FAPESP sente que é uma deficiência muito grande no Estado de São Paulo e gostaria de ver sendo mais utilizado esse programa de pós-doutoramento. E, para concluir, escolhi alguns temas que achei importante. Sobre a questão de execução orçamentária da FAPESP, ela não está utilizando só a verba orçamentária, ou seja, a dotação do Estado, mas, também, está aproveitando parte do rendimento de seu patrimônio, ou seja, a FAPESP, sem prejudicar o patrimônio, está complementando o seu orçamento de uma forma significativa para poder apoiar, de uma forma mais importante, não só os de ciência básica, mas a parte tecnológica, que é muito importante também. Portanto, em nome dos três representantes desse Colegiado na FAPESP, estamos à disposição para servir de interlocutores com a FAPESP."

M. Reitor: "A questão do que faz os representantes no Conselho da FAPESP, talvez pudéssemos colocar logo após à fala do Presidente da COP, porque é uma fala institucional. Na última reunião da FAPESP vimos que há certas disponibilidades que ela tem e que as universidades, inclusive a USP, não usa. Pode continuar não usando, mas é importante que todos saibam. E é justamente por isso que o Professor se dispôs, em toda sessão anterior a uma reunião do Conselho Superior da FAPESP, a vir fazer este relatório. E, também, estamos preparando a disponibilização em uma página *web*, para que utilizemos mais. De forma que, se não houver discordância, logo após as informações do Presidente COP, um representante, que será o nosso porta-voz do Conselho Superior da FAPESP, falará sumariamente disso, enquanto isso estamos preparando a página, para que fique permanentemente à disposição."

Cons. Adrián Rodolfo Cavalheiro Fuentes: "Sou estudante do Curso de Matemática e vim falar de alguns assuntos que deveriam ser debatidos no Co, mas que este Conselho se furta a debater. É sobre os alunos que estão sendo processados dentro da Universidade. É um assunto de extrema importância, que tem a ver com cada uma das unidades, cada uma das pessoas que compõem a Universidade e, infelizmente, este é o fórum mais amplo que temos dentro da Universidade, dentro dessa estrutura de poder que ainda é antidemocrática. E venho falar dos processos, porque não sei quantos dos diretores e dos conselheiros que aqui estão têm conhecimento do que vem acontecendo. No último período, a Reitoria abriu processos a diversos estudantes desta Universidade. Hoje temos oito alunos que foram expulsos da USP por terem se envolvido politicamente, justamente fazendo uma afronta às decisões e às medidas que a Reitoria vem tomando nos últimos tempos. Dentre esses alunos que foram expulsos da Universidade, a juíza do Ministério Público soltou uma liminar afirmando o caráter inconstitucional que esses processos tinham e colocando em dúvida o nosso regime disciplinar, que é da época de 1972, por mais que o nosso M. Reitor diga que é de 1990. É um Regimento disciplinar que tem muitos resquícios da Ditadura Militar, que é algo que essa Universidade combateu durante muito tempo e foi uma das grandes repercussoras no processo de democratização do Brasil, mas que não se ateve aos seus próprios métodos. E, diante disso, dois destes alunos que foram expulsos tiveram seus processos revogados. Então, agora, estamos em uma circunstância em que uma juíza teve que alertar para a Universidade que o que ela está fazendo é inconstitucional. O segundo ponto desses processos é que temos um critério bastante duvidoso de como eles se dão. Temos a administração da Universidade que acusa, depois disso, é ela quem escolhe as

3451 pessoas que vão julgar e ela julga, porque estas pessoas são da própria
3452 Universidade, o que não acontece em nenhum lugar deste mundo. Acredito
3453 que é um assunto muito delicado, porque estamos colocando em risco vidas de
3454 grandes pessoas que estão aqui que querem transformar a sociedade, querem
3455 mudar o ambiente da Universidade, que muitos sabem que ainda não é o ideal,
3456 precisando ampliar vagas, discutir cotas, discutir qualidade dos cursos,
3457 produção acadêmica que a Universidade faz, mas também precisa discutir o
3458 que é a democracia dentro desta Universidade. Se estudantes que se levantam
3459 contra a estrutura de poder que hoje está colocada são processados e punidos,
3460 estamos deixando para trás a liberdade de expressão que a Universidade tem
3461 que zelar. Então, queria colocar que é muito importante que o Co e a
3462 comunidade universitária comecem a tomar para si estas questões. Portanto,
3463 que estes processos sejam totalmente revistos, sejam tocados de uma maneira
3464 transparente, que, pessoalmente, acredito que devem ser anulados, mas que
3465 muitos aqui não têm conhecimento do que eles tratam e não está tornando a
3466 Universidade um espaço melhor, mas tornando-a um espaço em que poucos
3467 participam e decidem. E os que tentam participar para fazer oposição ou para
3468 colocar problemas que não são discutidos, são punidos. O mesmo aconteceu
3469 com a diretoria da ADUSP, quando se posicionou na imprensa, o mesmo
3470 aconteceu com os diretores do SINTUSP, quando organizaram atos, que são
3471 punidos por conta disso. Não podemos tomar este tipo de atitude. Devemos
3472 ouvir todos os setores, ter um diálogo constante e o diálogo foi o que mais foi
3473 colocado pelo Prof. João Grandino Rodas nas eleições de Reitor, mas não tem
3474 ocorrido. Termina minha fala, pois o tempo já se esgotou, mas espero que este
3475 assunto não se esgote, e que todos aqui tenham esta preocupação para si e
3476 que possamos rever o que está sendo feito com o processo dos estudantes
3477 que estão sendo eliminados, não é simplesmente uma expulsão, eles nunca
3478 mais terão o direito de entrar nesta Universidade, em qualquer um dos
3479 segmentos dela. Obrigado." O Senhor **Secretário Geral** anuncia que o
3480 Procurador Geral da USP foi convidado pelo M. Reitor para se manifestar sobre
3481 o tema. **Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco**: "Com relação às
3482 ações judiciais que foram interpostas no direito que assiste aos alunos que
3483 foram eliminados do corpo discente da USP, tivemos seis análises liminares e
3484 nestas seis análises houve a concessão de uma medida liminar. Um dos
3485 processos já teve sentença e nesta sentença a que se referia o Conselheiro
3486 que se manifestou anteriormente, a juíza em nenhum momento disse que o
3487 nosso processo foi realizado ao arrepio dos princípios constitucionais, o que ela
3488 diz em algumas passagens é que talvez tenha havido - e na análise dela houve
3489 - uma desproporção na aplicação da pena. E, com exceção desta decisão, da
3490 qual ainda cabe recurso, todos os demais processos estão ainda em
3491 andamento. E a outra decisão em que houve a concessão liminar, também, o
3492 juiz não disse em momento algum que o processo ou o procedimento não
3493 estava de acordo com os princípios constitucionais." **M. Reitor**: "Apenas
3494 completando, sobre a última colocação do representante dos alunos, ele
3495 precisaria dizer qual o fundamento para que a pessoa que é desligada do curso
3496 dentro dessas circunstâncias nunca mais vai poder fazer parte ou entrar como
3497 aluno em nenhuma unidade. Pessoalmente, não conheço nenhuma restrição a
3498 que a pessoa faça o vestibular. De forma que esta questão última precisa ser
3499 cortada, porque realmente não existe na USP, embora exista em outras
3500 universidades estaduais paulistas." **Cons.^a Letícia Alcantara de Freitas**: "Para

além de estar aqui como representante discente dos estudantes da Universidade, também sou parte da atual diretoria do DCE da USP e venho ler o manifesto que tem a ver com as últimas declarações, inclusive, do último representante discente. O manifesto elaborado pelo DCE da USP deste ano tem a ver com este tema da democracia que temos tratado ultimamente, não só neste Conselho, mas desde o início do ano e da nossa gestão como DCE. 'O manifesto por democracia na USP e implementação das cotas raciais já - DCE livre da USP, gestão 'Não vou me adaptar'. O que está em jogo hoje na USP é o seu caráter, pois, segundo os diversos dicionários de língua portuguesa a Universidade tem por função garantir conservação e progresso dos diversos ramos do conhecimento. Não há pesquisa, estudo ou vida que não sucumba diante da falta de liberdades para investigação, contestação e divergências no pensar. Hoje, o centro de excelência USP, a primeira no *ranking* das melhores universidades da América Latina é também a última colocada no quesito democracia. Nossa USP é amplamente reconhecida pela exacerbada falta de diálogo, pelo autoritarismo ditatorial com o qual conduz a Universidade hoje, a Reitoria do Prof. João Grandino Rodas. Exemplos, infelizmente, não nos faltam; que o diga Nicolas Menezes Barreto, estudante negro, vítima de racismo ao ter uma arma apontada contra o rosto por um PM, em janeiro deste ano, o motivo? Era o único negro no local. Que o digam também as dezenas de estudantes que hoje respondem a processos administrativos. O motivo? discordaram do Reitor. Os processos administrativos, as retaliações aos professores e funcionários, a perseguição política, a presença ostensiva da polícia militar são, para nós do DCE, inadmissíveis e incompatíveis com o suposto território livre que deveria ser a Universidade, um espaço do livre pensar, do debater, do divergir. Não é mais possível aceitar tamanha falta de democracia, nem mesmo mais por este Co passam as decisões, há meses ele não acontecia. Ainda que milhares de estudantes tenham votado em assembleia um plano alternativo de segurança, a Reitoria ignora a tudo e a todos, divulga uma plataforma de vigilância que sequer foi aprovada em reunião do Co. Todas as decisões ficam a cargo de uma única figura, o Reitor, que se julga, onipotente por ter carta branca do governo do Estado. Diante disso, o DCE da USP se posiciona neste Conselho, contra as arbitrariedades da Reitoria e, diante, da impossibilidade de discutir democracia sem discutirmos o acesso à Universidade, ressaltamos o absurdo da recusa do primeiro pedido de inclusão da pauta de cotas neste Conselho. Estamos juntos à luta do movimento negro, pela aplicação das cotas raciais na USP, pois a constitucionalidade deste instrumento paliativo de preparação histórica já foi aprovada pelo Supremo Tribunal Federal, cabe a USP apenas discutir como aplicá-lo. O racismo na USP é mais um triste exemplo da falta de democracia. Nossa universidade é branca, pois a população negra, apesar de ser mais de 50% da população brasileira, nunca foi sequer 15% comunidade universitária, menos de 1% dos nossos docentes são negros. Uma elitização escancarada que, agora, com a aprovação das cotas, temos a chance de reparar parcialmente. Por isso a luta do DCE junto ao Núcleo de Consciência Negra da USP é pela democratização da USP, tanto no acesso à Universidade, através de um sistema de reserva de vagas, quanto na defesa dos estudantes e trabalhadores que foram perseguidos politicamente na ditadura militar e todos que estão sendo perseguidos e processados pela atual gestão da Reitoria. Queremos que a USP reserve parte de suas vagas para pessoas oriundas de

escolas públicas, como maneira de garantir os preceitos fundamentais da justiça social e igualdade na educação. E ainda, estabeleça um percentual que contemple os afrodescendentes e indígenas, que foram excluídos e explorados na história do Brasil, e não se encontram em igualdade material de condições e oportunidades na sociedade. Temos de criar as condições para a juventude negra ter acesso ao conhecimento. Fica então, por meio deste manifesto, o compromisso do DCE, vamos lutar sem cessar pela inclusão sócio racial, ao mesmo tempo em que lutamos pelos 10% do PIB para a Educação para que a expansão de vagas seja feita com qualidade. Solicitamos por fim, que o próximo Co que debaterá a inclusão seja em sessão aberta à participação de todos, para que demais estudantes, professores e funcionários possam participar desse fórum que hoje, ainda é daquele que mais tem poderes sobre a Universidade, ainda que não represente a maior parte da comunidade acadêmica." **Cons. Ignacio Maria Poveda Velasco:** "Tenho uma rápida notícia, motivo de grande alegria na FDRP, mas estou certo de que também será de grande alegria para todos. A FDRP começou, como é sabido, em 2008 e ao final deste ano formará sua primeira turma. No início do ano, um grupo de 22 alunos, que estavam para iniciar o quinto ano, tinham concluído apenas o quarto ano e, por conta própria, inscreveram-se para fazer a prova da OAB, exame unificado. Tivemos uma aprovação de 77,3%, o que colocou a jovem FDRP em primeiro lugar entre as faculdades de direito do Estado de São Paulo e, em oitavo lugar em todo Brasil, isso de alunos que apenas tinham concluído o quarto ano. No final do ano, como disse, formaremos a primeira turma e, se tudo ocorrer bem, o Prof. Vahan antes mencionava os programas que estão sendo apresentados, teremos condições de no início do ano que vem já iniciar o nosso Mestrado. Queria, então, deixar o agradecimento a todos os que têm apoiado o trabalho da Faculdade, a Reitoria, as Pró-Reitorias, e dizer que a FDRP tem se esforçado para estar, pelo menos, no mesmo nível de excelência de todas as unidades da USP e, particularmente, daquelas de Ribeirão Preto. Muito Obrigado." **Cons. Adrián Pablo Fanjul:** "Quando assumi o cargo como representante dos Doutores, no momento em que fui eleito havia uma preocupação central naqueles que coincidiram com minha candidatura em relação à democratização na Universidade. Neste sentido, não posso deixar de saudar a realização de Conselhos Universitários temáticos, sobretudo aquele que se realizará com o tema de Estrutura de Poder e a proposição de outros, como um modo de ampliar essa participação e de ir modificando algumas travas da Universidade. No entanto, vou me referir a alguns fatos que, do ponto de vista do funcionamento democrático da Universidade, tem me preocupado nos últimos meses. Primeiro, refiro-me a ata da reunião anterior, não para questioná-la, pois teria falado naquele momento, mas para resgatar um histórico. No sumário da sessão anterior modificou-se o art. 38 do Regimento Geral e foi criada a Superintendência de Segurança, com a competência, literalmente, 'de planejar, implantar e manter todas as atividades de interesse comum relacionadas à segurança patrimonial e pessoal no âmbito da Universidade de São Paulo'. Lembro que, também - e consta na ata -, a Reitoria esclarece, no começo da modificação destas pequenas denominações no Estatuto, que se trata de uma questão de nomenclatura e de adequar os nomes de algumas áreas da USP. Agora, dias depois da criação da Superintendência de Segurança Institucional, são contratados policiais militares reformados, precisamente coronéis, para esta Superintendência,

3601 aprofundando, assim, a relação entre a participação da Polícia Militar na
3602 Universidade. Quero apenas lembrar que o acordo que já existia com a PM
3603 tinha gerado questionamentos de diversos setores e pessoas, inclusive neste
3604 Conselho, por representantes e por diretores de unidades. Em consequência,
3605 não parece congruente que isso tenha sido apresentado como uma mudança
3606 de nomenclatura. Embora tenha legitimidade estatutária esta contratação por
3607 parte da Reitoria, não quero deixar de apontar que a explicitação da mudança
3608 foi insuficiente, na forma que se apresentou, como de nomenclatura. Não sei
3609 quantos conselheiros tinham consciência de que esta mudança de
3610 nomenclatura seguiriam estas outras de qualidade, nem quantos estariam
3611 dispostos a assumir essa responsabilidade. A falta de explicitação no
3612 encaminhamento da proposta ao Co contraria, inclusive, o chamado, na própria
3613 Reitoria, no USP Destaque nº 56, de março, sobre a necessidade de
3614 participação nos colegiados e com o qual concordo plenamente. A Reitoria diz
3615 que se todos os representantes participassem efetiva e ativamente, a USP
3616 poderia estar em estágio mais avançado. Seria proveitoso que não houvesse
3617 faltas sistemáticas dos representantes, que a postura de ser contrário a tudo
3618 fosse substituída por uma postura firme de reivindicações e de colaboração.
3619 Creio que a falta de explicitação de propósitos em um caso como este e a
3620 sensação de desconhecimento do dissenso não contribuem para esta
3621 participação. Eu, pelo menos, que nunca falto, desde que fui nomeado e que
3622 anoto e informo aos meus colegas o que é que se decide e, também, o que
3623 informa os Pró-Reitores, como projetos, com certeza, não teria votado
3624 favoravelmente, nem me abtido, se soubesse que não se tratava apenas de
3625 uma mudança de nomenclatura. Outro fato que me parece mais sério é que a
3626 partir de uma editoria pública no Estado de São Paulo, de 25 de fevereiro, a
3627 Reitoria impetrou uma intimação judicial contra cada um dos dez diretores
3628 atuais da ADUSP; todos eles - ousou dizer - docentes efetivos e na ativa nesta
3629 instituição e vários deles representados, pelo qual não posso deixar de me
3630 referir ao fato. A intimação é para dar explicações sobre ameaça de processo
3631 criminal. A base é uma transcrição do editorialista do Estado de São Paulo em
3632 discurso referido, na qual sequer aparece o termo 'desvio' introduzido pela
3633 Reitoria em edição inicial. É claro que não questiono o direito da Reitoria de
3634 conduzir dessa maneira sua relação com a dissidência, da mesma maneira que
3635 exerço meu direito de expressar desacordo, porque a intencionalidade política
3636 e de procura de confronto é óbvia, independente de que tal processo tenha ou
3637 não possibilidades judiciais de progredir, constitui desde já uma situação de
3638 constrangimento público para meus colegas. Quero ressaltar neste Conselho o
3639 fato de tratar-se de docentes e pesquisadores que, além de fazerem parte da
3640 diretoria de uma Associação, se envolvem, como todos nós, em suas
3641 atividades de ensino, pesquisa e extensão em unidades dirigidas por membros
3642 deste Conselho. Embora rejeite, por igual, a intimidação e constrangimento
3643 contra todos eles, destaco que dois deles são da Unidade onde atuo. Em
3644 consequência, quero pedir aos senhores Conselheiros, sobretudo aos Diretores
3645 e representantes de suas Unidades, onde estão lotados estes docentes, o IME,
3646 a FE, a FFLCH, a qual acredito que já tenha algo deliberado a respeito, o ICB,
3647 a EP, a EACH, a ESALQ, a FZEA e a FDRP, que se interessem por
3648 acompanhar e questionar o assunto, indagando sobre o que isso significa para
3649 estes pesquisadores em uma Unidade sob sua responsabilidade. Gostaria
3650 apenas de acrescentar um dado, que não pensava dizer, mas dado que o

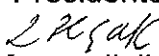
3651 Senhor Procurador Geral fez referência àquele processo sobre os alunos e a
3652 sentença da juíza Alexandra Fuchs de Araújo, anotei o dado, ela não diz
3653 apenas que a pena foi desproporcional, ela qualifica na sentença o processo
3654 como elevado de vícios e encontra nele parcialidade manifesta." **M. Reitor:**
3655 "Não me pronuncio sobre questões da Universidade, mas sobre questões
3656 pessoais me cabe falar. A problemática, em primeiro lugar, seria sair em um
3657 editorial, depois de repetido várias vezes em *blogs*, da questão da ADUSP, em
3658 que se fala textualmente que o Reitor, tal nome, deixa de usar verbas para a
3659 educação para utilizar em construções. Não é só o termo 'deixa', é mais forte o
3660 verbo, que pode não ser 'desviar', mas é um sinônimo, com a mesma postura.
3661 Portanto, nada mais legítimo do que perguntar àquelas pessoas. Uma
3662 entidade, uma pessoa jurídica, não existe, a pessoa jurídica USP existe na
3663 pessoa de todos nós e têm seus representantes legais. Os representantes
3664 legais da ADUSP não estão lá para, simplesmente, fazer um colegiado e serem
3665 representantes, assim como, a Reitoria da Universidade, nas pessoas de seus
3666 Reitores, incluindo-me, recebemos inúmeras ações que a ADUSP fez. E
3667 nenhum de nós ficou espezinhado pelo fato. É absolutamente normal. Se a
3668 pessoa é representante legal, se existe uma diretoria, ela está lá, também, para
3669 responder pelos atos da pessoa jurídica que é a ADUSP. Portanto, é algo
3670 normal pedir que se explique o que se disse. E lá consta claramente, não foi
3671 simplesmente nesse editorial, é uma sequência. E não é nada inamistoso, diga-
3672 se o que quer dizer com aquilo, porque é imputação de crime e imputação de
3673 crime é, realmente, algo que não pode ser deixado. Então, não é de maneira
3674 nenhuma aleivosia minha, não tenho nada contra a ADUSP, mas qualquer
3675 pessoa que me impute crime será chamada a explicar e não é sob ameaça. É
3676 interessante a utilização, pois quando é para um lado 'é sob ameaça'. Não,
3677 aquilo é um pedido de explicação judicial para que a pessoa se apresente e se
3678 explique. Se aquele que pediu as explicações se satisfizer com as explicações,
3679 ele acaba, se não, a pessoa vai ter que responder ao processo, mas não é sob
3680 ameaça de nada. Então, acho muito interessante e não me pronuncio
3681 absolutamente sobre os restantes, isso cabe à Procuradoria Geral e à
3682 Universidade. Agora, questões pessoais, de maneira nenhuma abro mão,
3683 porque se fizesse o mesmo, certamente teria problemas. Então, acho que está
3684 na hora das entidades que estão dentro da USP pararem de pensar que são
3685 superior a tudo e a todos e à própria USP. Tivemos, inclusive, conversas com a
3686 diretoria da ADUSP, quando foi colocada a possibilidade de podermos pedir em
3687 conjunto a retirada do processo, desde que tenha explicação. Mas muitos
3688 entendem como afronta, isso não é afronta absolutamente nenhuma. Por
3689 exemplo, quando a antiga Reitora e, eu mesmo, verifiquei, vi que a ADUSP
3690 entrou com várias ações, inclusive, contra a USP. No que tange à questão do
3691 pagamento aos professores doutores e associados, justamente da progressão
3692 horizontal, entraram com processo, ele correu, terminou, parou um ano e meio,
3693 ninguém recebeu, mas ninguém ficou afrontadíssimo. Não existe ninguém
3694 acima da lei - nem eu e nem ninguém -, portanto, não me refiro às questões
3695 institucionais, mas às pessoais. Existe uma tendência, que não é de hoje, eles
3696 mudam o nome do reitor ou da reitora, mas é uma estratégia de fazer uma
3697 pessoa toda poderosa, como foi dito há pouco com o termo 'carta branca do
3698 governador'. Isso me faz rir e nem seria válido e, se as pessoas são tão ágeis
3699 em processos judiciais do seu lado, preciso imaginar que isso faz parte do
3700 estado de direito. Então, isso é importante que fique, todas as demais

3701 colocações que são com referência à Universidade, não me pronuncio, mas as
3702 pessoais sim e tenho direito de fazer e, também, de dizer que isto é torcido,
3703 como foi para imaginar-se, obviamente, um poderoso que não existe mais em
3704 nenhum lugar deste planeta e muito menos aqui." **Cons.^a Neli Maria**
3705 **Paschoarelli Wada:** "Peço um esclarecimento ao M. Reitor. Os coronéis
3706 reformados que aqui foram contratados ou comissionados representam a USP?
3707 O Professor termina de dizer que tudo aquilo que ataca a pessoa dele, ele vai
3708 se defender, como pessoa física. Gostaria de um esclarecimento do senhor,
3709 porque acabo de receber intimação da 93ª Delegacia de Polícia - eu e os meus
3710 companheiros da direção do SINTUSP - e não está mencionado que foi o
3711 SINTUSP, está nominando às pessoas enquanto pessoas físicas, intimam mais
3712 50 estudantes para deporem na referida delegacia, por causa de um ato que
3713 fizemos. E este senhor coronel está nos caluniando, inclusive, baseado na Lei
3714 do Meio Ambiente. Então, estou me questionando até agora o que é que fiz no
3715 dia 16 para estar sendo enquadrada na Lei do Meio Ambiente. De forma que
3716 acredito que a questão não é pessoal, não se trata de pessoas físicas. Tenho o
3717 maior respeito pelo senhor se te encontrar fora da USP e por todos aqui, mas
3718 trata-se de divergências de ideias, de pensamentos. No entanto, vimos sendo
3719 constantemente caluniados, inclusive, por assessores e superintendentes, que
3720 inclusive são retirados de seus postos de trabalho e transferidos para outras
3721 unidades, com suposição de desvio de dinheiro público. Estas são as pessoas
3722 que vão à 93ª DP levantar calúnia - e o senhor simplesmente com o Boletim de
3723 Ocorrência -, mas não ficou provado que estas pessoas nos caluniaram. O
3724 senhor abriu um processo administrativo com inúmeros vícios processuais que
3725 levou o Presidente da Comissão, Prof. Zanetti, a renunciar à presidência.
3726 Então, digo ao senhor que não é assim que se resolvem as divergências, não é
3727 na base da polícia, do cassete, dos processos, porque ninguém aqui está
3728 falando em nome próprio. Não falo em nome da Neli, o senhor não fala em
3729 nome do senhor na USP, pois tenho certeza que se fosse o senhor João
3730 Grandino Rodas, seriam outros quinhentos. O senhor fala em nome desta
3731 Universidade, portanto não se trata de questões pessoais, trata-se de ser
3732 aberto ao diálogo. Estes processos vêm sem nenhuma fundamentação, nós
3733 nem fomos ouvidos na 93ª DP, o processo administrativo está tramitando, o
3734 senhor publicou uma Portaria, talvez para nos intimidar, falando que seremos
3735 demitidos por justa causa, baseado na CLT. O senhor nem sabe o que fizemos,
3736 não tem resultado do inquérito policial para fazer isso e o senhor sabe, já foi
3737 juiz, desembargador, é um homem do direito. Então vimos pedir para o senhor
3738 retirar estes processos e vamos dialogar. Outros reitores passaram por aqui,
3739 houve outros processos, também ouviram nossas críticas, viram as nossas
3740 lutas e não fizeram todo este estardalhaço, não nos criminalizaram. De forma
3741 que não se tratam de pessoas físicas, trata-se de Universidade, de movimentos
3742 que representam os professores, os funcionários e estudantes. Todos nós
3743 construímos esta Universidade. Venho conclamar ao senhor a anular estes
3744 processos e vamos começar do zero, para termos uma Universidade mais
3745 democrática, mais humana e com mais diálogo, porque em nossa prática já
3746 constatamos que quando existe o diálogo, resolvemos os grandes conflitos."
3747 **Cons. Marcello Ferreira dos Santos:** "Quero apenas reforçar o que a
3748 Conselheira Neli acabou de dizer, porque não estamos tratando aqui de
3749 individualizar os problemas, mas gostaria que, no nosso caso, fosse utilizado o
3750 mesmo critério que o senhor acabou de colocar publicamente, porque se é

3751 aberto um processo administrativo que corre desde agosto do ano passado,
3752 fundamentado em acusações criminais a partir de um boletim de ocorrência e a
3753 Reitoria, inclusive, está tomando medidas no sentido de avançar na resolução
3754 final deste processo, não se tratam de ameaças. E está escrito claramente
3755 neste processo: ameaças de suspensão de punição, advertência e, inclusive,
3756 de punição com a demissão por justa causa. Portanto, não se deve
3757 individualizar, porque, inclusive, o senhor sabe que todas as atividades das
3758 quais estamos sendo acusados foram atividades deliberadas coletivamente.
3759 Agora, o processo administrativo e o boletim de ocorrência abertos em nossos
3760 nomes, individualmente, embora tenham sido atividades feitas e deliberadas
3761 coletivamente, têm sido individualizadas por parte da Reitoria. Não por acaso,
3762 são as pessoas que mais estão na linha de frente, as que mais têm
3763 divergências com a política que a Reitoria da USP vem implementando. De
3764 forma que gostaria que fosse utilizado o mesmo critério. Inclusive, se a Reitoria
3765 tem espaço para se dirigir ao conjunto dos trabalhadores, dos estudantes e dos
3766 professores, através de um órgão chamado USP Destaques, para escrever
3767 aquilo que seria uma posição institucional da Universidade e não uma posição
3768 individual por parte do Reitor, gostaríamos de ter os mesmos direitos e sermos
3769 tratados com os mesmos critérios. E, por último, apenas gostaria de agregar a
3770 questão que o Conselheiro Adrián colocou que, na verdade, se o nosso
3771 Procurador Geral puder ler na íntegra a decisão da justiça, ela diz abertamente
3772 que considera inválida a decisão por parte da Reitoria por fundamentar as
3773 expulsões em um decreto que data de 1972 – portanto, anterior à autonomia
3774 universitária - e que atinge e fere vários direitos fundamentais. Na
3775 oportunidade, seria importante que o próprio Co tornasse públicas informações
3776 deste tipo, para que os Conselheiros tivessem acesso. Sobre a questão dos
3777 aposentados e do prêmio de excelência, também solicitamos que os
3778 trabalhadores, neste caso, sejam tratados com o mesmo critério. O senhor
3779 colocou que os professores aposentados poderiam ter direito ao prêmio de
3780 excelência, porque mantém vinculação com a Universidade. Acontece que,
3781 hoje, é impossível que qualquer trabalhador possa fazer o mesmo, porque foi
3782 implementada, em janeiro do ano passado, uma resolução que não só demitiu
3783 270 trabalhadores, como não permite mais que qualquer trabalhador
3784 aposentado siga tendo vínculo com a Universidade. Parece-me, no mínimo,
3785 contraditório que o senhor João Grandino Rodas peça a palavra para tratar de
3786 critérios, colocando como se não fosse um problema concreto e cotidiano da
3787 atual administração, que já levou à demissão de um dos dirigentes sindicais,
3788 mesmo sem a comprovação na Justiça do Trabalho de qualquer tipo de falta
3789 grave. Também, a acusação de todos os dirigentes do SINTUSP de crimes,
3790 mesmo sem apuração policial e, a partir disso, a abertura de processos
3791 administrativos que já indicam a punição e, também, a expulsão dos
3792 estudantes como se fossem coisas abstratas, são problemas concretos que
3793 conclamo a Reitoria a se pronunciar. Exigimos a revogação de todos estes
3794 processos criminais e administrativos contra os diretores do SINTUSP, da
3795 ADUSP e aos estudantes, por todas as irregularidades que ferem, inclusive, o
3796 artigo 3º do Estatuto da Universidade e a Lei Trabalhista, que obrigou a Justiça
3797 a intervir para fazer a Reitoria retroceder de sua ofensiva repressiva." O Senhor
3798 **Secretário Geral** consulta o M. Reitor relativamente ao teto limite de inscritos e
3799 horário, tendo em vista o deferimento de mais um aparte ao Prof. Adrián, sendo
3800 que há, ainda, mais duas inscrições remanescentes, dos Professores Sandra

3801 Nitrini e Nei Fernandes. **M. Reitor**: "Hoje é a primeira vez que vamos marcar
3802 início e término. Chegando ao término, os remanescentes processos e inscritos
3803 ficam para a próxima sessão. Isso é relativamente novo e serve para que as
3804 pessoas possam se programar, saber o horário de término, porque há os
3805 conselheiros do interior. Mas hoje, como foi a primeira vez, pediria que aqueles
3806 que já estão inscritos falem e os demais ficam para a próxima sessão. E que
3807 fossem breves na medida do possível." **Cons. Adrián Pablo Fanjul**: "Quero
3808 me referir à analogia que fez o senhor Reitor com processos encaminhados
3809 pela ADUSP, por exemplo, aquele referindo à carreira docente e marcar várias
3810 diferenças fundamentais. A primeira é que não são processos criminais." **M.**
3811 **Reitor**: "Não é processo criminal, é pedido de explicação." **Cons. Adrián**
3812 **Pablo Fanjul**: "Mas, daí pode resultar o processo." **M. Reitor**: "De qualquer
3813 coisa pode resultar o processo, mas aquele, em si, não é processo criminal."
3814 **Cons. Adrián Pablo Fanjul**: "Mas é algo que está apresentado no fórum
3815 criminal e, claramente, apontando a isso. O principal que tem que se levar em
3816 conta é o constrangimento. Devo falar de dois colegas meus, pelo menos os
3817 que mais de perto conheço. Se tenho que falar destes dois pesquisadores e
3818 apresentá-los em uma conferência, podem ter certeza que vou estar bastante
3819 tempo mencionando a excelência do trabalho que eles fazem na Universidade,
3820 as bolsas que eles conseguem, os recursos que eles angariam, o trabalho de
3821 gestão que fazem dentro da nossa Unidade e, além de tudo isso, tenho que
3822 acrescentar que eles não registram nenhuma ocorrência por absolutamente
3823 nenhum problema dentro da Universidade, nem em nenhum outro lugar. Só o
3824 fato de que sou um pesquisador docente e tenho que fazer este
3825 esclarecimento, nos mostra o tamanho da violência que traz este tipo de
3826 atitude. Agora, é verdade que cada um escolhe a maneira como se relaciona
3827 com o dissenso." **M. Reitor**: "Professor, acho que para a sua tranquilidade, um
3828 pedido de explicações não significa nada na Universidade. Ele está com a folha
3829 absolutamente em branco, não tem nada a ver, mesmo porque é um mero
3830 pedido. Agora, a questão do constrangimento existe dos outros lados também.
3831 Existe o constrangimento de todos os outros dirigentes, que são dirigentes de
3832 organizações que constam, inclusive, o nome da USP, pois fala-se SINTUSP,
3833 ADUSP, eles terminam com o nome da USP. Se essas instituições têm
3834 constrangimentos, a USP não tem e nem as pessoas que a dirigem. Portanto,
3835 acho que isso é uma questão ínsita a ser dirigente. Não posso reclamar que
3836 vocês abram um processo contra a USP e eu que tenha que assinar. Então,
3837 acredito que existe uma valorização, maior até do que a USP e das outras
3838 instituições. E parece que se for da USP tudo bem, mas se for de qualquer
3839 entidade ligada à Universidade são sacrossantos. Temos que saber que quem
3840 é dirigente corre seus riscos. Ao ser diretor de Escola, ao ser Reitor da
3841 Universidade, tudo o que fazemos tem riscos. Então, ser dirigente do
3842 SINTUSP, da ADUSP, da Cruz Vermelha Internacional ou da FIFA é se colocar
3843 como vitrine e responder pelos atos da organização. De forma que não estou
3844 falando isso para reclamar de minha parte, mas é para demonstrar que isso é
3845 normal." **Cons.^a Sandra Margarida Nitrini**: "Gostaria, primeiro, de esclarecer
3846 algumas coisas ao Cons. Marcello. No que diz respeito à colaboração do
3847 professor aposentado e o fato dos funcionários aposentados não poderem
3848 concursar novamente, a questão é outra, é administrativa. O docente
3849 aposentado não faz um concurso para ingressar novamente, ele colabora
3850 graciosamente junto aos programas de pós-graduação e através de convites

3851 dos departamentos. Acho é importante deixar isso muito claro, para que as
 3852 nossas discussões sejam amparadas em fatos reais e que sejamos sempre
 3853 guiados por princípios éticos nas discussões e nas nossas formulações.
 3854 Lembro isso apenas para ver que há uma diferença, independentemente do
 3855 direito de reivindicar até a volta da possibilidade de contratação, que é outra
 3856 coisa. E com relação a toda esta questão da democratização da Universidade,
 3857 a nossa Faculdade já vem discutindo esses itens e, inclusive, é do
 3858 conhecimento de muitos membros deste Conselho. Trago uma informação para
 3859 o Conselho e para os representantes estudantis, que a Congregação da
 3860 FFLCH montou uma Comissão para propor uma alteração desse fatídico e
 3861 famigerado artigo de 1972, presidida pelo Prof. Sérgio Adorno. A Comissão já
 3862 fez algumas reuniões e como não temos representação estudantil em nossa
 3863 Congregação e fazemos questão de uma representação, recorreremos aos
 3864 departamentos que têm representantes estudantis. Os departamentos foram
 3865 acionados e todos os estudantes foram convidados a comparecer, estudantes
 3866 representantes de três ou quatro departamentos que, entre eles, elegeram um,
 3867 que é uma estudante da área de Antropologia, que convocou uma reunião
 3868 geral com os estudantes. Gostaria de dizer que virá para a Congregação,
 3869 vamos aprovar primeiro e depois traremos, a título de colaboração. E quem
 3870 sabe, se o senhor Reitor interessar, trazer para discussão no Co. É importante
 3871 que haja em um Regimento, uma previsão disciplinar, pois não existe
 3872 Regimento sem previsão disciplinar. A metodologia desta Comissão é pegar
 3873 regimentos de universidades, não só do Brasil como do mundo inteiro, porque
 3874 não há uma universidade que não tenha essa previsão. De forma que este
 3875 trabalho está sendo feito e para o qual nós, via Comissão, convidamos os
 3876 estudantes para dialogar; e acho que já houve uma reunião." **Cons. Nei**
 3877 **Fernandes de Oliveira Junior:** "Apenas quero registrar o meu agradecimento
 3878 à PRCEU. Depois de dois anos ausente, a OSUSP deu um concerto na cidade
 3879 de Lorena. Foi um enorme sucesso. A Prof.^a Maria Arminda e o Prof. Edson
 3880 não estão mais presentes, mas fica registrado o agradecimento da Unidade por
 3881 este evento, fazendo votos que isto se repita mais amiúde agora que, espero,
 3882 seja uma política da Pró-Reitoria. Muito Obrigado." **M. Reitor:** "Antes de
 3883 encerrar, apenas gostaria de lembrar a todos que a partir de hoje, claro, com
 3884 exceção, não vamos cortar palavra de ninguém. Mas, se chegar naquele
 3885 horário que vai estar fixado, encerra-se e a próxima pauta continua daquele
 3886 ponto. Isto é importante por uma questão de planejamento, porque se as
 3887 pessoas souberem que a reunião vai até às 18h, elas ficam, sem ter horário
 3888 certo para encerrar, preferem ir embora. Portanto, é importante que haja essa
 3889 progressão e é feita no Judiciário há muito tempo e acredito que é algo que
 3890 podemos importar para o Co." **Adrián Rodolfo Cavalheiro Fuentes:** "Já que o
 3891 Presidente do Conselho está falando sobre o horário e tudo mais, gostaria que
 3892 ficasse registrado que o Conselho hoje começou 40 minutos atrasado e que
 3893 isso é muito ruim." **M. Reitor:** "Penso que não chegou a 40 minutos, foram 20
 3894 minutos de atraso." **Adrián Rodolfo Cavalheiro Fuentes:** "Que seja, mas que
 3895 a gente tivesse a prática de começar no horário ou que se mantivesse o
 3896 acréscimo do atraso, para não prejudicar as discussões." **M. Reitor:**
 3897 "Concordo, penso que o melhor é começar no horário." **Adrián Rodolfo**
 3898 **Cavalheiro Fuentes:** "Foi só uma colocação. Não quero causar polêmica." **M.**
 3899 **Reitor:** "De forma alguma, a colocação é perfeita - começar no horário e
 3900 terminar no horário. Assim, todos tomam ciência. Está encerrada a sessão.

3901 Muito obrigado." Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente dá por
3902 encerrada a reunião, às 19h20. Do que, para constar, eu, , Prof.
3903 Dr. Rubens Beçak, Secretário Geral, lavrei e solicitei que fosse digitada esta
3904 Ata, que será examinada pelos Senhores Conselheiros presentes à sessão em
3905 que for discutida e aprovada, e por mim assinada. São Paulo, 20 de junho de
3906 2012.